

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA**1. ATA DE REUNIÃO: 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE**

Data: 19 e 20 de março de 2026

Início: 09h00

Local: Auditório Manuel Jacaré - Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 02, Lotes 530 a 560, Edifício Soheste, Brasília/DF.

Término: 18h00

Relatora: Adriana Vilela Toledo - Secretária do Conape

A. Mesa de Abertura

André de Paula – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião

1. Aprovação da Ata 46ª Reunião Ordinária / 6ª Reunião Extraordinária;
2. Devolutivas sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária Executiva do Conape;
3. Apresentação da Programação da 47ª Reunião Ordinária; e
4. Apresentação do Cronograma de Reuniões do Conape para aprovação.

C. ORDEM DO DIA**19.03.2026**

1. Lançamento da Consulta Pública do Plano Nacional Sustentável da Aquicultura.
 - André de Paula - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura;
 - Édipo Araújo - Secretário-Executivo do MPA;
 - Fernanda Gomes de Paula - Secretária Nacional de Aquicultura do MPA;
 - Décio Lima – Presidente do SEBRAE;
 - Silvia Massruhá - Presidente da EMBRAPA; e
 - Antônio Marcos Ribeiro do Prado – Vice-Presidente da Comissão Nacional de Aquicultura – representa o SENAR/CNA.
2. Apresentar e Discutir o Plano Nacional de Estatística Pesqueira, Propostas de Revisão da Portaria MPA Nº 127/2023, Consulta Pública da IN Nº 3 de 12 de maio de 2004 e atualizações sobre o Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional – Alex Souza Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA).

20.03.2026

1. Apresentação dos Planos de Revisão do Ordenamento Pesqueiro Continental das Bacias Amazônica, do São Francisco, do Paraná e do Paraguai.
 - Cristiano Quaresma de Paula – Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA; e
 - Bianca Larissa de Mesquita Souza – Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental da SNPA/MPA.
2. Entraves Institucionais e Morosidade Decisória na Gestão Pesqueira: Impactos, Implementação de Atos Normativos, avanços necessários entre o MPA e MMA.
 - Agnaldo Hilton dos Santos – membro do Conape representante da Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR; e

- Carlos Eduardo Villaça – membro do Conape representante do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura Conepe.
3. Apresentação da Metodologia, Cronograma e Espaços Participativos no Processo de Revisão das Normas de Emalhe do Sudeste-Sul e Norte-Nordeste.
 - Cristiano Quaresma de Paula – Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA;
 - Sandra Silvestre – Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva SNPI/MPA e
 - Adayse Bossolani da Guarda – Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha SNPA/MPA.
 4. Alinhamento técnico sobre as Exigências da NOAA/MMPA e Estratégias para Reabertura das Pescarias de Emalhe e Manutenção do Acesso ao Mercado dos EUA.
 - Sandra Silvestre – Secretária Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – Substituta SNPi/MPA; e
 - Thamires Ventura – Coordenadora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva SNPI/MPA.
 5. Análise da Regulamentação de Embarcações em Permissão Prévia de Pesca e Impactos do Ofício nº 1204/2025/Dispoa/Dipoa/Das/MAPA na Emissão de Nota Fiscal e no Abastecimento da Indústria.
 - Agnaldo Hilton dos Santos –membro do Conape representante da Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR;
 - Alyson Carvalho Cardoso – Engenheiro de Pesca do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura SERMOP /MPA; e
 - Daniela Pierotti Ferreira – Coordenadora-Geral de Inspeção - CIG/MAPA.
 6. Análise das importações de Camarões Extrativos e Cultivados: Riscos Sanitários e Conformidade com IN nº 02/2018.
 - Enox de Paiva Maia – membro Representante da Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC.
 7. Abordagens Transnacionais na Formulação de Políticas Públicas Pesqueiras Frente às Mudanças Climáticas.
 - Sandra Silvestre - Secretária Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – Substitutiva SNPI/MP.
 8. Apresentação das Ações do Comitê da Conformidade da Pesca Nacional.
 - Agnaldo Hilton dos Santos – Presidente do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional; e
 - Antônio Siqueira Asseury - Coordenador de Fomento à Indústria do Pescado da SNPI/MPA.
 9. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Tilapicultura.
 - Francisco de Medeiros – Presidente do Comitê de Competitividade da Tilapicultura; e

- Juliana Lopes – Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União da SNA/MPA.

10. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Carcinicultura.

- Enox de Paiva Maia - Presidente do Comitê da Competitividade da Carcinicultura;
- Luciene Mignani – Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação SNA/MPA e
- Alberto Furtado Martins Júnior – Coordenador de Sustentabilidade da SNA/MPA.

11. Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

- Adriana Vilela Toledo – Secretária do Conape; e
- Paulo Faria – Chefe de Assessoria da Participação Social e Diversidade do MPA.

12. Encaminhamentos e Informes Gerais.

- Édipo Araújo – Secretário-Executivo do MPA;
- Adriana Vilela Toledo – Secretária do Conape;
- Apresentação Nota de Repúdio e Manifesto sobre a Nova Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras Emitida pela Conabio; e
- Apresentação do Comitê de Cumprimento.

Lista de Presentes:

Representantes Governamentais - Titulares:

1. Carlos César de Mello Junior – Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Gilberto Sales - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
3. Evelaine Martines Brennand - Ministério da Cultura;
4. Paulo Sérgio Cândido Alves - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
5. Renan Fabian Lisboa - Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
6. Henryette Patrice Cruz - Ministério de Minas e Energia; e
7. Sérgio Roberto Knorr Velho - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Winnie Muniz Brum – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;
2. Érico da Silva Dias de Oliveira Martins – Ministério da Defesa;
3. Roberto Ribas Gallucci - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

Representantes dos Órgãos Públicos - Titulares

1. Caio Cavalcanti Ramos - BNDES

Representantes dos Órgãos Públicos - Titulares

1. Emanuel Caires Simões - Caixa Econômica Federal – CEF

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Ajax Santos Tavares - Confapesca;
2. Martin Coachman Dias – Oceana Brasil;
3. Rochelle Cruz de Araujo – CedePesca;
4. Regis Portari – CBPE;

5. Elizeu Augusto Brito – Faep/BR;
6. Gilberto Lima Santos – CPP;
7. Maria José da Silva – CNPA;
8. Fernando Bosisio - Instituto Peroá;
9. Flávio Lontro – Confrem;
11. Clóvis Amorim – Confespa
12. Maxuel da Costa – FNTTAA;
13. Márcio Roberto dos Santos – CNCTC; e
14. Josana Pinto da Costa – MPP.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Roberta Roxilene dos Santos – IABS;
2. Miriam Bozzeto – Oceana Brasil;
3. Luis Rodrigues Leite Penteado – Conttmaf; e
4. Lucimara Henrique – CNPA.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Marilsa Patrício Fernandes – Peixe SP;
2. Agnaldo Hilton – Pesca BR;
3. Ricardo Dias dos Santos – Abla;
4. Laís Belsito Pestana – Abipesca;
5. Dalmo Mucio Silva – Aba; e
6. Carlos Eduardo Villaça – Conepe.

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque – Sindirações;
2. Felipe Weber – Abla;
3. João Carlos Filho – Peixe BR;
4. Enox de Paiva Maia – ABCC; e
5. Antônio Marcos Ribeiro do Prado – CNA.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares:

1. Marco Aurélio Bailon - Aoceano;
2. Fabiana Pilarski – Abrapoa; e
3. Dário Inacio Teixeira – SBFic

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Suplente:

1. Ligia Uribe Gonçalves - Aquabio.

Convidados Permanentes:

1. Fernanda Gomes de Paula – Secretária Nacional de Aquicultura;
2. Cristiano Ramalho – Secretário Nacional da Pesca Artesanal;
3. Jaira Puppim – Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do DF;

Convidados:

1. Larissa Soares – MPA;
2. Sandra Silvestre – Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA;
3. Alex Lira – SERMOP – MPA;
4. Geilson Silva – MPA;
5. Suana Silva SNPA – MPA;
6. Luciene Mignani - SNA/MPA

7. Delian Silva – SERMOP – MPA;
8. Poliane da Silva – SERMOP – MPA;
9. Bianca Sousa SNPA – MPA;
10. Tatiane Lemos – MPA;
11. Marcelle Borges
12. Thiago Gurgel – MPA;
13. Shayene Marzarotto – SNA/MPA;
14. Ricardo Concielo – Conepe;
15. Rafael Lustosa – MPA;
16. Sérgio Pinho – ABCC;
17. Alyson Cardoso – SERMOP/MPA;
18. Thamires Ventura – SNPI/MPA;
19. Eduardo Sgfolio – AI/MPA;
20. Daniel Cabral – SNPI/MPA;
21. Antônio Assaury – SNPI/MPA;
22. Ana Cláudia de Paula – Marinha;
23. João Deleo – MPA;
24. Adayse Bossolauí – SNPA/MPA;
25. Rafaela Brito – MPA;
26. Árgira Amorim – SNPA/MPA;
27. Heloisa Mendes – MPA;
28. Daniela Pieroti – MAPA;
29. Caio Faro – MPA;
30. Clarice Aoto SNPI – MPA;
31. Rodrigo Silva – MPA;
32. Amanda Lima – MPA;
33. Paulo Roberto Wagner – MPA; e
34. André Luiz – Itaipu.

PRIMEIRO DIA DE REUNIÃO

No dia dezenove de março de dois mil e vinte e seis no Auditório Manoel “Jacaré”, na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura, em Brasília - DF, estavam presentes os(as) membros, convidados(as) e observadores(as), de forma presencial e virtual, conforme lista de presença anexa ao processo.

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

1.1 Com a palavra, a **Adriana Toledo (Secretária do Conape)** iniciou a reunião com a aprovação das Atas da 46ª Reunião Ordinária e da 6ª Reunião Extraordinária. E deu prosseguimento as devolutivas da reunião anterior. Iniciou que a pauta deve ser elaborada a partir das contribuições dos conselheiros, incentivando que todos apresentem temas relevantes e realizem articulações para que tais propostas retornem à discussão nas reuniões subsequentes. Enfatizou, ainda, que há uma oportunidade significativa de debate no âmbito do Comitê de Tilapicultura, mencionando especificamente contribuições anteriores, como a da Sra. Marílsa, que poderão ser retomadas nesse espaço para aprofundamento das discussões.

1.2 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: exemplificou que as proposições devem refletir efetivamente as demandas apresentadas pelos membros, de modo que se concretizem em ações no âmbito das reuniões. Ressaltou a importância de melhor organização dos agendamentos, especialmente no que se refere a temas

recorrentes, como os processos de eleição e outras pautas anteriormente discutidas. Nesse sentido, destacou a necessidade de revisão da metodologia adotada, propondo a construção de um novo modelo que permita uma gestão mais eficiente do tempo das reuniões, contemplando de forma equilibrada os diferentes setores representados, como a pesca, a aquicultura e a agricultura. Enfatizou que essa reorganização é fundamental para assegurar equidade na distribuição de tempo entre os segmentos, dentro do sistema de rodízio, evitando prejuízos à apresentação de demandas específicas. Alertou que, caso não haja esse ajuste metodológico, haverá dificuldade em consolidar e priorizar as demandas de cada setor, bem como dar o devido encaminhamento às contribuições apresentadas. E, sugeriu a necessidade de ajustes na condução das reuniões, com definição mais clara dos encaminhamentos e melhor sistematização das demandas relacionadas à gestão, incluindo aquelas vinculadas à aquicultura e aos demais segmentos representados no conselho.

1.3 Com a palavra, Édipo Araújo (Secretário-Executivo – MPA): destacou que o trabalho realizado pela equipe técnica da Secretaria foi construído de forma estruturada e detalhada, não se tratando de um simples encaminhamento formal. Ressaltou que os ofícios elaborados contemplam a descrição minuciosa de cada pauta debatida, refletindo as discussões realizadas no âmbito das instâncias competentes, incluindo o Conape. Esclareceu que todas as demandas recebidas são analisadas e organizadas de maneira sistemática, sendo tratadas ponto a ponto, com o objetivo de garantir maior efetividade no encaminhamento das solicitações. Nesse contexto, ponderou que não seria adequado o envio de comunicações isoladas e fragmentadas. Em vez disso, sugeriu a consolidação das demandas em um único documento estruturado, permitindo maior clareza, objetividade e eficiência na comunicação institucional. Destacou, ainda, que essa sistematização evita a necessidade de envio de múltiplos ofícios (como dez ou doze documentos distinto a importância de complementar o compilado elaborado pela Secretaria, incorporando eventuais pontos ainda não contemplados, de modo a assegurar que todas as demandas debatidas estejam devidamente registradas e encaminhadas. os), otimizando o tempo e facilitando a análise por parte dos destinatários.

1.4 Com a palavra, o Conselheiro Dário Teixeira (Sociedade Brasileira de Ficlogia – SBFic): destacou que as demandas debatidas refletem discussões recorrentes no âmbito do colegiado e estão sendo analisadas de forma sistematizada. Sugeriu a consolidação das contribuições em um único documento, a ser compilado pela Secretaria, a fim de evitar o envio de múltiplos ofícios e otimizar a comunicação. Apontou divergências nas informações sobre a apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura na reunião, o que gerou dúvidas quanto à sua inclusão na pauta. Propôs, ainda, a definição de prazo para que o Conselho analise o plano com maior profundidade e encaminhe contribuições diretamente ao Ministério, ressaltando que a sugestão não configura crítica, mas visa aprimorar a atuação do colegiado.

1.5 Com a palavra, a Adriana Toledo (Secretária do Conape): esclareceu que o plano já foi encaminhado aos conselheiros, observando que o prazo para contribuições é o mesmo estabelecido para a consulta pública, não sendo obrigatória a submissão por esse meio. Informou que as contribuições serão analisadas pela Secretaria Nacional de forma isonômica, juntamente com as demais recebidas. Quanto à questão das cotas, propôs que o tema seja

submetido à deliberação do colegiado, com vistas à reavaliação do modelo adotado, anteriormente aprovado, visando seu eventual aprimoramento.

1.5 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo – MPA)**: ressaltou a importância de aprimorar a organização e os encaminhamentos das reuniões, visando melhor aproveitamento do tempo e maior efetividade das deliberações, especialmente após o período de retomada das atividades. Na sequência, registrou a realização de lançamento recente relacionado ao colegiado, destacando a relevância da iniciativa. E, enfatizou a necessidade de sistematizar e qualificar o envio de informações aos conselheiros, de modo a garantir maior clareza e eficiência na comunicação.

1.6 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: esclareceu que o lançamento mencionado foi concebido como atividade distinta da programação principal, embora tenha contado com a participação dos conselheiros presentes, marcando a abertura oficial das atividades. Informou, ainda, que foi realizada reunião extraordinária para discussão do Projeto de Lei da Pesca, ocasião em que se abriu prazo para envio de contribuições pelos conselheiros. Contudo, destacou que, até o momento, não foram recebidas manifestações ou observações sobre o tema. Destacou a importância de o Conselho se manifestar de forma conjunta sobre o Projeto de Lei da Pesca, ressaltando a oportunidade de encaminhar observações e contribuições institucionais às instâncias legislativas no momento oportuno. Esclareceu que há abertura para essa participação, porém dentro de prazo adequado, sendo necessário aguardar o avanço do processo para definição dos encaminhamentos cabíveis.

Informou, ainda, que as notas técnicas solicitadas já foram encaminhadas, mencionando também a relevância de articulações institucionais para fortalecimento das contribuições do colegiado.

1.7 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo – MPA)**: relatou dificuldades quanto à escassez de profissionais habilitados para realização de vistorias, especialmente em alguns estados, apesar da existência de demanda significativa. Destacou a importância de ampliar a formação e habilitação desses profissionais, sugerindo apoio institucional para fortalecer essa capacidade em âmbito nacional. Informou que já estão em andamento articulações com entidades profissionais, visando ampliar o número de habilitados, inclusive por meio de mecanismos de reciprocidade entre conselhos regionais, permitindo atuação em diferentes estados. Ressaltou que o objetivo é expandir essas iniciativas para outras unidades da federação, a fim de suprir a demanda existente e aprimorar a execução das atividades. Informou que identificou a existência de mecanismo de reciprocidade entre conselhos regionais, como no caso entre Amazonas e São Paulo, que permite a atuação de profissionais sem necessidade de novo visto. Destacou que estão sendo realizadas articulações para ampliar essa reciprocidade para outros estados, com o objetivo de aumentar o número de profissionais habilitados, especialmente em regiões com maior demanda, como o litoral. Ressaltou, por fim, que há tratativas em andamento junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura para fortalecer esse quantitativo de profissionais e aprimorar a execução das atividades.

1.8 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: informou que há quantitativo significativo de profissionais em alguns estados, como o Rio de Janeiro, o que reforça a necessidade de melhor aproveitamento dessa

capacidade. Apresentou proposta de ampliação das vistorias públicas, visando atender embarcações ainda não contempladas, destacando a importância de garantir maior cobertura e eficiência no processo. Ressaltou que estão em curso articulações com instituições parceiras para viabilizar essas ações, reconhecendo, contudo, que ainda persistem desafios relacionados à disponibilidade e distribuição de profissionais habilitados.

1.9 Com a palavra, Édipo Araújo (Secretário-Executivo – MPA): informou que há previsão normativa que permite a cooperação entre estados e municípios, destacando que o Estado do Espírito Santo já formalizou adesão nesse sentido. Esclareceu que serão abertos editais públicos prioritariamente para entes parceiros, com o objetivo de atender embarcações ainda não contempladas. Ressaltou, contudo, que a limitação no número de profissionais habilitados compromete o cumprimento dos prazos estabelecidos. Destacou que a temática já foi levada ao Ministério e a parlamentares, sugerindo apoio por meio de emendas destinadas aos municípios, visando a contratação de profissionais para realização das vistorias. E, solicitou o apoio dos conselheiros na articulação junto aos parlamentares, a fim de viabilizar a ampliação da capacidade operacional e alcançar a meta de vistoriar todas as embarcações.

1.10 Com a palavra, o Conselheiro Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano): informou que será intensificada a divulgação institucional, por meio de redes sociais e outros canais, com o objetivo de ampliar o engajamento e atrair maior número de profissionais interessados. Destacou que algumas ações já foram iniciadas pela equipe, visando fortalecer esse processo e ampliar a participação.

1.11 Com a palavra, o Conselheiro Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem): enfatizou que as pautas do Conselho devem refletir prioritariamente as demandas do setor pesqueiro, em especial da pesca artesanal, e não se limitar aos temas definidos pelo Ministério. Destacou a importância de alinhamento entre as propostas do setor e o posicionamento institucional, especialmente no que se refere ao Projeto de Lei nº 479, de modo a identificar e corrigir eventuais inconsistências jurídicas e aperfeiçoar o conteúdo da proposição. Ressaltou, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, decorrentes de entraves operacionais, limitações estruturais e indefinições orçamentárias, que impactam diretamente a atividade e a subsistência dos trabalhadores, a exemplo de situações relacionadas ao período de defeso e à ausência de suporte adequado. Nesse contexto, reforçou a necessidade de maior atuação e protagonismo do Ministério, tanto na articulação interna quanto na interlocução com o Poder Legislativo e demais órgãos governamentais, visando à superação das fragilidades identificadas. Por fim, destacou a importância de uma ação coordenada e integrada entre as instituições, com foco na efetiva resolução dos problemas do setor.

1.12 Com a palavra, Édipo Araújo (Secretário-Executivo-MPA): agradeceu as contribuições apresentadas e ressaltou a importância de avançar na definição da pauta e no fortalecimento das articulações institucionais, com vistas a destravar entraves e promover o encaminhamento das demandas do setor.

1.13 Com a palavra, Adriana Toledo (Secretária do Conape): esclareceu que a definição da pauta foi realizada em duas etapas: inicialmente, os conselheiros indicaram os temas de interesse e, em seguida, as propostas foram consolidadas

e submetidas à votação. Destacou que as pautas incluídas corresponderam às mais votadas pelas entidades, conforme metodologia previamente acordada pelo colegiado.

1.14 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem)**: buscou confirmar o entendimento apresentado, questionando se a forma descrita refletiria o procedimento atualmente adotado pelo Ministério. E, manifestou preocupação quanto à definição da pauta da reunião, questionando a ausência de temas por ele previamente sugeridos. Destacou a importância de que as contribuições dos conselheiros sejam efetivamente consideradas, especialmente aquelas relacionadas à pesca artesanal. Ressaltou que, ao longo de sua participação no colegiado, identifica a carência de debates estruturantes sobre o setor, mencionando lacunas como a ausência de políticas voltadas à cadeia produtiva, incluindo a indústria de insumos e equipamentos para a pesca no país. Enfatizou que a limitação das discussões a temas pontuais não atende às necessidades do setor, defendendo a ampliação e priorização de pautas estratégicas que impactem diretamente a atividade pesqueira. Reforçou que a participação dos representantes está condicionada à efetiva inclusão e debate de suas demandas, destacando a necessidade de maior equilíbrio e representatividade na construção das pautas do Conselho.

1.15 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: esclareceu que a mudança na metodologia de definição da pauta teve como objetivo corrigir distorções anteriores, sendo esta a primeira reunião realizada sob o novo modelo, baseado na indicação e votação de temas pelos conselheiros. Reafirmou, ainda, o compromisso da Secretaria Executiva em contemplar as demandas apresentadas pelos membros do colegiado.

1.16 Com a palavra, a Conselheira **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou a necessidade de garantir maior efetividade às pautas do Conselho, de modo que as demandas dos conselheiros sejam efetivamente discutidas e deliberadas, evitando a predominância de apresentações institucionais sem encaminhamentos concretos. Sugeriu que, além dos encaminhamentos definidos nas reuniões, sejam estabelecidos prazos para resposta e execução por parte dos órgãos competentes, visando maior controle e acompanhamento das deliberações. No que se refere aos Projetos de Lei relacionados à pesca e aquicultura, lembrou o encaminhamento de disponibilização de notas técnicas, informando que houve limitações operacionais para envio integral do material. Diante disso, propôs que, a partir de agora, sempre que houver interesse, os conselheiros possam solicitar diretamente as notas técnicas ao Conselho, que deverá providenciar sua disponibilização. E endossou a importância de aprimorar os mecanismos de acompanhamento e transparência, garantindo maior acesso às informações e fortalecendo a atuação do colegiado.

1.17 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: registrou que o Ministério tem atuado de forma contínua na articulação institucional para enfrentamento dos problemas do setor, inclusive em diálogo frequente com a Casa Civil. Destacou que se trata de tema sensível, que vem sendo acompanhado de forma prioritária pelas áreas competentes, com envolvimento direto da equipe técnica e da alta gestão.

1.18 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: destacou que, além das articulações já realizadas pelo Ministério, é fundamental o fortalecimento da relação entre Executivo e Legislativo para enfrentamento das demandas do setor. Ressaltou que há abertura para diálogo com parlamentares e que o Ministério tem atuado nesse sentido, porém solicitou o apoio das entidades representativas, a fim de reforçar essas articulações institucionais. Enfatizou que a atuação conjunta potencializa a efetividade das demandas, considerando a representatividade do setor nas interlocuções com o Poder Legislativo.

1.19 Com a palavra, a Conselheira **Josana da Costa (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP)**: manifestou preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos representantes da pesca artesanal, ressaltando a necessidade de maior sensibilidade e atenção às demandas do setor. Destacou que os conselheiros têm buscado diálogo contínuo com o Governo para tratar de diversos direitos da categoria, indo além de questões pontuais como o seguro-defeso, e abrangendo temas estruturais relacionados à atividade pesqueira e à proteção das espécies. Ressaltou, ainda, que muitas das medidas adotadas não têm origem nas demandas do próprio setor, o que tem gerado desafios adicionais para os pescadores. Nesse contexto, enfatizou a necessidade de maior alinhamento nas ações governamentais, especialmente diante de recentes medidas normativas que impactam diretamente a categoria. Destacou a preocupação com a ausência de debate sobre a previsão orçamentária destinada ao seguro-defeso, ressaltando que a garantia do benefício depende diretamente da existência de recursos adequados. Alertou que a insuficiência orçamentária pode comprometer o pagamento aos pescadores, gerando insegurança para a categoria. Manifestou, ainda, insatisfação quanto aos processos de verificação e filtragem de beneficiários, apontando que os modelos atualmente adotados têm ocasionado prejuízos a pescadores que efetivamente exercem a atividade, com registros de inconsistências nas avaliações realizadas. Ressaltou que tais situações têm impactado diretamente a subsistência das famílias, especialmente durante o período de defeso, quando a atividade pesqueira é interrompida. Enfatizou a necessidade de revisão dos procedimentos adotados, de modo a garantir justiça no acesso ao benefício, evitando a exclusão indevida de pescadores legítimos. Por fim, defendeu a realização de recadastramento adequado, com critérios mais precisos, assegurando que eventuais irregularidades sejam corrigidas sem prejudicar aqueles que possuem direito ao benefício.

1.20 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: informou que o Ministério acompanha a tramitação da MP nº 1323, destacando a necessidade de garantir dotação orçamentária suficiente para o pagamento do seguro-defeso, inclusive valores pendentes. Apontou, ainda, inconsistências nos procedimentos de verificação aplicados aos pescadores, informando que o tema já foi tratado com o Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas ao aprimoramento dos critérios e à prevenção de prejuízos indevidos aos beneficiários. informou que foram identificados indeferimentos indevidos do seguro-defeso relacionados ao preenchimento do REAP, especialmente em casos em que o período de defeso se inicia no decorrer do mês. Esclareceu que a situação foi tratada com o Ministério do Trabalho e Emprego, resultando no entendimento de que tais casos não devem gerar prejuízo aos pescadores, com ajustes previstos no sistema para evitar penalizações. Destacou, por fim, que o Ministério permanece atento às dificuldades relatadas e aberto ao recebimento de novas demandas, visando aprimorar os procedimentos e garantir os direitos da categoria.

1.21 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: destacou a necessidade de que temas técnicos e complexos relacionados à pesca artesanal sejam tratados no âmbito do Comitê específico, mediante sua devida aprovação no Conape. Ressaltou que a criação de um grupo técnico qualificado é fundamental para aprofundar a análise das demandas do setor, considerando as contradições identificadas em normativos e instrumentos como o CadÚnico e procedimentos do Ministério do Trabalho. Enfatizou que o espaço do Conape deve priorizar deliberações estruturantes, evitando discussões excessivamente técnicas que demandam maior aprofundamento, as quais devem ser encaminhadas ao comitê competente para análise e proposição de soluções efetivas.

1.22 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: esclareceu que, ao final da reunião, deverá ser formalizado o Comitê da Pesca Artesanal, destacando que esse será o espaço mais adequado para aprofundar a discussão de temas técnicos e sensíveis, com possibilidade de reuniões mais frequentes e detalhadas. Ressaltou, contudo, a necessidade de responder às manifestações apresentadas durante a reunião, em especial quanto às questões relacionadas ao seguro-defeso, considerando tratar-se de uma preocupação recorrente entre os conselheiros.

1.23 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca – Confapesca)**: O Conselheiro propôs a antecipação da aprovação do Grupo de Trabalho (GT) da Pesca Artesanal, considerando a urgência e relevância do tema, sugerindo ajuste na pauta para deliberação imediata pelo plenário, de modo a viabilizar o início célere das atividades. Destacou que o GT já está previsto na programação, mas defendeu sua implementação imediata diante das demandas apresentadas durante a reunião. Informou, ainda, que foi solicitada audiência com o Ministro, com o objetivo de tratar das questões relacionadas à pesca artesanal, tendo sido encaminhado previamente um manifesto às autoridades competentes, com previsão de novos encaminhamentos junto às instituições envolvidas. Defendeu a criação imediata de um grupo de trabalho interinstitucional, com participação do Conape, ministérios e demais órgãos competentes, como Casa Civil, Ministério do Trabalho e Procuradoria Jurídica, com o objetivo de enfrentar entraves que vêm impactando o setor pesqueiro. Ressaltou a importância de estruturar a pesca artesanal como política de Estado, garantindo maior organização e efetividade nas ações voltadas ao setor. Propôs, ainda, que o CONAPE integre formalmente as articulações institucionais em curso, incluindo o encaminhamento conjunto de manifesto e solicitação de audiência, visando fortalecer o diálogo com o governo e avançar na resolução das demandas. E, destacou a necessidade de concentrar as discussões específicas da pesca artesanal em instância própria, de modo a evitar a dispersão de pautas e garantir maior efetividade nos encaminhamentos.

1.24 Com a palavra, **Miriam Bozzeto (Oceana Brasil)**: A participante destacou que as demandas relacionadas à pesca artesanal são historicamente recorrentes, estando presentes no Plano Nacional de Pesca Artesanal, em projetos de lei e nas sucessivas reuniões do Conape, sem que tenham sido efetivamente solucionadas ao longo dos anos. Ressaltou que há forte similaridade entre os diferentes instrumentos e discussões, evidenciando a repetição das mesmas pautas, o que demonstra a ausência de encaminhamentos concretos para sua resolução, mesmo após diversas

conferências e espaços de debate. Diante desse cenário, manifestou apoio à criação imediata de um grupo de trabalho específico, considerando a medida essencial para avançar na resolução das demandas do setor, colocando-se à disposição para contribuir com as atividades.

1.25 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: Foi deliberada a criação do Comitê da Pesca Artesanal no âmbito do CONAPE, com concordância dos conselheiros presentes. Ficou definido que a composição e o funcionamento do Comitê serão discutidos em momento posterior, considerando a necessidade de maior tempo para definição dos membros e o cumprimento da agenda previamente estabelecida, com previsão de continuidade das tratativas na reunião do dia seguinte. Na sequência, deu-se prosseguimento à pauta, sendo informado que o Plano Nacional de Aquicultura foi apresentado no período da manhã e encaminhado previamente aos conselheiros, permanecendo aberto para o envio de contribuições.

1.26 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: Questionou o fluxo de tramitação do Plano Nacional de Aquicultura, especialmente quanto ao cumprimento da recomendação de prévia disponibilização do documento ao Conape para deliberação antes do envio à consulta pública. Destacou que o procedimento adotado não atendeu integralmente à recomendação anteriormente pactuada, apontando a necessidade de maior alinhamento no processo.

1.27 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: esclareceu que a recomendação do Conape, de disponibilização prévia do Plano Nacional de Aquicultura para contribuições antes da consulta pública, não pôde ser integralmente cumprida, em razão de atraso na finalização do documento pela equipe responsável. Informou, contudo, que foi acordado que as contribuições dos conselheiros e da sociedade serão posteriormente incorporadas à versão final do plano. Reconheceu, ainda, a pertinência do apontamento realizado, reiterando que a recomendação anterior previa a participação prévia do Conselho no processo.

1.28 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: Relatou que, na condição de participante das discussões do Plano Nacional de Aquicultura, identificou a ausência de conteúdos relevantes no documento disponibilizado para consulta pública, especialmente no que se refere ao segmento de organismos ornamentais. Ressaltou que o plano apresentado não reflete integralmente o conteúdo debatido nas etapas anteriores, o que, em sua avaliação, compromete a completude do documento submetido à consulta pública. Pontuou, ainda, que o cumprimento da recomendação de apreciação prévia pelo Conape teria possibilitado o envio de um documento mais consolidado e fiel às discussões realizadas.

1.29 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: manifestou que a recomendação referente à disponibilização prévia do Plano Nacional de Aquicultura não foi atendida, destacando a necessidade de registrar formalmente essa condição. O Secretário disse para Secretaria Executiva do Conape reconhecesse o apontamento e ajustou o registro para constar como “não atendida”.

1.30 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – FNTTAA)**: destacou a recorrente solicitação de inclusão, em pauta, de discussão sobre a atualização normativa relacionada à obrigatoriedade e às dificuldades enfrentadas por pescadores comerciais, especialmente no âmbito industrial. Em resposta, foi esclarecido pelo Secretário-Executivo que o tema será abordado no primeiro item da agenda, por meio da apresentação da proposta de revisão normativa pela área competente, incluindo ponto específico sobre a demanda mencionada, a ser conduzida pelo diretor responsável.

1.31 Com a palavra, a Conselheira **Roberta Roxilene (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS)**: questionou o encaminhamento referente ao Plano Nacional de Aquicultura, destacando que, conforme indicado na tabela de acompanhamento, o documento seria apresentado na reunião para possibilitar contribuições dos conselheiros. Solicitou esclarecimentos quanto ao cumprimento desse ponto, uma vez que não identificou sua inclusão na pauta do momento, buscando entender se haveria equívoco ou alteração no encaminhamento previsto.

1.32 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: esclareceu que houve uma alteração no fluxo inicialmente recomendado, sendo adotada a estratégia de lançamento do Plano Nacional de Aquicultura diretamente em consulta pública, em razão da impossibilidade de disponibilização prévia ao Conape. Informou que, como alternativa, foi assegurada a possibilidade de envio de contribuições pelos conselheiros durante o período de consulta, as quais serão posteriormente compiladas e incorporadas ao documento final. Destacou, ainda, a identificação de lacunas no conteúdo do plano, especialmente em relação a pontos debatidos nas oficinas participativas, reforçando a importância da participação do CONAPE para complementação e aprimoramento do documento.

1.33 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: pontou que o Plano Nacional de Aquicultura encaminhado à consulta pública não contempla integralmente os conteúdos deliberados nas oficinas participativas, caracterizando-o como um documento parcial. Destacou que tal situação compromete o processo participativo, uma vez que a sociedade terá acesso a um documento que não reflete integralmente as discussões realizadas. Ressaltou, ainda, que a recomendação de apresentação prévia ao Conape não foi cumprida conforme previsto, havendo inconsistências quanto à inclusão do tema na programação da reunião, o que gerou questionamentos sobre o fluxo adotado.

1.34 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: esclareceu que o Plano Nacional de Aquicultura já foi formalmente lançado em consulta pública, encontrando-se disponível para contribuições da sociedade e dos membros do Conape. Ressaltou que, embora a recomendação de apresentação prévia ao Conselho não tenha sido integralmente cumprida, foi adotada uma estratégia que amplia a participação, permitindo que todas as contribuições — inclusive aquelas oriundas das oficinas participativas e eventualmente não contempladas no documento inicial — possam ser incorporadas posteriormente. Destacou que o processo atual não se limita às discussões já realizadas, reconhecendo que nem todas as oficinas alcançaram a totalidade dos segmentos do setor, sendo, portanto, necessária a ampliação do diálogo por meio de instrumentos mais abrangentes de participação social. Enfatizou que o objetivo central é a

construção de um plano mais robusto, representativo e alinhado às demandas da aquicultura, evitando restringir o debate a aspectos procedimentais, como a ordem das etapas, e priorizando o resultado final do documento. Indicou, ainda, que há possibilidade de apresentação da versão consolidada ao Conape em momento posterior, após a sistematização das contribuições recebidas, reforçando o compromisso com a transparência e com a participação contínua do Conselho no processo. Ressaltou que a intenção do Ministério é assegurar um processo inclusivo e não excludente, garantindo que diferentes atores do setor possam contribuir para o aprimoramento do plano, com foco na superação de gargalos e no fortalecimento da aquicultura no país.

1.35 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: propôs que fosse incluída uma recomendação específica no plano, baseada nas contribuições das últimas oficinas realizadas. Ressaltou que todas as recomendações aprovadas em cada eixo durante essas oficinas devem ser incorporadas ao processo interno do Ministério, garantindo que as decisões e sugestões oriundas das atividades participativas sejam efetivamente consideradas na elaboração e aprimoramento do plano.

1.36 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: destacou que a consulta pública do Plano Nacional de Aquicultura foi lançada, oferecendo aos conselheiros do CONAPE a possibilidade de enviar contribuições que serão compiladas no documento final. Ressaltou que, embora as oficinas participativas tenham gerado recomendações importantes, algumas delas não foram contempladas no plano disponibilizado, especialmente no setor ornamental. Por isso, reforçou que o processo deve ser mais inclusivo e participativo, permitindo que toda a sociedade e os diferentes segmentos do setor de aquicultura possam contribuir. Enfatizou que o objetivo é garantir um plano robusto e representativo, evitando exclusões, e que todos os direitos e garantias de participação social estão sendo assegurados. Destacou que não se trata de desconsiderar o que foi discutido nas oficinas, mas de ampliar a participação, promovendo um plano que reflita as demandas e os gargalos do setor de aquicultura. Por fim, propôs que fosse incluída uma recomendação no próprio processo do Ministério, incorporando todas as recomendações aprovadas nas oficinas participativas.

1.37 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: explicou que a prorrogação da Portaria 356, que autoriza a pesca artesanal em São Paulo, já foi realizada, mas reforçou a necessidade urgente de assinar e formalizar o grupo de trabalho responsável. Ele destacou que a equipe já foi montada, mas é importante cobrar sua efetiva instalação para evitar atrasos e retrabalhos, lembrando que casos anteriores geraram frustração por atrasos na implementação. Ressaltou que a portaria abrange apenas as regiões Sul e Sudeste, com atenção especial aos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e que ainda existem desafios operacionais nesses locais. Mateus enfatizou a importância de não esquecer o cumprimento da portaria, garantindo que especialistas e membros do grupo técnico possam atuar de forma efetiva, e reforçou que a cobrança pelo andamento do grupo é necessária para que o processo avance sem novas interrupções.

1.38 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: perguntou sobre o status da demanda de assinatura do grupo de trabalho, destacando que ainda não havia uma resposta das representações do MMA, SNPI e SNPA, que

deveriam se manifestar no CONAPE sobre um encaminhamento do ano anterior. Ele reforçou a necessidade de aguardar uma resposta até o fim do dia e, constatando a ausência de representantes do MMA, pediu que isso fosse registrado na ata. Em seguida, ele passou para os encaminhamentos seguintes: a apresentação das possíveis alterações na Portaria 127, que define normas e critérios para a categoria de pescadores e pescadoras profissionais, ressaltando que os pontos incluiriam demandas trazidas pelas entidades representadas no CONAPE. Ele comentou que, embora a demanda de receber contribuições já tivesse sido atendida, havia espaço para aprimorar a metodologia, garantindo que futuras pautas não fossem excludentes e que todos os setores contemplados pudessem ter suas contribuições consideradas. Apresentou a programação da 47ª Reunião Ordinária do CONAPE, incluindo o cronograma anual de 2026 e previsão de reuniões em 2027, e informou que o calendário estaria disponível no site para consulta dos membros, antecipando as reuniões de junho, setembro e dezembro. Ele então passou para o próximo item da agenda, solicitando a palavra de Clóvis.

1.39 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: reforçou que a programação apresentada contempla todas as reuniões anuais, lembrando que a data anteriormente prevista havia sido alterada, e que ajustes foram feitos na programação para acomodar a participação de representantes, ele destacou a importância de manter esse calendário fixo, para que não haja mudanças constantes que desorganizem a programação das entidades participantes e comprometam o planejamento das reuniões futuras.

1.40 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: informou que o calendário anual do Conape está sendo divulgado para que todos cumpram as datas publicadas e registradas no site, agradeceu a colaboração de Clóvis e deu início à apresentação da agenda, destacando que a primeira pauta é a revisão da Portaria 127 e a consulta pública relacionada à normativa que trata do registro de embarcações de pesca, seguindo com a apresentação dos planos de revisão do ordenamento pesqueiro continental das bacias Amazônica, São Francisco e Paraguai, sendo previsto um intervalo, e na sequência discutindo os entraves institucionais, a morosidade na gestão, o impacto da implementação de atos normativos e os avanços necessários entre MPA E MMA, posteriormente abordando políticas públicas transnacionais frente às mudanças climáticas e finalizando o dia com a apresentação do acordo da PBNJ, destacando o compromisso do Brasil, sua implementação e impacto para o setor pesqueiro. Apresentou as pautas do dia, destacando abordagens transnacionais na formulação de políticas públicas pesqueiras frente às mudanças climáticas e informou que o encerramento seria com a apresentação do acordo da PBNJ, ressaltando seu compromisso e impacto para o setor pesqueiro. Para o dia seguinte, apresentou a agenda, incluindo metodologia, cronogramas e espaços participativos na revisão das normas de Emily no Sudeste, Norte e Nordeste, mencionando a revisão da Portaria 166. Destacou alinhamento técnico sobre estratégias para reabertura das pescarias e manutenção do acesso ao mercado dos Estados Unidos, análise da regulamentação de embarcações, impactos na emissão de notas fiscais e no abastecimento da indústria, análise de importações de camarões e riscos sanitários. Informou que seria criado o Comitê da Pesca Artesanal no Conape, com discussão de sua estruturação e apresentação das ações do Conape de Conformidade da Pesca Nacional e do Comitê da Competitividade da Tilapicultura. Apresentou a criação do Comitê da Pesca Artesanal no âmbito do Conape, detalhando sua estruturação e

encaminhamentos, e informou sobre a apresentação das ações do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional e do Comitê da Competitividade da Tilapicultura e do Comitê da Competitividade da Carcinicultura. Comunicou que haveria um pequeno intervalo antes do encaminhamento final e encerramento da reunião e reforçou que a pauta deveria ser concluída até as 18h do dia seguinte, conforme o calendário previsto.

2. Apresentar e Discutir o Plano Nacional de Estatística Pesqueira, Propostas de Revisão da Portaria MPA Nº 127/2023, Consulta Pública da IN Nº 3 de 12 de maio de 2004 e atualizações sobre o Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional

2.1 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: apresentou-se aos participantes como professor da Universidade Federal de Sergipe e diretor do Departamento de Estatística de Pesca do Ministério, atuando especificamente na Secretaria Nacional de Monitoramento de Pesca, e saudou a todos, destacando que alguns presentes poderiam não conhecê-lo. Informou que abordaria diversos temas dentro da pauta, incluindo a consulta pública, a revisão da Instrução Normativa 03 e as atualizações do RGP Pescador Profissional, e questionou a dinâmica das apresentações, indicando que apresentaria os pontos de forma sequencial antes da discussão, considerando que havia quatro tópicos a serem tratados. O Senhor Alex Lira, informou que durante o período da reunião apresentaria os temas previstos e estaria disponível, juntamente com a equipe técnica composta por Adriana, Poliana e Alysson, para esclarecer eventuais dúvidas. Destacou que a consulta pública havia sido lançada naquela semana, sendo Alysson responsável por reforçar as informações sobre a categoria de embarcação e armador, e explicou que a publicação decorreu de discussões internas no Ministério, envolvendo áreas técnicas e superintendências. Ressaltou que o prazo para contribuições na plataforma Brasil Participativo se estenderia até o dia 14 de abril, estando aberto a todos os membros interessados, e que posteriormente todas as contribuições seriam analisadas dentro do processo administrativo relativo à normativa. Ele explicou que o tratamento das atualizações do registro geral de pescador e pescadora profissional seria dividido em quatro tópicos para facilitar o entendimento, abrangendo as atualizações dos sistemas, portarias de suspensão e cancelamento, análises de recursos associadas a essas portarias e casos específicos relacionados ao RGP. Informou que a nova versão do sistema Pesca Brasil já estava disponível, com a migração dos bancos de dados anteriormente no MPA para a Dataprev, possibilitando o acesso por todos os usuários. Destacou que, apesar de ainda haver melhorias a serem implementadas, houve uma evolução significativa no funcionamento do sistema, ressaltando que a Dataprev passaria a gerenciar tanto os sistemas do RGP quanto o banco de dados nacional dos pescadores, reforçando que essa atualização da versão 2 do Pesca Brasil teve quatro objetivos principais previamente definidos. Corroborou que a atualização da versão 2 do sistema Peste Brasil inclui melhorias na performance, segurança, no módulo do REAAP e na automatização relacionada às sanções, ressaltando que o sistema ainda está em processo de aprimoramento. Esclareceu que o trabalho de evolução do sistema seguirá ao longo do ano, reconhecendo o progresso significativo em relação à versão anterior. Ressaltou ainda a importância da qualificação contínua do banco de dados de pescadores, realizada em articulação com diferentes instâncias do Governo Federal, incluindo o cruzamento de dados com o apoio da CGABU, auditoria interna que anteriormente focava apenas no

Maranhão e que agora foi ampliada para todo o país. Apresentou os resultados relacionados às portarias de suspensão e cancelamento de licenças de pescador, destacando que o acompanhamento interno desses processos continuará sendo realizado no âmbito do Ministério. Informou que, além das portarias publicadas até dezembro do ano anterior, foram publicadas duas portarias recentes que suspenderam 236.534 licenças por indícios de fraude, especificamente no contexto do artigo 25, inciso terceiro, da Portaria 127, e da Portaria 646 de 13 de março, que atingiu 17.788 pescadores e pescadoras. Esclareceu que essas suspensões refletem o processo administrativo e asseguram o direito de cada pescador ou pescadora de questionar os atos. Ressaltou que, como novidade, os requerimentos de recurso agora são realizados de forma digital, substituindo o envio anterior via sistema SEI, permitindo maior agilidade e transparência no atendimento aos interessados. O senhor Alex, apresentou informações sobre os pescadores e pescadoras profissionais artesanais, destacando que eles podem realizar o reporte do REAP por meio de formulário simplificado, reforçando o prazo vigente para envio. Esclareceu que os dados podem ser registrados tanto na plataforma Pesca Brasil quanto diretamente no MPA e que a navegação em ambas permite identificar corretamente o processo de envio e armazenamento. Informou que o Ministério tem investido na facilitação do procedimento por meio de tutoriais em vídeo e que a equipe técnica da superintendência está disponível para esclarecer dúvidas sobre o REAP. Destacou que já há uma quantidade significativa de pescadores e pescadoras que entregaram seus REAPES e que essas informações estão sendo repassadas internamente para a OMPE para posterior cruzamento de dados. Ressaltou que essa apresentação refletiu sobre os informes referentes à atualização do Rangel e à consulta pública, passando a seguir para o próximo ponto da pauta.

2.2 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca – Confapesca)**: comentou sobre a consulta e a metodologia aplicada, destacando que, no momento, não seria necessário acumular questões para o próximo ano, sugerindo que a análise seja realizada conforme o planejamento atual.

2.3 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: afirmou que não se propõe a realizar agendamentos naquele momento, esclarecendo que não havia sido previamente acordado, e sugeriu que fosse iniciado o primeiro bloco de apresentações conduzido por Alex, para em seguida dar continuidade aos demais pontos da pauta.

2.4 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem)**: relatou que o atual sistema de registro e gestão dos pescadores profissionais apresenta complexidade e sobrecarga, pois os pescadores precisam lidar simultaneamente com atualizações cadastrais, recursos administrativos, portarias de suspensão e cancelamento e demais obrigações, o que demanda tempo e esforço significativos, especialmente em localidades com acesso limitado à internet ou condições econômicas restritas. Ele ressaltou que o RGP, atualmente tratado como documento burocrático sem funcionalidade prática, poderia ser transformado em ferramenta útil para o pescador, funcionando como identidade, comprovante de registro e instrumento para simplificar processos relacionados a embarcações, autorização de pesca, fiscalização e deslocamentos, inclusive internacionais. Édipo sugeriu que fossem estudadas

alterações junto ao Ministério para tornar o RGP mais acessível e funcional, permitindo que recursos e cadastros pudessem ser realizados de forma mais prática e digital, com redução da burocracia, considerando a realidade do trabalho artesanal e profissional de pesca. Ele reforçou a importância de garantir que todos os pescadores, independentemente da região, tenham condições de acessar o sistema e que o documento sirva como ferramenta estratégica de gestão, simplificando a vida do pescador e integrando funcionalidades que atualmente são dispersas entre diferentes órgãos e sistemas.

2.5 Com a palavra, Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA): ressaltou que os pescadores profissionais enfrentam uma grande quantidade de documentos e relatórios a serem gerenciados, especialmente em um momento de transição de sistemas, como ocorre atualmente com o Reap, que já passa por quatro anos consecutivos de adaptação. Ele destacou que, embora a situação envolva repetição de processos e desafios no reporte de informações, o Ministério tem ciência dessas dificuldades e busca, na medida do possível, facilitar o cumprimento das obrigações. Alex enfatizou que, apesar das tentativas de simplificação, algumas limitações permanecem, principalmente no contexto da revisão da Portaria 127, e que a melhoria dos processos será gradual, com atenção constante da equipe técnica e da Secretaria para reduzir entraves administrativos e proporcionar maior facilidade aos pescadores profissionais. esclareceu que, em relação ao Castro e ao RGP, não há dispositivos que tratem dessas questões na Portaria 127 e que, no momento, qualquer discussão sobre alterações não é legalmente possível, ressaltando que embora debates sejam importantes e relevantes para avaliação, seria leviano assumir mudanças sem considerar a complexidade do tema, e que propostas que sejam legalmente viáveis podem ser discutidas e avaliadas futuramente sem que isso represente um problema, destacando a importância de considerar aspectos legais antes de qualquer deliberação.

2.6 Com a palavra, o Conselheiro Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – FNTTAA): o Conselheiro relatou que a maior dificuldade enfrentada atualmente na pesca industrial, que na realidade é comercial e não envolve indústrias, refere-se ao impasse de aproximadamente três anos relacionado ao registro geral da pesca industrial, destacando que o processo de obtenção do Rangel exige que o pescador esteja embarcado na embarcação do armador, o que impossibilita o registro para aqueles que não possuem embarcação própria, gerando frustração e atraso na formalização do documento, ressaltando ainda que a maioria dos pescadores não possui os requisitos necessários para acessar plataformas digitais, como conta bancária, cartão de crédito ou certificação digital, dificultando a emissão do registro, e solicitou que fosse informado o número atual de registros de pescadores industriais no Rangel e se há previsão de atualização do sistema para simplificar o processo.

2.7 Com a palavra, o Conselheiro Ajax Tavares (Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca – Confapesca): o Conselheiro manifestou sua discordância em relação a posicionamentos anteriores sobre o RGP, ressaltando a importância de valorizar o registro geral como ferramenta de controle e formalização da atividade pesqueira, destacando que todas as informações trazidas pelos pescadores deveriam ser incorporadas ao Rangel e que o registro

deveria refletir apenas os pescadores efetivamente vinculados ao setor, sugerindo a exclusão, suspensão ou supressão de registros irregulares ou de pessoas que não pertencem ao meio, enfatizando que a responsabilidade pelas inconsistências não é apenas dos pescadores, mas também das facilidades que foram criadas anteriormente pelo governo, permitindo que pessoas fora do segmento obtivessem registros, e que a função do Rangel deve ser fortalecida para excluir fraudadores e preservar a legitimidade do sistema.

2.8 Com a palavra, a Conselheira **Maria José da Silva (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA)**: apresentou observações sobre a operacionalização do registro, destacando a ocorrência de indeferimentos relacionados à carteira SIM, mencionando que o problema já havia sido solucionado anteriormente, mas que ainda persiste na superintendência, e questionou sobre o formulário digital para recursos, solicitando esclarecimento quanto ao acesso e ao link para preenchimento, considerando que os pescadores encontravam dificuldade na utilização da plataforma para o envio dos relatórios simplificados de 2024, buscando soluções para que não sejam prejudicados, ressaltando que o RGP não é apenas um documento físico, mas uma ferramenta para identificação profissional do pescador e acesso a direitos e políticas públicas voltadas à categoria, e enfatizou que o cadastro deveria ser específico para a categoria de pescadores artesanais, sem integrar a agricultura familiar, mantendo a especificidade dentro do sistema.

2.9 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: apresentou informações sobre a atualização do RGP, destacando que os dados serão atualizados na semana seguinte no Painel Público, e tratou da documentação do pescador profissional industrial, explicando que a Portaria 127 trará novidades no sentido de simplificar o processo de registro e evitar penalizações, mencionando que o objetivo é reduzir obstáculos que impeçam a contratação de pescadores industriais em embarcações por falta de documentação prévia, ressaltando que as demandas do setor foram consideradas e, caso a norma não contemple integralmente todos os pontos, haverá espaço para contribuições futuras dos representantes.

2.10 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins - FNTTAA)**: relatou o impasse enfrentado pelos pescadores industriais, destacando que, ao contrário da pesca artesanal, esses trabalhadores não recebem auxílio regularmente e enfrentam dificuldades financeiras nos períodos em que a atividade está paralisada, ressaltando que, mesmo com o registro no RGP e no Gov, permanecem obstáculos para acesso a benefícios como o seguro-desemprego e a isenção do FGTS, enfatizando a necessidade de simplificação e a retirada da obrigatoriedade de apresentação da caderneta de embarque (SI) para pescadores que já possuam a documentação adequada.

2.11 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: comentou sobre a suspensão de equipamentos, reforçando a necessidade de separar os casos de pescadores legítimos daqueles que cometeram infrações, destacando que o processo recursal é disponibilizado para que os pescadores que não tenham cometido atos ilícitos possam solicitar a revisão de suas situações, enfatizando que o procedimento está em andamento e sendo avaliado, e esclareceu que o

novo formulário digital para requerimento de recursos está disponível na própria portaria, com link atualizado no site, facilitando o acesso dos interessados.

2.12 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: complementou explicando que o procedimento de requerimento de recursos está detalhado em cada portaria de suspensão ou cancelamento, ressaltando que a primeira portaria abrangia 130 mil pescadores, e que cada documento indica o link específico para solicitação do recurso, destacando que não será necessário criar um caminho adicional, uma vez que o processo já está informatizado e disponível no site oficial, garantindo acesso direto e transparente aos interessados.

2.11 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu que os indeferimentos relacionados à Carteira de Identidade Nacional, na teoria, não deveriam ocorrer, considerando que ainda se encontra dentro do prazo estabelecido pela portaria 127, a qual oficializa e reforça esse prazo. Ressaltou que qualquer indeferimento por esse motivo precisa ser analisado internamente, podendo tratar-se de casos pontuais ou de problemas sistêmicos, e que seria necessário avaliar a situação com os servidores responsáveis. Esclareceu ainda que, no caso do procedimento simplificado, quando o pescador não conseguiu acesso à plataforma, o indeferimento não ocorreu devido à documentação em si, mas sim a dificuldades de acesso, reforçando a necessidade de análise e eventual orientação para que o pescador não seja prejudicado.

2.12 Com a palavra, a Conselheira **Maria José da Silva (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA)**: relatou que, ao acessar o sistema, em alguns casos a plataforma apresenta campos vazios ou impossibilita a emissão de dados, não exibindo nenhuma notificação, o que impede que o pescador ou usuário avance no preenchimento ou emissão de informações. Destacou que essa situação afeta a comprovação de benefícios, como seguro-desemprego, quando há necessidade de apresentação de dados do REAP de anos anteriores, tornando impossível concluir o processo. Ressaltou que, diante dessas dificuldades, os casos devem ser reportados à superintendência estadual ou diretamente à SERMOP para resolução.

2.13 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: destacou que existem dois caminhos para atendimento de problemas de acesso ao sistema, sendo possível utilizar o canal de comunicação via WhatsApp, a equipe da sede ou a superintendência, garantindo suporte tanto local quanto do Ministério. Ressaltou que é necessário analisar cada caso individualmente, verificando CPF e situação cadastral, para identificar se o problema é de sistema ou cadastral. Orientou que demandas específicas sejam encaminhadas diretamente a ele, permitindo que a equipe direcione atenção e providências ainda hoje, amanhã ou no início da próxima semana.

c ressaltou que, em alguns casos, as orientações reforçadas às superintendências não resolvem o problema, pois não é de competência delas. Destacou que muitas vezes não é possível identificar o motivo do indeferimento, se é por falha do servidor ou do sistema, e que pescadores sem acesso ao sistema ficam impossibilitados de obter informações. Apontou a necessidade de tornar os processos mais claros e acessíveis, garantindo que a comunidade na ponta

consiga compreender os links, portarias e demais informações necessárias, mesmo sem representatividade formal de classe.

2.14 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: concordou com a necessidade de fortalecer a comunicação e facilitar o acesso às informações para os pescadores, reconhecendo as dificuldades existentes e os prazos envolvidos. Ressaltou que, quando há demandas sistêmicas, a superintendência atua para encaminhar e esclarecer os casos. Sugeriu que os estados encaminhem essas situações para a equipe, permitindo que sejam avaliadas e solucionadas na medida do possível.

2.15 Com a palavra, a Conselheira **Josana da Costa (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP)**: a Conselheira destacou as dificuldades enfrentadas pelos pescadores em razão das diferentes realidades locais, ressaltando que nem todos possuem acesso adequado à internet ou domínio tecnológico para utilizar os sistemas digitais. Relatou que há casos de pescadores que desconhecem procedimentos básicos, como confirmações obrigatórias, o que evidencia a necessidade de maior orientação e acessibilidade. Enfatizou que o Registro Geral da Pesca (RGP) representa mais do que um documento formal, sendo elemento central de identidade profissional e reconhecimento da categoria, e manifestou preocupação com a perda desse valor ao longo do tempo. Apontou que, diante dos processos de revisão e recadastramento, muitos pescadores legítimos estão sendo prejudicados, questionando como garantir que esses trabalhadores consigam recorrer dentro do prazo e tenham seus direitos restabelecidos.

Destacou ainda que as exigências atuais, como etapas digitais e reconhecimento facial, têm gerado dificuldades adicionais, especialmente para aqueles com menor acesso à tecnologia, chegando a causar constrangimentos. Nesse sentido, defendeu a necessidade de um sistema mais inclusivo, que considere as especificidades e limitações da categoria, evitando a exclusão de pescadores efetivamente ativos. E criticou a descentralização de responsabilidades no processo de recadastramento, argumentando que deveria haver maior protagonismo do Ministério da Pesca e Aquicultura, bem como maior efetividade nas respostas às demandas encaminhadas. Ressaltou que os problemas são de âmbito nacional e não pontual, devendo ser tratados de forma estruturante para atender todos os pescadores do país, e não apenas casos isolados.

2.16 Com a palavra, o Conselheiro **Gilberto de Lima (Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP)**: questionou a existência de acordos de cooperação ou parcerias entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundacentro, destacando a necessidade de maior alinhamento institucional nas ações relacionadas ao Registro Geral da Pesca (RGP). Observou que há concentração significativa de cancelamentos de registros em determinados estados, como Pará e Maranhão, enquanto outros apresentam números reduzidos, o que, em sua avaliação, demonstra inconsistências nos critérios e na execução das ações de verificação. Ressaltou ainda que a ampliação das entrevistas para outros estados exige maior preparo metodológico e padronização. Criticou a qualidade das entrevistas realizadas, afirmando que as perguntas aplicadas são inadequadas e podem induzir a erros, prejudicando pescadores legítimos, ao mesmo tempo em que não impedem possíveis fraudes. Destacou que houve dificuldades operacionais na condução dessas entrevistas, incluindo falta de planejamento, mudanças na contratação de equipes e

ausência de clareza nos procedimentos, inclusive entre os próprios órgãos envolvidos. Manifestou preocupação com o grande volume de pescadores que tiveram seus registros cancelados e com as dificuldades enfrentadas para interposição de recursos, especialmente por aqueles com acesso limitado à tecnologia e à internet, o que pode comprometer o exercício de seus direitos. E, enfatizou a necessidade de maior articulação entre as instituições, planejamento estratégico e revisão dos instrumentos utilizados, de forma a garantir maior efetividade, justiça e alcance nacional das políticas públicas voltadas aos pescadores.

2.17 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: destacou que o pescador industrial deve ser reconhecido como profissional, e não apenas como trabalhador de natureza comercial, reforçando a importância de seu enquadramento adequado, inclusive no regime celetista (CLT). Ressaltou a necessidade de regularização do Registro Geral da Pesca (RGP), enfatizando que a situação documental impacta diretamente a relação com os armadores e o acesso a benefícios trabalhistas. Apontou que uma das principais dificuldades enfrentadas ocorre no momento de contratação, quando pescadores encontram seus documentos suspensos, impedindo o embarque e a continuidade das atividades. Destacou ainda os entraves na transição de pescadores artesanais para a categoria profissional industrial, o que agrava a insegurança da categoria. Relatou também problemas operacionais em portos, especialmente na região de Santos, onde órgãos de fiscalização, como a polícia ambiental, não aceitam protocolos como documentação válida, resultando em notificações e até apreensões. Nesse sentido, solicitou maior agilidade nos processos de regularização, a fim de garantir segurança jurídica tanto para armadores quanto para pescadores e assegurar o pleno exercício da atividade pesqueira.

2.18 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: relatou a ocorrência de casos em que recursos administrativos foram apresentados, mas não receberam resposta, culminando posteriormente no cancelamento dos registros sem a devida justificativa, o que gera insegurança e falta de transparência no processo. Destacou que a exigência crescente de ferramentas digitais tem criado uma forma de exclusão, especialmente para pescadores em situação de analfabetismo ou com baixa inclusão digital, que enfrentam dificuldades para possuir e utilizar e-mail, telefone adequado e acesso à internet. Ressaltou ainda que, em diversas localidades, não há cobertura de rede, obrigando os pescadores a se deslocarem até centros urbanos, o que os expõe à atuação de intermediários e pode favorecer práticas indevidas. Argumentou que a ausência de infraestrutura adequada, aliada à complexidade dos sistemas, acaba por dificultar o acesso dos pescadores legítimos às políticas públicas, ao mesmo tempo em que pode abrir espaço para fraudes. Nesse sentido, defendeu que o Estado deve garantir condições mínimas de acesso, como cobertura de telefonia e inclusão digital nas comunidades, antes de exigir o cumprimento integral de documentos digitais. Enfatizou a necessidade de investimentos estruturais em educação e inclusão digital nos territórios pesqueiros, de modo a promover a efetiva participação dos pescadores e sua integração aos sistemas governamentais. Ressaltou ainda que os desafios apresentados não são exclusivos de um único órgão, demandando atuação articulada entre diferentes áreas do governo. Manifestou a expectativa de que essas questões sejam debatidas em instâncias apropriadas, como grupos de trabalho voltados à pesca artesanal, visando à construção de soluções conjuntas que considerem a

realidade da categoria e promovam maior equidade no acesso às políticas públicas.

2.19 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: Elencou que buscaria consolidar os principais pontos levantados ao longo das falas, reconhecendo que nem todas as questões poderiam ser plenamente esclarecidas naquele momento, colocando-se, contudo, à disposição para aprofundamento posterior. Em relação aos problemas de acesso ao sistema, ressaltou que erros pontuais, como a ausência de dados (ex.: REAP), precisam ser analisados caso a caso, a fim de identificar possíveis falhas sistêmicas. Destacou que a reunião de situações concretas nos territórios pode contribuir para a identificação e correção de problemas estruturais, permitindo replicar soluções em âmbito mais amplo. Quanto às dificuldades operacionais, mencionou a retirada da exigência de duplo fator de autenticação como resultado de demandas do setor, permanecendo, entretanto, a validação facial no primeiro acesso, alinhada a outros serviços do Governo Federal. Reconheceu que esse mecanismo ainda apresenta desafios práticos para os usuários. No tocante à gestão de demandas, considerou inadmissível a ausência de resposta a comunicações encaminhadas anteriormente, comprometendo-se a verificar casos específicos de forma prioritária. Sobre a articulação institucional, esclareceu que há interação entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundacentro, especialmente no contexto das entrevistas, embora reconheça limitações no alinhamento formal. Ademais, corroborou críticas quanto à fragilidade metodológica dos formulários utilizados, destacando a necessidade de aprimoramento. Em relação às demandas trazidas por outros participantes, avaliou que mudanças normativas recentes, como a portaria 127, tendem a mitigar parte dos problemas apontados, especialmente no que se refere à regularização dos registros. Reconheceu a limitação de acesso à internet como um desafio estrutural, defendendo que essa questão deve ser tratada como política pública de Estado. Indicou que o Ministério tem buscado alternativas tecnológicas, como a possibilidade futura de operação offline com posterior sincronização de dados, a fim de ampliar o acesso dos pescadores aos sistemas digitais, ainda que tais soluções não eliminem completamente as dificuldades existentes. Reiterou, assim, a necessidade de atuação integrada do governo para enfrentar as barreiras de inclusão digital e garantir maior efetividade das políticas públicas voltadas ao setor.

2.20 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – FNTTAA)**: Pediu que encaminhassem aos membros do Conape, as mudanças que serão feitas para que os conselheiros pudessem ver, antes da publicação.

2.21 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: o Conselheiro apresentou a minuta da portaria 127, informando que ainda está em fase de ajustes e que algumas contribuições recentes serão avaliadas e incorporadas posteriormente. Explicou que a norma foi revisada desde 2025, com participação de diferentes áreas do Ministério, superintendências e acompanhamento da Casa Civil. Destacou que a nova versão foi reorganizada em seis capítulos, com mudanças estruturais e de conteúdo. Entre os principais pontos, ressaltou a definição mais clara de termos, como o protocolo físico, e a consolidação de que as solicitações do RGP devem ser feitas exclusivamente de forma digital. Enfatizou também a simplificação da documentação exigida, que deixa de ser

separada por categoria (artesanal, industrial e estrangeiro) e passa a ser unificada, mantendo apenas exigências específicas quando necessário. Afirmou que as mudanças buscam tornar-se o processo mais simples e menos burocrático. O expositor pediu compreensão quanto à rapidez da apresentação e destacou pontos importantes da nova norma. Informou que, a partir de 1º de janeiro, o cadastro (CIN/Título) passa a ser obrigatório para solicitação do RGP. Para quem já está ativo no sistema, haverá prazo até 31 de dezembro de 2027 para atualização dos dados. Também ressaltou que permanecem as vedações já existentes, deixando mais claro que pessoas com atividades incompatíveis com a pesca, como servidores públicos ou aposentados em certas condições, não poderão solicitar o registro. Além disso, será necessário declarar que não se enquadra em nenhuma dessas restrições. Explicou que a análise dos pedidos será feita pelas superintendências, com prazo de até 90 dias, podendo ser prorrogado. Destacou ainda que a ordem de análise seguirá o critério cronológico das solicitações no sistema. Informou que a análise será realizada por servidores autorizados e que o sistema terá funcionamento definido, de segunda a sexta-feira, das 7h às 20h. O expositor destacou que a nova norma estabelece um limite de até 200 processos analisados por dia nas superintendências, dentro do horário de funcionamento do sistema (das 7h às 20h). Essa medida busca garantir maior controle, evitando análises fora do horário e mantendo um padrão baseado na média de produtividade dos servidores. Outro ponto importante é a definição da data do primeiro registro, que passa a ser a data em que o pescador realiza a solicitação no sistema, independentemente de quando o pedido será analisado. Mencionou que a norma também traz maior clareza sobre situações de suspensão ou cancelamento do registro, ajustando regras relacionadas a esses casos. O Diretor Alex, explicou que, nos casos de suspensão do registro, a data do primeiro registro é mantida, desde que o pescador regularize sua situação, não havendo prejuízo. Já nos casos de cancelamento, o pescador precisa fazer uma nova solicitação, e a data do primeiro registro passa a ser a dessa nova inscrição. Também esclareceu a regra do protocolo físico: quando realizado dentro do período válido (2010 a setembro de 2021) e devidamente homologado, a data considerada será a do próprio protocolo. Fora desse período, o protocolo não será aceito para fins de primeiro registro. Sobre a homologação, destacou que ela ocorre quando a solicitação é validada pelas autoridades competentes, como o Ministério e suas instâncias responsáveis. Em relação à licença e manutenção do registro, informou que as regras permanecem, com ajustes apenas para maior clareza. O REAP passa a ser feito em um único sistema, e sua entrega servirá também para atualização cadastral. Ressaltou que, em caso de divergência de dados com a Receita Federal, o próprio sistema indicará a necessidade de correção antes da continuidade do processo. Explicou que o REAP deverá ser preenchido mensalmente, com informações da atividade exercida em cada mês do ano anterior, ou seja, de forma retroativa. Apesar de ser mais exigente, essa mudança é necessária porque os dados passarão a ser utilizados na estatística pesqueira nacional e em processos de auditoria. Nos meses em que o pescador não exercer atividade, será possível não preencher, desde que apresente justificativa no sistema. O prazo para envio será até 31 de julho do ano seguinte ao período informado. Como exceção, o REAP de 2025 poderá ser enviado até 31 de dezembro. Também foi destacada a exigência de documentos que comprovem a comercialização do pescado, como notas fiscais, guias de transporte ou declarações de entidades de classe, seguindo recomendações dos órgãos de controle. Informou que entidades e associações poderão emitir declarações que comprovem o exercício da atividade pesqueira. Também poderão ser utilizados documentos que comprovem o cadastro do pescador em

unidades de conservação, no cadastro do pescador artesanal e em programas sociais. Destacou ainda que a participação em programas e projetos de monitoramento da pesca poderá servir como comprovação, por meio de relatórios ou documentos emitidos, valorizando a contribuição dos pescadores na coleta de dados para a estatística pesqueira. Esclareceu que não será necessário apresentar todos os documentos listados, sendo exigida a apresentação de três documentos dentre as opções disponíveis no momento do envio do REAP, o que representa uma mudança em relação às regras anteriores. Elucidou que o pescador deverá apresentar três documentos dentre os disponíveis no momento do envio do REAP, o que representa uma mudança significativa em relação às regras anteriores. Também destacou que o sistema poderá, no futuro, ser alimentado automaticamente com dados de monitoramento da pesca realizados pelo Ministério ou por parceiros, valorizando o automonitoramento feito pelos próprios pescadores. Informou ainda que, em caso de inconsistência de dados, o pescador será notificado para correção, podendo sofrer sanções caso não regularize a situação. Além disso, foi mencionada a criação de um dispositivo que permitirá a exclusão direta do registro em casos específicos, como solicitação do próprio pescador, óbito ou descumprimento de requisitos, tornando o processo mais ágil. Ressaltou que as suspensões das licenças podem ocorrer por decisão judicial, determinação de órgãos de controle ou pela não apresentação do REAP e atualização de informações quando exigidas. Explicou que a suspensão da licença pode ocorrer em casos como ausência de manifestação ou correção de irregularidades, indícios de fraude, inclusive cibernética, ou descumprimento das regras estabelecidas pelo Ministério. Nessas situações, o pescador será notificado e terá prazo de 30 dias para apresentar recurso, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. Já o cancelamento pode ocorrer em casos mais graves, como condenação por crime ambiental, comunicação de órgãos fiscalizadores ou do Poder Judiciário, não exercício da atividade pesqueira, não apresentação de documentos obrigatórios ou comprovação de informações falsas. Também poderá haver cancelamento quando for constatada fraude na obtenção da licença ou irregularidades não corrigidas. Assim como na suspensão, o pescador terá prazo de até 60 dias para apresentar defesa. Foi destacado que os prazos de suspensão variam conforme a gravidade da infração, havendo um escalonamento das penalidades de acordo com cada situação. Relatou que as comunicações oficiais serão realizadas por meio eletrônico, utilizando o sistema e correio eletrônico, inclusive nos casos de sanções, que terão fluxo automatizado, com notificação direta ao pescador. Esclareceu que, embora possam ocorrer dificuldades tecnológicas, esse será o formato adotado pela norma. Também destacou que há previsão de publicação da portaria até abril de 2026, após finalização da proposta e análise jurídica, havendo prazo curto para consolidação da versão final.

2.22 Com a palavra, a Conselheiro Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla): abordou questões relacionadas à caracterização de profissionais na atividade de pesca ornamental, especialmente no que se refere à participação de aposentados. Destacou a necessidade de esclarecimento quanto à possibilidade de indivíduos aposentados por outras atividades exercerem funções no setor, questionando se haveria vedação nesses casos, uma vez que a aposentadoria não decorreu diretamente da atividade pesqueira. Adicionalmente, tratou da questão da compatibilidade de horários para servidores públicos, observando que a legislação não define de forma objetiva esse critério. Ressaltou que determinadas atividades, como a pesca ornamental, podem ocorrer em períodos noturnos, o que, em sua avaliação, poderia ser

considerado compatível com a jornada regular do serviço público. No entanto, ponderou que tal interpretação pode variar conforme a análise da autoridade competente, gerando margem para entendimentos distintos. Apresentou questionamentos relacionados às obrigações cadastrais e ao fluxo de informações entre os órgãos competentes. Inicialmente, manifestou preocupação com a multiplicidade de formulários e exigências, destacando a necessidade de simplificação dos procedimentos. Nesse sentido, sugeriu a integração de dados entre o Ministério da Pesca e os sistemas do meio ambiente, mencionando o Cadastro Técnico Federal, de modo a evitar que os usuários precisem prestar as mesmas informações mais de uma vez a diferentes órgãos. Adicionalmente, questionou se haverá novas exigências ou especificações além das já apresentadas no âmbito da atividade pesqueira. Solicitou esclarecimentos quanto ao cumprimento de deliberação anterior do Conape, que estabeleceu prazo para publicação de formulários. Relatou que recebeu comunicação indicando que o tema seria tratado na presente reunião, razão pela qual requereu atualização sobre o andamento e a efetiva implementação das medidas deliberadas.

2.23 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: destacou a importância de maior clareza e organização nos processos relacionados à atividade pesqueira. Ressaltou a necessidade de transparência, uniformidade e simplificação dos procedimentos, visando melhor atendimento aos profissionais do setor. Enfatizou a importância do cumprimento das deliberações realizadas.

2.24 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: apresentou questionamentos acerca da aplicação das regras relacionadas à participação de servidores públicos na atividade pesqueira, especialmente no que se refere à comprovação de compatibilidade de horários entre a função pública e a atividade exercida. Destacou a necessidade de critérios claros para essa verificação, a fim de garantir maior segurança e evitar distorções no processo de análise. Também abordou a importância de mecanismos de controle e validação das informações prestadas pelos interessados, de modo a assegurar que apenas profissionais que efetivamente atuam na atividade sejam contemplados, evitando irregularidades. Adicionalmente, ressaltou preocupações quanto ao compartilhamento de dados entre órgãos, especialmente no que diz respeito à segurança das informações e ao risco de uso indevido. Observou que, embora a comprovação da atividade seja necessária, é fundamental que haja cautela na forma como esses dados são utilizados e compartilhados. E destacou que a integração com órgãos ambientais representa um desafio, sobretudo em contextos em que há receio por parte das comunidades em razão de fiscalizações e penalidades, reforçando a necessidade de construção de soluções com segurança e parceria entre as instituições.

2.25 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu questionamento anteriormente apresentado acerca da situação de aposentados no âmbito da atividade. Informou que, conforme a norma vigente, não houve alteração no dispositivo relacionado ao tema, permanecendo as regras já estabelecidas. Destacou que a condição de aposentado deve ser analisada conforme os critérios atualmente previstos, não se tratando de inovação normativa. Acrescentou, ainda, que poderia consultar o texto específico da norma para leitura e melhor esclarecimento, caso necessário.

2.26 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: buscou esclarecimentos quanto à interpretação do dispositivo normativo, especialmente no que se refere à possibilidade de acesso a benefícios e à obtenção de registro ou carteira na atividade. Destacou dúvida sobre se o cumprimento dos requisitos legais permitiria ao interessado tanto o exercício da atividade quanto o acesso aos benefícios correspondentes, conforme a redação apresentada. Ressaltou que a forma como o dispositivo está escrito pode gerar diferentes interpretações, indicando a necessidade de maior clareza no texto para evitar ambiguidades.

2.27 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu que o dispositivo mencionado já se encontra previsto na norma vigente, não havendo alterações em relação ao que já era anteriormente estabelecido. Informou que o tema já vem sendo discutido e que a nova norma apenas manterá essa previsão. Ressaltou que, caso o entendimento não esteja claro, trata-se de oportunidade para aprimorar a redação ou promover melhor esclarecimento, a fim de evitar dúvidas quanto à sua aplicação. Deu continuidade aos esclarecimentos, abordando a questão da compatibilidade de horários para servidores públicos. Explicou que a compatibilidade deve ser analisada dentro da carga horária regular de trabalho do servidor, não sendo considerada apenas a realização de atividades em período noturno. Destacou que, de forma geral, servidores públicos possuem jornada de até 8 horas diárias e 40 horas semanais, o que, em regra, inviabiliza o exercício concomitante de outra atividade durante dias úteis. Ressaltou que não seria possível conciliar integralmente uma jornada pública com outra atividade, mesmo que realizada fora do horário habitual, caso isso comprometa a compatibilidade exigida. Pontuou, contudo, que existem exceções, como casos de servidores com carga horária reduzida, nos quais a possibilidade de exercício de outra atividade dependerá de autorização do órgão ao qual o servidor está vinculado, mediante atestado de compatibilidade. Enfatizou que a responsabilidade pela autorização recai sobre o órgão de lotação do servidor, não se tratando de uma liberação automática, e que o objetivo não é ampliar indiscriminadamente o acesso, mas garantir o cumprimento das regras estabelecidas.

2.28 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: deu continuidade aos esclarecimentos, abordando a questão do registro e da integração de dados por meio do CPF. Informou que o órgão competente está em articulação com o IBAMA, tendo já realizado reuniões com o objetivo de avaliar a integração entre os sistemas. Enfatizou que há um processo em andamento para evitar duplicidade de informações e aprimorar o compartilhamento de dados entre as instituições, buscando maior eficiência e simplificação para os usuários.

2.29 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu que o órgão responsável está em articulação com o IBAMA quanto à integração de sistemas, destacando que já foram realizadas reuniões para avaliação do sistema em desenvolvimento. Ressaltou que a intenção é evitar a criação de soluções isoladas, promovendo a interoperabilidade e o compartilhamento de informações entre as instituições. Informou, ainda, que o órgão está acompanhando e atuando nesse processo, com o objetivo de aprimorar a gestão dos dados e reduzir a duplicidade de informações e retomou os pontos levantados anteriormente, questionando se havia outras dúvidas além daquelas

relacionadas aos servidores públicos. Informou que os dados estão protegidos por sigilo estatístico e que o Plano Nacional prevê automonitoramento com critérios de validação. Destacou que a análise permanece, em regra, com as superintendências, podendo a sede atuar em casos específicos e elencou a norma está em construção e pode receber contribuições, mencionou que o novo sistema buscará padronizar a análise dos cadastros. O Diretor Alex, destacou que o processo de análise terá caráter de auditoria, com maior controle e fiscalização. Informou que o novo sistema impedirá escolhas discricionárias, pois a análise seguirá a ordem de chegada dos requerimentos. Ressaltou que a medida busca garantir maior transparência e evitar prioridades indevidas, conforme recomendações dos órgãos de controle.

2.30 Com a palavra, a Conselheira **Maria José da Silva (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA)**: reiterou preocupação quanto à comprovação da atividade pesqueira junto ao INSS, especialmente em relação à manutenção da qualidade de segurado. Destacou dificuldades enfrentadas pelos pescadores na apresentação de documentos, como nota fiscal, podendo recorrer à autodeclaração. Ressaltou que essa situação pode resultar em indeferimento de benefícios e questionou se há alternativa ou encaminhamento para mitigar esse risco, conforme tratado em reunião anterior.

2.31 Com a palavra, a Conselheira **Josana da Costa (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP)**: manifestou preocupação com os impactos das novas exigências sobre os pescadores artesanais, especialmente quanto à comprovação da produção e emissão de notas fiscais. Destacou as dificuldades enfrentadas nas comunidades, onde muitas vezes a comercialização ocorre por meio de atravessadores que não fornecem documentação. Relatou, ainda, a existência de cobranças consideradas abusivas por parte de entidades intermediárias para emissão de documentos, o que onera os trabalhadores. Também ressaltou os desafios logísticos enfrentados por comunidades ribeirinhas para cumprimento de exigências mensais. Defendeu a necessidade de medidas que garantam maior justiça, acessibilidade e adequação das normas à realidade dos pescadores artesanais. Reforçou sua preocupação com as dificuldades enfrentadas por pescadores em regiões de difícil acesso, destacando os desafios logísticos e a limitação de acesso à internet de qualidade para cumprimento das exigências. Relatou situações de deslocamento sem sucesso para realização de procedimentos, bem como dependência de terceiros, o que pode gerar vulnerabilidade e riscos. Também mencionou a existência de pressões e constrangimentos em algumas localidades. E, ressaltou que, embora as medidas busquem facilitar os processos, na prática podem representar novos obstáculos, especialmente para comunidades mais isoladas.

2.32 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem)**: relatou sua experiência pessoal para ilustrar a complexidade das regras atualmente debatidas, destacando que diferentes perfis de profissionais são impactados de forma distinta pelas exigências. Apontou que nem todos os pescadores acessam o seguro defeso, sugerindo a possibilidade de diferenciação entre aqueles que pretendem acessar o benefício e os que exercem a atividade sem esse objetivo. Avaliou que essa distinção poderia simplificar o processo e reduzir inconsistências. Também mencionou a necessidade de maior efetividade na fiscalização e no cumprimento das normas, especialmente quanto à veracidade

das informações prestadas. Sugeriu a diferenciação entre pescadores que se declaram ou não como segurados especiais, como forma de reduzir inconsistências no acesso ao seguro defeso. Destacou que o reconhecimento da atividade por órgão público também poderia contribuir para maior segurança e controle. Apontou limitações nos dados atualmente disponíveis e mencionou desafios institucionais e orçamentários que impactam a gestão do setor. Ressaltou a necessidade de construção de soluções práticas e efetivas, a fim de evitar frustrações e garantir avanços concretos para a atividade pesqueira.

2.33 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: Reforçou esclarecimentos acerca do REAP, destacando que o preenchimento das informações ocorrerá de forma anual, contemplando os meses de atividade, não sendo necessário o comparecimento mensal. Enfatizou que a proposta mantém a sistemática atual, ao mesmo tempo em que amplia os meios de comprovação da atividade, com a utilização de cadastros públicos já existentes. Destacou ainda que tais mecanismos contribuem para o fortalecimento de outras políticas públicas. E afirmou que o modelo busca maior controle e segurança no processo, com participação das entidades representativas, não vislumbrando prejuízos aos pescadores.

2.34 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: informou a necessidade de desocupação do auditório às 18h, em razão da retirada de equipamentos instalados do evento anterior. Como encaminhamento, sugeriu a continuidade das discussões no dia seguinte, a partir das 8h, com priorização de pontos ainda pendentes. Destacou que eventuais temas não deliberados poderão ser avaliados quanto à necessidade de apreciação em reunião extraordinária.

2.35 Com a palavra, **Cristiano Ramalho (Secretário Nacional da Pesca Artesanal – SNPA/MPA)**: sugeriu a releitura do item referente à documentação, de forma detalhada, como estratégia para esclarecer as dúvidas apresentadas. Destacou que a análise ponto a ponto poderá contribuir para melhor compreensão e eventual manifestação dos demais participantes.

2.36 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: a informou que foram realizadas tratativas junto à Casa Civil acerca das preocupações apresentadas, destacando que as questões ainda estão em avaliação e não foram incorporadas ao texto normativo. Esclareceu que a nota fiscal constitui apenas um dos documentos possíveis para comprovação da atividade, sendo facultada a apresentação de outros registros, como cadastros públicos e declarações de entidades, devendo o interessado reunir, no mínimo, três documentos e disse que a proposta busca ampliar as formas de comprovação e fortalecer o papel das entidades representativas. Por fim, esclareceu que o reporte das atividades poderá ser feito ao longo do ano, sendo exigido o envio consolidado anual, contemplando a produção mensal.

2.37 Com a palavra, a Conselheira **Maria José da Silva (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA)**: manifestou preocupação quanto à operacionalização do sistema, especialmente em relação à necessidade de envio das informações e às dificuldades enfrentadas em situações anteriores, quando houve retrabalho no preenchimento dos dados. Solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de manter registros em rascunho e

realizar o envio posterior, buscando maior segurança e previsibilidade no processo.

2.38 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu que o reporte mensal poderá ser realizado ao longo do ano, permanecendo em formato de rascunho até o prazo final, quando será possível efetuar o envio consolidado. Destacou que, embora se espere que a maioria dos registros seja realizada de forma anual, o preenchimento mensal é recomendável para garantir maior consistência das informações. Ressaltou, por fim, que os dados coletados serão relevantes para o ordenamento da pesca artesanal e para a consolidação de informações no âmbito nacional.

2.39 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: manifestou preocupação quanto à aplicação de penalidades e suspensões no período de atividade pesqueira, destacando os impactos operacionais e financeiros para os armadores. Sugeriu a realização de triagem prévia das pendências antes do início das atividades, a fim de evitar prejuízos decorrentes de suspensões inesperadas após investimentos na preparação das embarcações. Alternativamente, propôs que eventuais penalidades sejam aplicadas em momento posterior, de forma a mitigar os impactos ao setor.

2.40 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem)**: questionou sobre a possibilidade de aproveitamento, pelo Ministério, de dados oriundos de sistemas locais de monitoramento já existentes, mantidos por instituições e associações, os quais registram informações detalhadas da atividade pesqueira. Destacou que tais registros incluem identificação dos pescadores e produção, sendo atualizados regularmente, e indagou se esses dados poderiam ser aceitos como forma de comprovação da atividade, seja por meio de entidades locais ou instituições parceiras.

2.41 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: esclareceu que as questões relacionadas às embarcações e eventuais suspensões estão no âmbito do PROPEC, indicando que tais situações decorrem, em geral, de procedimentos de vistoria. Informou que a coordenação responsável pelo programa poderá prestar esclarecimentos adicionais, sugerindo o encaminhamento da questão ao setor competente para melhor detalhamento.

2.42 Com a palavra, **Alysson Carvalho (Engenheiro de Pesca do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura SERMOP/MPA)**: contribuiu à discussão esclarecendo detalhes técnicos sobre o processo de coordenação do Propesc, detalhando o acompanhamento das suspensões de embarcações. Ele reforçou que tais sanções administrativas são aplicadas dentro do período de pesca, respeitando o período de defeso, de modo a garantir a legalidade e a efetividade do monitoramento pesqueiro.

2.43 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: comentou sobre a aplicação prática das permissões de pesca, enfatizando que a maioria das permissões, já possui complementações que permitem a operação

até determinado período. Ele argumentou que é mais eficiente levantar e organizar as suspensões ao final do ciclo de pesca, em vez de suspender embarcações individualmente ao longo do processo, pois isso geraria custos desnecessários e dificuldades operacionais para os pescadores. O Senhor Agnaldo comparou a situação com a posse de um veículo, ilustrando como penalidades aplicadas fora do contexto adequado podem causar impacto desproporcional. Ele concluiu que a aplicação de sanções deve ser ponderada, respeitando os períodos de pesca e os mecanismos complementares já previstos.

2.44 Com a palavra, Alysson Carvalho (Engenheiro de Pesca do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura SERMOP/MPA): explicou que as sanções administrativas referentes à frota do Pardo devem ser cumpridas durante o período da pescaria principal da modalidade correspondente, enquanto modalidades complementares podem ser aplicadas durante seus próprios períodos específicos. Ele destacou que o procedimento interno do SERMOP para aplicação de sanções administrativas foi aprimorado, de modo que a portaria sobre o cumprimento da sanção só entra em vigor 30 dias após sua publicação. Essa medida visa permitir que o armador ou proprietário da embarcação se prepare adequadamente, evitando prejuízos decorrentes do cumprimento imediato da penalidade.

2.45 Com a palavra, Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA): abordou a questão da documentação comprobatória da atividade pesqueira destacando que os pescadores e pescadoras podem comprovar sua participação em sistemas de monitoramento da pesca e da aquicultura bem como em iniciativas de entidades e órgãos parceiros e que a comprovação pode ser feita por meio de relatórios de participação em sistemas de monitoramento do MPA ou de parceiros integrando dados já existentes e futuros dispositivos como o REAP e que essa documentação será considerada no contexto do Plano Nacional de Estatística conforme previsto na Portaria nº 127 permitindo que informações oriundas de outras iniciativas de monitoramento também possam ser utilizadas como comprovação Mateus reforçou a importância de dados confiáveis para o ordenamento da pesca e gestão das atividades dos pescadores destacando que sem dados não é possível tomar decisões de gestão seja para pescaria ou espécie e que o problema atual é a fragmentação descontinuidade e falta de integração do monitoramento devido às dimensões continentais do Brasil e à multiplicidade de ambientes e recursos Historicamente houve sistemas robustos de estatística entre 2000 e 2010 mas atualmente existe uma lacuna significativa com dados dispersos e que o Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e Aquicultura busca formalizar e integrar essas informações consolidando dados de diferentes iniciativas incluindo universidades IBGE órgãos parceiros e programas do Ministério garantindo subsídios confiáveis para a gestão e ordenamento pesqueiro Mateus ressaltou que embora exista um esforço significativo de coleta de dados a formalização e integração por meio do plano é essencial para superar o caráter pulverizado do monitoramento atual em síntese ele reforçou a necessidade de integrar dados existentes e futuros permitindo comprovação documental flexível para pescadores e garantindo uma base sólida para o ordenamento e gestão da pesca artesanal. explicou que de 1950 a 2022 houve uma lacuna de dados de mais de 15 anos e que o trabalho atual envolve pescadores, instituições de pesquisa e diferentes atores do setor e que o Ministério agora tem uma estrutura mínima para iniciar a integração desses dados ele destacou o decreto nº 12.527, que obriga os ministérios da Pesca e do Meio Ambiente a criarem um sistema de coleta e monitoramento da pesca

garantindo respaldo legal para a portaria e o plano nacional de estatística ele reforçou que a portaria estabelece regras e cronograma para implementação do sistema e que o objetivo é integrar iniciativas existentes, considerando também os dados de automonitoramento para subsidiar a gestão e ordenamento da pesca no país. Explicou que o monitoramento participativo e o automonitoramento das indústrias precisam estar incluídos no plano nacional de estatística e que o plano vai normatizar e definir critérios e objetivos garantindo que esses dados sejam considerados no sistema estatístico nacional ele destacou a existência do decreto 1.694 de 1995 ainda vigente, que tinha o objetivo de coletar, processar e intercambiar informações da pesca com competência do IBGE, mas que não chegou a ser 100% operacional e posteriormente passou para o IBAMA ele explicou que hoje a competência de gerar estatísticas pesqueiras e agrícolas é do Ministério da Pesca e que o decreto vigente é obsoleto, por isso será revogado e substituído por novos dispositivos que criem uma estrutura moderna e perene para a estatística pesqueira ele reforçou que sem dados não há como ordenar a pesca industrial e artesanal e que o Plano Nacional funcionará como um guarda-chuva integrando todas essas informações. O Diretor Alex, explicou que os dados de pesca são gerados por pescadores, pescadoras e instituições, muitas vezes coordenados pelo MPA ou em conjunto com ele, e que é importante reconhecer isso ele destacou que será criado um comitê técnico de acompanhamento para monitorar o plano, avaliar metas e realizar ajustes quando necessário e que haverá uma portaria definindo os procedimentos de execução do plano, trazendo diretrizes gerais, composição, critérios de participação, orçamento e uso da informação com sigilo estatístico garantindo que os dados brutos não sejam utilizados para outros fins ele também explicou que a portaria vai definir direitos autorais, metodologias de coleta e tratamento de dados, tipos de amostragem e que todos os dados oficiais, inclusive os de condicionantes ambientais, serão integrados ao sistema estatístico nacional reforçando que o Pnad carregou grande parte da estatística pesqueira do país nos últimos 10 anos e agora será integrado nesse processo ele lembrou que tudo isso está alinhado com o decreto e a portaria que trazem o cronograma e que o trabalho vem sendo desenvolvido desde o ano passado, sendo robusto o suficiente para apresentar o novo decreto, que definirá o Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e Agricultura, revogando o decreto anterior, com cobertura nacional, regionalizada, com foco em aprimorar qualidade, periodicidade, cobertura e gerar cooperação entre União, estados e municípios, lembrando que dados estaduais muitas vezes não chegam oficialmente ao Ministério. Explicou que os dados de produção das indústrias e o auto monitoramento participativo devem estar incluídos no sistema estatístico nacional de pesca e aquicultura e que o Plano Nacional vai normatizar, definir objetivos e critérios, garantindo que o monitoramento participativo seja considerado como comprovação da atividade pesqueira ele destacou que o decreto anterior, de 1995, ainda vigente, não foi 100% operacional e que hoje a competência para gerar estatísticas pesqueiras e de aquicultura é do Ministério da Pesca e Aquicultura, por isso o novo plano e decreto visam modernizar e estruturar a coleta de dados de forma integrada e oficial reforçando que sem dados não é possível ordenar a pesca industrial ou artesanal e que o plano vai funcionar como um guarda-chuva integrando diferentes iniciativas coordenadas pelo MPA e outras instituições, criando um comitê de acompanhamento técnico, garantindo sigilo estatístico e critérios mínimos de coleta, tratamento e uso da informação e que a implementação será gradual, considerando limitações orçamentárias e fontes complementares de recursos.

2.46 Com a palavra, o Conselheiro **Flávio Lontro (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinhos – Confrem)**: destacou a importância de consolidar e integrar os dados de pesca no Brasil ele explicou que historicamente os dados eram incompletos fragmentados e desatualizados lembrando que as publicações bianuais oficiais pararam em 2012 e que lacunas posteriores foram preenchidas apenas por compilação de informações em iniciativas como o Marco Zero de 2018 realizado em uma conferência internacional na Tailândia ele reforçou que esses dados abrangem pesca artesanal e industrial e são fundamentais para comprovar produção, sustentar políticas públicas, apoiar a gestão ambiental e justificar recursos orçamentários limitados do Ministério da Pesca e Aquicultura ele salientou ainda que o monitoramento participativo dos pescadores é essencial, assim como a integração de dados biológicos, socioeconômicos e ambientais, para gerar estatísticas confiáveis que permitam planejar ações, tomar decisões e fortalecer a pesca sustentável no país.

2.47 Com a palavra, **Alex Lira (Diretor do Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura da SERMOP/MPA)**: relatou que o Plano Nacional de Monitoramento e Estatística da Pesca e Aquicultura não é pensado para um ou dois anos, mas como um guarda-chuva de longo prazo que permita consolidar e integrar informações já existentes, como dados do PEMAP e outras iniciativas. Ele ressaltou que o plano será o norte para a integração de informações, estando ligado a programas como o Pró-Estoques, que realiza avaliação de choque e depende de dados consolidados para orientar o ordenamento pesqueiro. Alex destacou que o plano tem um cronograma definido, com publicação prevista para abril, e que o processo de consulta institucional, incluindo ao CONAPE, já vem sendo trabalhado desde o ano passado. Por fim, reforçou que o objetivo é preencher lacunas de informação, especialmente na pesca, garantindo maior robustez de dados para subsidiar políticas, gestão e decisões estratégicas.

2.48 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: agradeceu a participação de todos e comunicou que a reunião será retomada no dia seguinte às 8h. Informou que pediu à Renata para preparar uma nova pauta e disponibilizá-la por e-mail e WhatsApp, para que todos possam se organizar e se preparar. Ela destacou que amanhã será deliberado o tema que não pôde ser concluído na reunião atual e finalizou desejando boa noite a todos.

SEGUNDO DIA DE REUNIÃO

3. Apresentação dos Planos de Revisão do Ordenamento Pesqueiro Continental das bacias Amazônica, do São Francisco, do Paraná e do Paraguai

3.1 Com a palavra, **Bianca Larissa (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental da SNPA/MPA)**: se apresentou como coordenadora geral de gestão participativa continental, agradeceu a inclusão da pauta na agenda do NAPPI e explicou que o objetivo da apresentação era informar sobre o cronograma, a metodologia e os mecanismos de participação social relacionados à revisão das normas, especialmente aquelas acompanhadas pelos órgãos de controle. Ela destacou os desafios do ordenamento da pesca continental, considerando a complexidade das 12 grandes bacias e suas sub-bacias, além de temas transversais como poços de evasão, barramentos, espécies exóticas e mudanças climáticas. Mencionou a necessidade de

equilibrar o ordenamento com outros temas importantes, como reconhecimento dos territórios pesqueiros e seguro-defeso. Por fim, apresentou de forma resumida os quatro planos de revisão do ordenamento pesqueiro das bacias Amazônica, São Francisco, Paraná e Paraguai, ressaltando que o foco era dar uma visão geral das revisões e da retomada do CPGS continental, com fotos e referências às reuniões dos últimos três anos e previsão para 2026. A Coordenadora-Geral detalhou o plano de revisão do Regulamento Pesqueiro da Bacia Amazônica, destacando que a abordagem adotada não se limitou à revisão da Portaria 48, conhecida como portaria dos defesos amazônicos, mas também incorporou outras normativas, como a revisão da E22, que trata da pesca do acari. O objetivo do plano foi estabelecer as etapas do processo de revisão da pesquisa pesqueira da Bacia Amazônica, definindo um cronograma detalhado e priorizando a participação social. Ressaltou que mecanismos de discussão participativa e consulta pública garantem o envolvimento de pescadores, pesquisadores, gestores e demais atores sociais, de modo a contribuir de forma efetiva para a revisão do ordenamento pesqueiro. O plano segue a mesma estrutura para outras bacias, previstas para discussão no segundo semestre de 2026, e durante 2023 a 2025 houve um trabalho contínuo de retomada do CPA, com discussões de recomendações e levantamento de subsídios técnicos, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas. O foco principal foi discutir o manejo de espécies amazônicas, especialmente aquelas que migram sazonalmente para reprodução, para definir quais espécies devem constar na Portaria 48. Workshops foram realizados para consolidar os resultados técnicos, e o plano de trabalho foi submetido aos membros do CPGE e do GTC, recebendo contribuições e ajustes antes de sua aprovação na quinta reunião ordinária. Ela explicou que, após a aprovação do plano de revisão da Bacia Amazônica pelos membros, uma das recomendações foi encaminhá-lo para consulta pública na plataforma Participe + Brasil. Ele destacou que o plano seguiu para uma segunda fase, conforme recomendação do CPG, com a criação de um grupo de trabalho para discutir os resultados do estudo técnico existente e de um novo estudo conduzido pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com foco na participação dos pescadores da bacia. Detalhou que o grupo de discussão já realizou quatro reuniões até o momento, e que as oficinas participativas ocorrerão de março a agosto, buscando garantir pelo menos uma oficina por estado, mesmo com limitações logísticas e financeiras. O objetivo é consolidar uma minuta de portaria ainda no segundo semestre de 2026, com base na Portaria 48. Em seguida, Alexandre apresentou a revisão do ordenamento pesqueiro da Bacia do Paraná, que segue a mesma metodologia da Bacia Amazônica. O plano do Paraná foi aprovado na quarta reunião do CPD Centro-Sul e foi encaminhado para consulta pública. Para subsidiar a revisão, foi firmado um estudo técnico com a equipe do professor Fernando, realizado entre o final de 2022 e início de 2023, para gerar dados sobre a atividade pesqueira, biologia reprodutiva e principais recursos da bacia. Além disso, um segundo estudo foi realizado para ampliar a abrangência das áreas da bacia, atendendo à demanda dos pescadores que identificaram lacunas na pesquisa inicial. A expectativa é que, seguindo esse processo, seja possível elaborar a minuta de portaria da Bacia do Paraná ainda no segundo semestre de 2026, garantindo discussão participativa e dados técnicos robustos para a tomada de decisão. A Coordenadora-Geral explicou que, na Bacia do Paraguai, o principal desafio foi montar uma rede de pesquisadores e pescadores com menor participação no CTG Centro-Sul. Seguindo a mesma lógica aplicada às outras bacias, foi elaborado um plano de trabalho focado na revisão do regulamento da pesca da bacia, incluindo a revisão da portaria EN 201 de 2008, que estabelece normas para a atividade pesqueira no território hidrográfico do Paraguai. Destacou que

essa revisão é diferente da Bacia do Paraná, pois existem menos recomendações previamente registradas, o que exigiu identificar onde estão as demandas e como envolver os pescadores. O plano de trabalho foi aprovado na quinta reunião do CTG Centro-Sul, realizada em Três Lagoas, e em seguida encaminhado para consulta pública. Para subsidiar a revisão e garantir a participação dos pescadores, foi estabelecido um termo de execução descentralizado com o FMT, permitindo discussões participativas diretamente com a comunidade pesqueira. Apesar das limitações da equipe, esse processo é estratégico para reunir percepções locais e alimentar a construção da norma. A previsão é que a minuta de portaria seja finalizada no segundo semestre, de forma alinhada às metodologias aplicadas nas bacias Amazônica e do Paraná. Sobre a Bacia do São Francisco, Larissa explicou que, embora suas normas não sejam acompanhadas pelos órgãos de controle, elas são consideradas tão relevantes quanto as de outras bacias. O planejamento foi focado na Portaria Ibama 18 de 2008, reforçando a importância de integrar essa bacia no processo de revisão e ordenamento pesqueiro nacional. Ela explicou que, assim como nas outras bacias, o plano de trabalho da Bacia do São Francisco seguiu a mesma metodologia, com foco na revisão das portarias relevantes, incluindo a Portaria 50 de 2007, que trata do período de defeso. Como não houve um TED inicial em 2022-2023, foi feita uma parceria para realizar discussões participativas com os pescadores, garantindo que suas demandas fossem incorporadas ao plano. Ela destacou que todos os planos foram aprovados em reuniões do CTG correspondente e encaminhados para consulta pública. O objetivo é estruturar um documento transparente que sirva de referência mesmo com mudanças de gestão, mostrando como o ordenamento e a revisão das normas devem ser conduzidos. Além disso, Larissa mencionou que outros planos para as bacias restantes — como Paraguai, Atlântico e Paranaíba — também estão em andamento e disponíveis no site do Ministério, permitindo acompanhamento público e constante atualização. A Coordenadora-Geral relatou que a publicação das andadas de caranguejos tem sido um desafio anual, pois depende de um processo complexo de coleta de dados em parceria com a Marinha e a rede de monitoramento. Por isso, nos últimos anos a divulgação acabou sendo feita de forma corrida. A notícia positiva é que agora já estão agendadas as andadas até 2028, o que permitirá publicações antecipadas. Quanto à gestão adaptativa do caranguejo — uma demanda específica do Pará — ainda há pendências entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca, mas a equipe já finalizou a discussão no grupo de trabalho e o parecer final está em análise pelas consultorias jurídicas. O objetivo é garantir que, futuramente, a publicação seja feita de forma organizada e antecipada. A Coordenadora-Geral endossou que a revisão do rendimento pesqueiro da Lagoa Mirim e Mangueira, prevista para 2024, já passou por todas as etapas de discussão participativa, discussão técnica e alinhamento interministerial com o Ministério da Pesca e Meio Ambiente. Essas etapas seguem a metodologia das revisões das bacias, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas antes da publicação. Além disso, ela detalhou a construção da matriz de permissão das embarcações de pesca continental, elaborada entre 2024 e 2025, que também passou por consulta pública, grupo de trabalho, discussão participativa e técnica, estando agora na fase de consolidação final. Por fim, destacou a revisão da IN 43/2024, considerada a norma “mãe” que orienta as demais bacias quando não há normas específicas. A revisão da IN 43 surgiu de demandas de fiscalização e está em discussão participativa, já passou pelo Grupo Técnico Científico e CPGE, e a expectativa é apresentar uma minuta de portaria na próxima reunião do CPP Centro Sul, prevista para abril.

3.2 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: abriu espaço para que os conselheiros fizessem considerações e perguntas sobre a apresentação do ordenamento continental, verificando se mais alguém gostaria de se manifestar.

3.3 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: perguntou sobre o andamento da revisão da norma, se ela está em discussão e como ela se relaciona com a matriz de permissionamento continental, destacando que entende que são processos paralelos. Ele também quis saber se essa revisão vai ocorrer em conjunto com outras mudanças e pediu confirmação sobre o cronograma.

3.4 Com a palavra, **Bianca Larissa (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental da SNPA/MPA)**: explicou que a escolha de iniciar pela matriz de permissionamento continental seguiu a metodologia da equipe, priorizando a pesca continental porque antes não existia nenhuma matriz ou discussão sobre o tema. Ela destacou que esse foco inicial serve como base para as próximas etapas, e que normas mais antigas, de 2005 e 2006, foram consideradas nesse processo.

3.5 Com a palavra, a Conselheira **Josana da Costa (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP)**: perguntou sobre a participação dos pescadores e pescadoras nas oficinas da Bacia Amazônica, questionando quem vai definir os participantes e quais serão os parceiros na região, para que seja possível organizar e atender às demandas dos territórios.

3.6 Com a palavra, **Bianca Larissa (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental da SNPA/MPA)**: explicou que as oficinas da Bacia Amazônica serão conduzidas pela equipe do Professor Tony e do Professor Shales, da Universidade Federal do Oeste do Pará e do Centro de Ciências e Tecnologia das Águas, seguindo a metodologia de discussão participativa recomendada pelo CPG. Ela detalhou que, apesar de limitações financeiras e logísticas, a coordenação do CPGA vai compartilhar com antecedência a ordem cronológica e os locais das oficinas, garantindo que os conselheiros possam participar. A equipe responsável pelas oficinas também cuidará da divulgação e convocação dos participantes, e as alterações de locais ou datas serão informadas previamente.

3.7 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: começou elogiando a apresentação, destacando que estava muito bem-organizada e clara, e parabenizou as equipes envolvidas. Em seguida, ele compartilhou algumas observações pessoais sobre a pesca continental, mencionando sua experiência prévia no Ministério e comentando sobre a importância social e ecológica das bacias, especialmente a bacia Norte. Cadu comentou sobre a migração de espécies e trouxe como exemplo o caso do Rio Jacuí e a invasão de piranhas, explicando que canais de irrigação para arrozais permitiram a migração dessas espécies e causando certa confusão ecológica na região da Lagoa dos Patos.

3.8 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: comentou sobre o caso do delta do Jacuí, destacando que, diferentemente de outros fóruns do Rio Grande do Sul, esse ainda não possui uma portaria própria. Ele explicou que

estão construindo uma proposta de ordenamento geral para toda a região, abrangendo o delta do Jacuí, o Guaíba e a Lagoa dos Patos, incluindo os estuários e áreas de polonetas. Cristiano observou que a situação das piranhas se acalmou e que os pescadores já se adaptaram, criando uma dinâmica própria na região. Ele reforçou a importância de ter um plano estruturado, que permita a continuidade do trabalho independentemente de mudanças na equipe, e destacou os desafios de recursos limitados na Secretaria de Pesca Artesanal. Cristiano enfatizou que, sem investimento em pesquisa e participação, não seria possível fazer um ordenamento adequado para essas regiões. Ele também lembrou que a pesca continental é fundamental para a maioria dos pescadores do país e que os planos em andamento — atualmente 44 — devem ser priorizados estrategicamente, considerando as normas gerais que orientam outras normas locais, com foco inicial nas maiores bacias, que representam mais de 60% do território nacional.

3.9 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: elogiou primeiro a apresentação, destacando a organização do plano de revisão como algo importante para o setor. Ele perguntou se, dentro dessas discussões, houve análise sobre a aplicação do tamanho mínimo de captura nas portarias, excetuando a pesca ornamental. Segundo ele, anteriormente essa regra não era cobrada pela fiscalização por se tratar de uma quantidade pequena de captura, mas agora passou a ser exigida. Ele pontuou a necessidade de que essa abordagem fosse discutida nas normas, sobretudo porque se trata de pequenas capturas que complementam a renda dos ribeirinhos durante o período de defeso. Ele também questionou se houve debate sobre os impactos ambientais da liberação de captura abaixo do tamanho mínimo de captura para os ornamentais, uma vez que a captura na fase inicial da vida dos animais, tem baixo impacto, uma vez que naturalmente a maior taxa de mortalidade ocorre na fase juvenil dos animais por predação (por exemplo).

3.10 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: destacou que as normas discutidas atualmente se aplicam à pesca artesanal e comercial, mas não contemplam a pesca ornamental. Ele explicou que essa outra modalidade envolve um conjunto diferente de espécies e que, por isso, não está sendo abordada nesse momento. Ele mencionou que a SNPI também acompanha esse tema e está cuidando dessa área, caso haja necessidade de manifestação futura.

3.11 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que existem espécies de dupla finalidade, ou seja, que podem ser usadas tanto para consumo quanto para fins ornamentais. Ele ressaltou a necessidade de definir como essas espécies de uso duplo serão tratadas, pois não podem ser enquadradas como se fossem de finalidade única.

3.12 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou que as portarias atuais foram construídas considerando a pesca com finalidade comercial e alimentar. Ele lembrou que, historicamente, a fiscalização do Ibama não aplicava cobrança sobre espécies com finalidades ornamentais. Complementou explicando que, após a publicação da norma 17, começaram a medir os peixes, definindo mínimos, mas observando que o mercado às vezes compra peixes menores. Ele sugeriu que, na norma específica, seja incluído um artigo deixando claro que a regra do tamanho mínimo não se aplica às espécies com finalidade ornamental, já que existe uma norma específica para isso. Isso garantiria que a norma

principal permanença clara e que o pescador profissional não seja obrigado de forma indevida, considerando que ele pode capturar tanto para consumo quanto para venda.

3.13 Com a palavra, o Conselheiro **Gilberto Sales (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA)**: comentou sobre o trabalho apresentado, destacando a importância da integração entre os diferentes órgãos e das discussões participativas com os pescadores. Ele ressaltou que o acompanhamento das normas pelas equipes técnicas e a articulação com os estados é fundamental para garantir que o ordenamento da pesca continental seja efetivo e que as demandas locais sejam contempladas de forma adequada.

3.14 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: destacou que, em relação ao Rio Grande do Sul, existem quatro normas em revisão, e a proposta para o delta do Jacuí seria uma nova norma. Ele explicou que todas essas normas surgem a partir dos fóruns locais, em diálogo com o governo estadual, e não foram criadas de forma unilateral. Ressaltou que o Governo do Estado, por meio da SDR, tem uma atuação forte na pesca, e que a norma da Lagoa Mirim foi construída de forma conjunta entre a superintendência federal, os fóruns e o governo estadual, reforçando a participação dos fóruns como proponentes.

3.15 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: perguntou se todos os prazos dos planos já foram publicados e se esses planos estão acordados com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

3.16 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: respondeu que todos os planos foram construídos em conjunto com o MMA, tanto na revisão dos planos quanto na discussão realizada junto ao CPGS.

3.17 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: finalizou agradecendo a Bianca pela apresentação e destacou a importância da revisão das normas para as bacias continentais. Ele confirmou que todos estão acompanhando o trabalho e os prazos dos planos de forma conjunta. Em seguida, deu sequência à agenda, chamando Aguinaldo para tratar sobre entraves institucionais, morosidades decisórias na gestão pesqueira e avanços necessários na implementação de atos normativos, com Cadu Villaça acompanhando o tema.

4. Entraves Institucionais e Morosidade Decisória na Gestão Pesqueira: Impactos, Implementação de Atos Normativos, Avanços Necessários entre o MPA e o MMA.

4.1 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: comentou sobre os entraves institucionais na implementação dos atos normativos, destacando que a morosidade e a falta de articulação adequada entre órgãos dificultam a gestão pesqueira. Ele reforçou a necessidade de integração entre os ministérios e os órgãos locais, apontando que, apesar de existirem normas e planos de gestão, muitas vezes os processos não avançam na prática. Aginaldo ressaltou que esses desafios impactam diretamente na efetividade da pesca sustentável e no cumprimento das deliberações, sugerindo

que medidas para acelerar decisões e fortalecer a gestão compartilhada são essenciais para superar a morosidade. acrescentou que, apesar de existirem normas e planos de gestão, muitos processos de decisão na pesca enfrentam morosidade e falta de execução efetiva. Ele destacou que áreas de defeso e conservação ainda não estão definidas de forma clara e que as demandas do setor produtivo muitas vezes não são atendidas, gerando incerteza sobre captura e sustentabilidade. Ele apontou a necessidade de maior articulação entre os órgãos do Ministério da Pesca e Meio Ambiente para assegurar decisões equilibradas, ágeis e transparentes, garantindo que o modelo de gestão compartilhada funcione na prática e que os planos de gestão sejam eficazes. O Conselheiro destacou que, no modelo atual de gestão compartilhada da pesca, a participação social e a representação do setor pesqueiro não estão equilibradas. Ele apontou que a influência de atores externos, como ONGs, tem sido desproporcional, o que compromete a transparência e a efetividade das decisões. Segundo ele, é necessário fortalecer entidades representativas do setor e garantir acesso a dados e informações para subsidiar decisões mais qualificadas. Ele questionou se o modelo atual poderia gerar entraves à organização, à agilidade e à tomada de decisão efetiva, especialmente em relação às competências do Ministério da Pesca e Meio Ambiente, e enfatizou a importância de decisões participativas e baseadas em evidências para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

4.2 Com a palavra, o Conselheiro Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe): destacou que o Conselho Nacional da Pesca (CONNECT) não apresentou um planejamento detalhado, como datas ou cronogramas, e que os membros acabam sendo chamados sem muita estrutura para participar de forma efetiva. Ele enfatizou a necessidade de amadurecimento da relação entre o conselho e o Executivo, destacando a instabilidade política e a constante mudança de cargos como fatores que dificultam a continuidade e a efetividade das decisões. Cadu também comentou sobre a demora na regulamentação da gestão compartilhada entre os Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente, ressaltando que houve um hiato de três anos sem regulamentação, o que cria incerteza sobre a execução das normas e prejudica a confiança e a atuação do conselho em benefício da gestão sustentável da pesca. Ressaltou que, na prática, o conselho estava “pisando em ovos”, sem regulamentação clara e com regras confusas. Ele criticou a demora na formalização da gestão compartilhada, destacando que embora a publicação em janeiro de 2023 tenha estabelecido a relação entre os ministérios, ainda faltam explicações claras sobre a “regra do jogo” para a sociedade. Ele destacou que o mandato do Executivo está terminando e que a confiança da população no ciclo de gestão vigente está diminuindo. Fonseca fez críticas à forma como recursos transnacionais, como estoques pesqueiros no Atlântico, estão sendo geridos, apontando perda de oportunidades econômicas e decisões pouco estratégicas. Ele convocou os conselheiros a pensar “fora da caixa”, refletindo sobre a responsabilidade coletiva do Conselho Nacional da Pesca e a necessidade de atuação mais proativa e consciente, tanto em relação ao governo quanto à gestão dos recursos pesqueiros. fez um desabafo enfatizando o orgulho pelo trabalho de pesca e aquicultura nacional, destacando o papel dos profissionais que cuidam dos rios e da produção local. Ele criticou a burocracia e as restrições que impedem a circulação e o aproveitamento da riqueza pesqueira brasileira, citando exemplos de deslocamento de peixes para outros países, como a douradinha, enquanto os brasileiros enfrentam proibições. Ele reforçou a ideia de que o Conselho Nacional da Pesca deve atuar de forma mais prática e efetiva, defendendo os interesses do país e evitando que a riqueza natural seja desperdiçada ou explorada por

terceiros. No final, reconheceu que o discurso é um desabafo, mas refletindo uma preocupação legítima com a gestão e valorização dos recursos nacionais.

4.3 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: reforçou que, para o tema em pauta, apenas os conselheiros previamente inscritos fariam suas apresentações. Ele pediu objetividade, estabelecendo um limite de dois minutos por fala, para garantir que a reunião pudesse ser conduzida até o final do dia. Em seguida passou a palavra para a Abla.

4.4 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou que os problemas enfrentados na pesca industrial também se repetem na pesca artesanal, lembrando que, ao longo de 13 anos, muitas recomendações do CPGS ficaram sem respostas e que o Ibama, em várias ocasiões, ignorou o grupo de gestão, deixando de responder perguntas e se mostrando ausente. Ele mencionou ainda que um coordenador do GTC Ornamental solicitou a saída da coordenação devido a falta de cordialidade dos servidores do Ibama com a exposições técnicas científicas apresentadas. Ressaltou que o Ministério do Meio Ambiente deveria estar presente em todas as reuniões, o que nem sempre ocorre, impactando a gestão compartilhada. Outro ponto levantado foi a publicação de uma portaria que proíbe a aquicultura de pirarucu, considerado um símbolo cultural nacional, sem consulta ao Ministério responsável pelo ordenamento dessa atividade, gerando dúvidas sobre a legalidade e coerência da norma. E, sugeriu que o Conselho agende uma reunião com representantes da Presidência da República, envolvendo diferentes segmentos da pesca e aquicultura, com uma pauta do Conselho, para discutir o que não tem sido implementado pelo governo, como forma de garantir maior participação e fiscalização.

4.5 Com a palavra, o Conselheiro **Maxuel da Costa (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – FNTTAA)**: destacou a crescente limitação imposta aos barcos de pesca registrados, citando diversas áreas que restringem o acesso dos pescadores. Ele criticou a implementação de planos de manejo e iniciativas como o “corredor azul”, que concentram barcos em espaços reduzidos e dificultam a operação, especialmente no Rio de Janeiro, onde não é possível trabalhar perto de plataformas nem na linha dos 100 metros. O Conselheiro ainda conflitos entre diferentes tipos de pesca, como espinhel, redes de malha e arrasto, que resultam em atritos entre pescadores de estados diferentes, como Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Alexandre questionou se o governo avaliou adequadamente essas interações e a mobilidade natural dos peixes, lembrando que os períodos de defeso fazem com que barcos fiquem parados por meses, o que exige compensações para garantir sustentabilidade e equilíbrio na atividade pesqueira.

4.6 Com a palavra, a Conselheira **Marilsa Fernandes (Associação de Psicultores em Aguas Paulistas e da União - Peixe SP)**: afirmou que há insatisfação geral no setor (produção e pesca) com a atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Segundo ela, falta planejamento e direção clara, e o Ministério age mais reagindo a problemas do que se antecipando. Ela também destacou a falta de alinhamento dentro do governo, citando contradições nas políticas sobre a tilápia. Por fim, criticou a distância entre as decisões em Brasília e a realidade do setor.

4.7 Com a palavra, **Sérgio Pinho (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: afirmou que a questão da gestão compartilhada já teria sido,

na prática, definida desde o início do governo, sem diálogo efetivo com o setor. Ele criticou a falta de consulta ao Ministério da Pesca em decisões importantes e apontou que o Ministério do Meio Ambiente tem predominado nas definições, enfraquecendo a ideia de gestão compartilhada. Também relembrou episódios como a Portaria 445 e decisões internacionais que, segundo ele, prejudicaram o setor pesqueiro brasileiro, sem reação adequada das autoridades ou da própria sociedade civil. Destacou que o problema não é apenas do governo, mas também da falta de posicionamento do próprio Conselho e do setor, defendendo que o colegiado precisa agir de forma mais firme para influenciar os rumos da política pesqueira no país. Reiterou que o Conape precisa se posicionar como Sociedade Civil e não como membro do governo.

4.8 Com a palavra, o Conselheiro Luís Penteado (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes – Conttmaf): defendeu que o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura deixe de ser apenas consultivo e passe a ter caráter deliberativo, para ter mais poder real nas decisões. Ele argumentou que, no modelo atual de gestão compartilhada, o setor acaba sem influência efetiva, enquanto outros órgãos possuem instâncias deliberativas. Também criticou a falta de autonomia do Ministério da Pesca, afirmando que decisões construídas no Conselho muitas vezes não são respeitadas. Fez um apelo para que o Conselho se fortaleça institucionalmente, alertando que, sem poder de decisão, a participação dos membros perde sentido e efetividade.

4.9 Com a palavra, o Conselheiro Dário Teixeira (Sociedade Brasileira de Ficlogia – SBFic): Iniciou sua fala prestando solidariedade aos colegas da área da pesca e destacou sua experiência como engenheiro de pesca, reforçando a convergência entre as pautas da pesca e da aquicultura, especialmente nos conflitos com questões ambientais. Ele mencionou a necessidade de destravar entraves históricos e citou um manifesto elaborado por pesquisadores e especialistas sobre a lista nacional de espécies exóticas invasoras, que impacta diretamente a aquicultura. Como encaminhamento, sugeriu que o Conselho aproveite o momento político para levar as principais demandas da pesca e da aquicultura ao Ministro e aos secretários, e posteriormente buscar uma audiência com o Presidente da República, visando avançar em pautas prioritárias, como a tilápia.

4.10 Com a palavra, o Conselheiro Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano): afirmou concordar com as manifestações anteriores e destacou a dificuldade atual em resolver os problemas da pesca, especialmente na pesca extrativa. Ele ressaltou que, apesar de haver planejamento no Ministério da Pesca, existem entraves significativos que impedem avanços. Criticou a interferência de outros órgãos, em especial o Ibama, apontando que este estaria atuando além de suas competências, influenciando decisões de ordenamento pesqueiro e gerando conflitos, inclusive com base em metodologias que o setor contesta. Também mencionou dificuldades na adoção de avaliações científicas de estoques pesqueiros e citou o exemplo do tubarão-azul como um caso de embate. Reforçou a necessidade de o Conselho agir de forma mais incisiva, sugerindo a formação de uma comitiva para levar as demandas à Casa Civil, destacando que o principal problema atual é a forma como a gestão compartilhada está sendo conduzida.

4.11 Com a palavra, o Conselheiro Agnaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR): apresentou três pontos principais. Primeiro, destacou a falta de avaliação de

estoques pesqueiros, citando casos em que há descarte de espécies por ausência de dados científicos atualizados, o que considera incoerente com políticas como o combate à fome. Segundo, levantou questionamentos sobre decisões recentes, como a publicação de decreto seguida de repercussão imediata na mídia, sugerindo possível falta de transparência ou alinhamento prévio. Terceiro, ressaltou que grande parte dos dados e esforços de monitoramento vêm do próprio setor, com apoio de pesquisadores e embarcações, e não do governo. Demonstrou frustração com a falta de resultados concretos após anos de discussões e encaminhamentos sem retorno, criticando a ineficiência das reuniões e a ausência de deliberações efetivas. Também sinalizou desmotivação com a continuidade de sua participação no processo.

4.12 Com a palavra, Sandra Silvestre (Diretora da Pesca Industrial Amadora e Esportiva – SNPI/MPA): explicou que a portaria interministerial nº 53, que regulamenta a gestão compartilhada, apesar de ter sido publicada tardiamente, não representa necessariamente um prejuízo, pois o período anterior contribuiu para o amadurecimento das equipes envolvidas. Ela destacou que a norma cria um núcleo de gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de dar mais agilidade às decisões sobre ordenamento pesqueiro. A Diretora Sandra relatou que a expectativa é que, com essa nova estrutura, os encaminhamentos que estavam demorando avancem mais rapidamente, tornando o processo decisório mais eficiente.

4.13 Com a palavra, o Conselheiro Gilberto Sales (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA): destacou que a gestão pesqueira é complexa e envolve diferentes temas específicos, como sardinha e tubarão, cada um com suas próprias discussões técnicas e necessidade de validação científica, o que naturalmente torna o processo mais lento. Ele trouxe uma visão mais estrutural, baseada em sua experiência e estudos, afirmando que o principal problema da gestão pesqueira no Brasil é a falta de continuidade institucional. Segundo ele, a cada mudança de governo há alterações profundas na estrutura, nas equipes e nas prioridades, o que impede o acúmulo de conhecimento e o avanço consistente das políticas. Ressaltou ainda que o país é bom em elaborar planos, mas tem dificuldade em executá-los, o que fragiliza ainda mais a gestão. Por fim, defendeu que o Conselho tem um papel importante em promover ações de longo prazo, reduzindo a dependência das mudanças políticas e contribuindo para uma gestão mais estável e eficaz. reforçou uma análise mais estrutural sobre a gestão pesqueira, destacando que o problema central não está apenas na gestão compartilhada em si, mas na fragilidade institucional ao longo do tempo. Ele apontou que a ausência de uma estrutura estável, com continuidade administrativa e técnica, impede o acúmulo de conhecimento e o amadurecimento das políticas públicas. Segundo ele, a constante mudança de ministérios, equipes e diretrizes a cada ciclo político compromete a efetividade da gestão. Também ressaltou que o Brasil não possui uma autarquia própria e consolidada para a pesca, o que enfraquece ainda mais o setor, especialmente quando comparado a outros países que mantêm estruturas estáveis por décadas. Destacou que essa instabilidade dificulta a execução de planos e a correção de rumos ao longo do tempo, defendendo que o setor pesqueiro precisa priorizar a construção de uma estrutura institucional duradoura, independentemente de mudanças de governo. afirmou que não se sente confortável para aprofundar a discussão sobre classificação ecológica das espécies, destacando que se trata de um tema que não domina plenamente. Ainda assim, ponderou que, em sua visão, esse tipo de classificação não deveria impactar de forma significativa outras áreas, como atividades produtivas, por se

tratar de dimensões distintas. Ele também ressaltou a importância da abertura ao diálogo entre a área técnica do governo e os demais atores, destacando que houve avanços relevantes nos últimos anos. Segundo ele, a capacidade técnica na gestão pesqueira evoluiu significativamente, com maior presença de especialistas e fortalecimento do embasamento científico nas decisões. Por outro lado, reiterou sua principal preocupação com a instabilidade institucional, alertando que todo o avanço construído — em termos de confiança, planejamento e soluções — pode ser comprometido em curto prazo devido a mudanças estruturais. Destacou o papel estratégico do Conselho em contribuir para maior estabilidade da gestão pesqueira no Brasil, defendendo que, com uma base técnica sólida e continuidade institucional, o país tem condições de enfrentar seus desafios, apesar das dificuldades inerentes ao cenário global da pesca.

4.14 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: iniciou sua fala organizando a dinâmica da reunião, lembrando que o tempo de intervenção seria limitado a dois minutos por conselheiro e informando o encerramento das inscrições para fala, a fim de garantir o cumprimento da agenda. Na sequência, destacou que tanto o governo quanto os participantes também enfrentam críticas relacionadas à morosidade dos processos. Reconheceu que há demandas que poderiam avançar com maior rapidez, evidenciando uma preocupação compartilhada com a lentidão na tomada de decisões.

4.15 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA)**: explicou que a gestão compartilhada entre dois ministérios naturalmente torna os processos mais lentos, já que cada decisão precisa passar por diferentes áreas técnicas e jurídicas, além de estruturas institucionais distintas. Destacou que isso não é exclusivo da pesca, mas ocorre sempre que há mais de um órgão envolvido. Ele ressaltou que, no caso específico, o Ministério do Meio Ambiente possui órgãos vinculados com autonomia, como o Ibama, o que também influencia na dinâmica e no tempo de tramitação. Apesar disso, afirmou que há evolução no processo, ainda que a construção de instrumentos mais estruturantes, como a portaria, tenha levado tempo. O Senhor Quaresma enfatizou que a portaria busca organizar e dar transparência ao fluxo dos processos, permitindo que a sociedade compreenda melhor em que etapa cada demanda se encontra e onde eventuais entraves ocorrem. Segundo ele, isso possibilita um controle social mais efetivo e direcionado. E, destacou que a norma não dificulta a gestão, mas contribui para tornar os procedimentos mais claros e compreensíveis, reforçando que a gestão compartilhada é um modelo previsto em lei e que vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo.

4.16 Com a palavra, o Conselheiro **Agnaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: destacou que, para que as decisões avancem, elas já passam por instâncias como o CPGS, onde há participação da sociedade civil e de diferentes setores. No entanto, mesmo após essas discussões e encaminhamentos, os processos muitas vezes não se concretizam na prática com a rapidez esperada. Ele apontou que há uma frustração recorrente, pois temas são debatidos, aparentemente definidos, mas não chegam a uma conclusão efetiva. Essa demora acaba gerando a percepção de ineficiência e aumentando a tensão entre os órgãos envolvidos. Ressaltou que, nesse cenário, quando há pressão sobre o processo, ela tende a recair sobre

o Ministério da Pesca e Aquicultura, evidenciando um desequilíbrio na responsabilização pelos entraves.

4.17 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca – Confapesca)**: iniciou destacando sua longa trajetória na pesca, com décadas de experiência, e adotou um tom mais reflexivo ao tratar do tema. Ele ressaltou que, apesar da diversidade existente no setor e no próprio Conselho, a pesca deve ser entendida de forma unificada, como uma pauta nacional, e não fragmentada por categorias, regiões ou modalidades. Segundo ele, essa visão integrada é essencial para avançar nas discussões e fortalecer o setor. Também destacou que a pesca no Brasil precisa deixar de ser tratada como uma política de governo e passar a ser uma política de Estado, garantindo continuidade e estabilidade ao longo do tempo. Para isso, defendeu que é necessário superar interesses individuais ou setoriais e construir uma articulação mais ampla entre conselheiros e sociedade. Enfatizou a importância de organização política do setor pesqueiro para fortalecer institucionalmente o Ministério da Pesca e Aquicultura, especialmente diante de suas limitações orçamentárias, apontando que esse fortalecimento é fundamental para que as demandas históricas da pesca avancem. s concluiu sua fala reforçando que, enquanto prevalecerem interesses individuais, setoriais ou disputas internas entre grupos, o setor pesqueiro terá dificuldades para avançar. Defendeu que é fundamental superar essas “ vaidades” e enxergar o Conselho e a pesca de forma ampla e integrada, como um tema de interesse nacional. Reiterou que o caminho para o fortalecimento do setor é consolidar a pesca como uma política de Estado, com continuidade e visão de longo prazo. Por fim, reconheceu que esse avanço pode não ocorrer no curto prazo, mas expressou a expectativa de que, no futuro, o país consiga se aproximar do cenário ideal para a gestão da pesca.

4.18 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: complementou as falas anteriores, especialmente as de Ajax e Gilberto, destacando que o próprio Conselho reconhece como uma de suas principais fragilidades a dificuldade em discutir e consolidar a institucionalidade do setor. Ela ressaltou que esse tema ganhou centralidade nas discussões da Conferência, que terá como foco o fortalecimento institucional e a necessidade de garantir continuidade nas estruturas de gestão. E, enfatizou que há uma preocupação clara do Conselho com a perenidade das políticas públicas voltadas à pesca e à aquicultura, defendendo que a estabilidade institucional é essencial para assegurar avanços consistentes ao longo do tempo.

4.19 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: agradeceu as contribuições dos participantes, destacando que todos os pontos apresentados foram devidamente registrados. Informou que, para garantir o andamento da reunião, não haveria espaço para réplicas naquele momento, evitando atrasos na agenda. Esclareceu ainda que os encaminhamentos seriam consolidados ao final da reunião, conforme prática habitual, e que eventuais contribuições adicionais poderiam ser feitas no momento oportuno. Na sequência, anunciou a passagem para o próximo item da pauta, referente à apresentação da metodologia, do cronograma e dos espaços participativos no processo de revisão das normas de malha nas regiões Sudeste, Sul e Norte/Nordeste. Para essa etapa, convidou representantes da Secretaria Nacional de Pesca, incluindo o diretor Cristiano Quaresma, a diretora Sandra e a coordenadora-geral, para conduzirem a apresentação.

5. Apresentação da Metodologia, Cronograma e Espaços Participativos no Processo de Revisão das Normas de Malha do Sudeste-Sul e Norte-Nordeste.

5.1 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: Foi explicado como os Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente pretendem revisar as normas de malha. Apontou-se que, atualmente, a gestão é confusa, com regras diferentes entre regiões, falta de padronização e dados desatualizados. Para resolver isso, propõe-se um processo mais organizado, com base técnica, decisões compartilhadas e participação dos territórios. O objetivo é construir planos de gestão da pesca, que podem ser definidos por região ou por tipo de pescaria, conforme o andamento dos trabalhos. Também se busca criar uma base de dados padronizada, trazendo mais clareza e segurança nas decisões. A Diretora Sandra, explicou que o objetivo é dar mais previsibilidade ao setor pesqueiro, com um diagnóstico atualizado, comparável entre estados e integrado com dados técnicos, científicos e contribuições dos territórios. Para isso, será criada uma estrutura de trabalho em três níveis. Primeiro, dois grupos principais, um para o Sudeste/Sul e outro para o Norte/Nordeste, coordenados pelo Ministério da Pesca. Dentro desses grupos, haverá subgrupos por estado, respeitando a realidade local. No total, serão organizados subgrupos distribuídos entre os estados do litoral brasileiro, com participação das superintendências para garantir uma escuta mais próxima e qualificada. Também serão contratadas duas consultorias, uma para cada região, com o objetivo de levantar dados atualizados sobre a pesca de malha. Esses dados serão analisados e validados nos grupos e subgrupos, com complementação das informações pelos próprios participantes. Destacou que essa divisão por estados é necessária porque a pesca é muito diversa, e um modelo mais amplo poderia gerar resultados menos precisos. A Diretora Sandra explicou que os subgrupos estaduais terão um papel central, pois é neles que será possível trazer a realidade das comunidades e entender melhor como funciona a pesca de malha em cada local. Informou que as consultorias terão duração de 7 a 9 meses, com a entrega de produtos que incluem planejamento, diagnóstico estadual, análise de cenários e, ao final, a integração de todas as informações. A ideia é gerar dados comparáveis entre os estados, identificando semelhanças e diferenças para orientar a construção dos planos de gestão. A partir disso, será possível definir quantos planos serão necessários e propor medidas de ordenamento mais adequadas à realidade da pesca. Destacou também que os estudos serão organizados em seis eixos: pesqueiro, produtivo, biológico, ambiental, espacial, socioeconômico e normativo, avaliando inclusive a efetividade das regras atuais. Esclareceu que haverá dois grupos de trabalho principais: um para o Norte/Nordeste, coordenado pela Secretaria de Pesca Artesanal, e outro para o Sudeste/Sul, coordenado pela Secretaria de Pesca Industrial. Apesar dessa divisão administrativa, todos os temas — artesanais e industriais — serão discutidos em ambas as regiões, considerando as especificidades da pesca de malha em cada contexto. Explicou que os subgrupos estaduais vão reunir informações locais e enviar aos grupos regionais, que consolidam tudo e encaminham para decisão final dos ministérios. Os subgrupos, coordenados pelas superintendências, terão reuniões periódicas e vão analisar a realidade da pesca, impactos e conflitos. Ao final, será feita uma consolidação com dados técnicos e contribuições dos territórios, que servirá de base para os planos de gestão e futuras normas. O processo já começou e seguirá agora para a fase de execução. A Diretora Sandra informou que o trabalho técnico seguirá ao longo de 2026, com consolidação prevista até o primeiro semestre de 2027. Destacou

que, além das normas, o processo busca fortalecer a gestão compartilhada entre os ministérios e deixar como legado planos de gestão, materiais educativos acessíveis aos pescadores e diretrizes unificadas. O objetivo final é construir um ordenamento mais robusto, baseado em evidências, com sustentabilidade e transparência.

5.2 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: questionou os critérios adotados na organização dos grupos e a forma de comunicação com os pescadores. Ele destacou que nem todos têm acesso fácil às informações e que, mesmo quando têm, a linguagem pode dificultar o entendimento. Por isso, sugeriu a produção de materiais mais simples e explicativos, para garantir transparência e compreensão. Também apontou dúvidas sobre a divisão entre pesca artesanal e industrial nos grupos regionais, especialmente no Sudeste e Sul, onde há forte presença de pesca artesanal. Segundo ele, essa separação pode gerar confusão e sensação de não representatividade. Solicitou esclarecimentos sobre os critérios utilizados nessa divisão, para que os pescadores se sintam contemplados e compreendam melhor sua participação no processo.

5.3 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: esclareceu que a divisão entre as secretarias é apenas organizacional e não limita os temas que serão discutidos. Explicou que o Sudeste/Sul será coordenado pela Secretaria de Pesca Industrial por uma questão de capacidade operacional, já que o volume de trabalho é grande e não poderia ser concentrado em uma única secretaria. Ressaltou que isso não significa que apenas a pesca industrial será tratada nessa região. Pelo contrário, a pesca artesanal, que é predominante, também será amplamente discutida. Da mesma forma, no Norte/Nordeste, coordenado pela Secretaria de Pesca Artesanal, também serão abordadas questões da pesca industrial. Reforçou que a divisão foi feita apenas para garantir melhor organização e eficiência no trabalho, sem excluir nenhum segmento.

5.4 Com a palavra, **Adayse Bossolani (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha – SNPA/MPA)**: esclareceu que a coordenação dos grupos tem caráter essencialmente administrativo e operacional, sendo necessária para organizar os trabalhos diante da abrangência dos 17 estados costeiros. Explicou que essa divisão entre regiões foi feita para garantir melhor condução das atividades, como planejamento, organização e execução, mas que todo o processo será acompanhado de forma conjunta pelas duas secretarias. Destacou ainda que haverá uma portaria para institucionalizar os grupos de trabalho, a qual exige a definição formal de uma coordenação, reforçando o caráter mais burocrático dessa função. Sobre a preocupação com a compreensão pelos pescadores, reconheceu a importância de uma comunicação clara e sugeriu a elaboração de materiais explicativos, como cartilhas. Também ressaltou o papel das superintendências nesse processo, por estarem mais próximas das bases. Indicou que esses materiais devem deixar claro que a coordenação não interfere no conteúdo das discussões, garantindo que tanto a pesca artesanal quanto a industrial serão tratadas de forma equilibrada.

5.3 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: reforçou a necessidade de explicar melhor, de forma clara, os critérios e a lógica da organização dos grupos, para evitar interpretações equivocadas por parte dos

pescadores. Ele destacou que, sem essa explicação, pode parecer que há uma divisão que não reflete a realidade, o que dificulta o entendimento e o engajamento das bases. Também levantou a preocupação sobre como serão tratadas as áreas de conservação (APAs) e outras unidades, onde já existem regras específicas e maior fiscalização. Questionou como se dará a articulação com esses espaços e se os gestores dessas unidades serão envolvidos no processo. Sugeriu que esses atores também sejam convidados a participar dos subgrupos, para garantir alinhamento sobre o que pode ou não ser feito nessas áreas e evitar conflitos na gestão.

5.5 Com a palavra, **Adayse Bossolani (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha – SNPA/MPA)**: explicou que os subgrupos estaduais são essenciais justamente por considerar as particularidades de cada estado, já que há grandes diferenças entre as regiões. Informou que a composição desses subgrupos ainda será definida, pois depende da realidade local, sendo construída junto às superintendências e às lideranças que já atuam no território. Não haverá, necessariamente, um modelo único para todos os estados. Destacou que serão incluídos os atores mais relevantes em cada contexto e, quando necessário, também representantes de unidades de conservação e outros órgãos envolvidos. Ressaltou que esse processo será construído de forma colaborativa, com apoio das superintendências e das próprias lideranças locais, para garantir diálogo e representatividade.

5.6 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: complementou que, atualmente, já existem comitês permanentes de gestão com divisão semelhante, sendo alguns coordenados pela pesca artesanal e outros pela industrial. Citou como exemplo o comitê de pelágicos do Sudeste/Sul, que é coordenado pela área industrial, mas trata de temas que envolvem tanto a pesca industrial quanto a artesanal. Assim, reforçou que a coordenação não limita o conteúdo discutido e que o mesmo modelo será aplicado nos grupos de trabalho, garantindo que todos os segmentos sejam contemplados.

5.7 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: levantou questionamento sobre a articulação institucional com a Casa Civil, demonstrando preocupação com a forma como as demandas estão sendo conduzidas. Ele observou que pode haver uma percepção de predominância do MMA nesse processo e quis entender se existe algum desequilíbrio no tratamento entre os órgãos envolvidos na gestão compartilhada com o MPA. Solicitou esclarecimentos sobre como essas demandas estão sendo recebidas e encaminhadas, buscando garantir maior transparência e equilíbrio na condução institucional. Questionou sobre uma reunião ocorrida na Casa Civil, na qual teria sido definida uma ação relacionada à gestão compartilhada entre o MPA e o MMA. Ele mencionou a percepção de que, nessa ocasião, pode ter prevalecido o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente, e solicitou confirmação sobre essa informação. Também demonstrou dúvida quanto ao tema específico tratado na reunião, sugerindo que poderia estar relacionado à questão dos tubarões, e buscou esclarecimentos sobre o encaminhamento dado e o papel de cada ministério nesse processo.

5.8 Com a palavra, **Adayse Bossolani (Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha – SNPA/MPA)**: Foi esclarecido que há reuniões frequentes na Casa Civil, envolvendo diferentes secretarias, podendo ocorrer

tanto de forma isolada quanto conjunta entre os ministérios. Diante disso, foi indicado que seria necessário maior detalhamento sobre o tema específico mencionado, para que fosse possível verificar e prestar um esclarecimento mais preciso sobre o caso levantado.

5.9 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária-Executiva)**: deu continuidade à pauta da reunião e convidou a diretora Sandra e a coordenadora Tamires Ventura para conduzirem a próxima apresentação informou que o tema a ser tratado seria o adiamento técnico relacionado às exigências do NOAA MPA bem como as estratégias para a reabertura das pescarias de emalhe e a manutenção do acesso ao mercado dos Estados Unidos. Em seguida passou a palavra às expositoras para início da apresentação.

6. Alinhamento Técnico Sobre as Exigências NOAA/MMPA e Estratégias para Reabertura das Pescarias de Emalhe e Manutenção do Acesso ao Mercado dos EUA.

6.1 Com a palavra, a Conselheira **Josana da Costa (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP)**: iniciou sua fala destacando a importância de um melhor planejamento das oficinas, ressaltando que conselheiros e organizações possuem agendas próprias e precisam de previsibilidade para garantir participação efetiva nas atividades. Em seguida, trouxe uma crítica em relação à participação nos comitês de gestão, apontando que a ausência de custeio para os membros tem dificultado a presença de pescadores e pescadoras, especialmente daqueles que não possuem recursos para arcar com os custos. Destacou que essa situação já persiste há anos e compromete a representatividade e a contribuição do setor nas discussões. Também abordou a necessidade de revisão dessa questão, reforçando que, sem condições de participação, há prejuízo direto ao processo democrático e à construção das políticas públicas. Mencionou o caso da pesca da piracatinga, relatando que, em sua experiência, muitos pescadores dependem dessa atividade para subsistência e que não é adequado penalizar toda a categoria por práticas ilegais cometidas por poucos indivíduos. Defendeu que os responsáveis por crimes ambientais sejam devidamente punidos, sem que isso resulte em prejuízo generalizado aos pescadores que atuam de forma regular.

6.2 Com a palavra, **Thamires Ventura (Coordenadora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: explicou as exigências dos Estados Unidos para importação de pescado, relacionadas à proteção de mamíferos marinhos. Informou que existe uma lista que classifica as pescarias estrangeiras conforme o risco de impacto sobre esses animais e que os países precisam comprovar que seguem regras semelhantes às dos EUA. Destacou que o Brasil participa desse processo desde 2021, já respondeu questionamentos em 2022 e, em 2025, recebeu uma negativa preliminar para algumas pescarias por isso, o país precisou enviar novas informações para tentar reverter a decisão e manter o acesso ao mercado norte-americano. Informou que, após o envio de novas informações, o processo foi concluído em agosto de 2025. Como resultado, três pescarias brasileiras foram consideradas não aptas a acessar o mercado norte-americano. Destacou, porém, que durante a revisão o Brasil conseguiu retirar duas pescarias da lista, sendo uma por não ter relação com o estoque da toninha e outra por não haver interação relevante no país. Assim, permaneceram apenas as pescarias com efetivo impacto identificado no processo de avaliação. Explicou que, nos esclarecimentos enviados aos Estados Unidos, o Brasil apresentou as medidas já existentes para proteção dos

mamíferos marinhos. Destacou a instrução normativa interministerial que estabelece regras como limite de embarcações, tamanho de redes, áreas de exclusão e outras restrições. Também foram apresentados os ordenamentos específicos por modalidade de pesca, incluindo controle de embarcações, uso de observadores de bordo e limites de operação. Outro ponto importante foi o plano de ação para conservação da toninha, além da obrigatoriedade do mapa de bordo para registro de capturas incidentais. Ressaltou que o Brasil também participa de programas e acordos internacionais voltados à conservação de mamíferos marinhos, reforçando o compromisso do país com o tema. Explicou que, apesar dos esclarecimentos apresentados, três pescarias brasileiras foram negativadas no processo de avaliação. Ela detalhou que essas pescarias estão identificadas na lista internacional e correspondem a modalidades específicas do emalhe, incluindo o emalhe costeiro de superfície, o emalhe oceânico de fundo e o emalhe costeiro de fundo, com foco em diferentes espécies ao longo do litoral brasileiro. Informou que as principais justificativas apontadas foram a insuficiência de medidas de mitigação para reduzir a mortalidade de cetáceos, especialmente da toninha, abaixo dos níveis exigidos pela legislação norte-americana. Também foi destacada a ausência de estimativas robustas sobre mortalidade e ferimentos graves dessas espécies, além da falta de comprovação da efetividade das medidas já existentes no país. Mencionou a baixa cobertura de observadores de bordo como um dos pontos críticos, ressaltando que esses aspectos já vêm sendo discutidos nos espaços de gestão e precisam ser aprimorados. explicou que há estratégias em andamento para reverter a negativa das pescarias brasileiras. Destacou que as secretarias já estão trabalhando na revisão da normativa que trata do emalhe, incluindo a contratação de consultoria técnica para identificar medidas de mitigação mais eficazes e viáveis para o setor. Informou que esse processo também permitirá discutir novas tecnologias e dispositivos que possam reduzir a captura de mamíferos marinhos. Além disso, mencionou a articulação com outros órgãos e instituições para aprimorar as regras e fortalecer o processo de revisão. Ressaltou a importância da capacitação dos pescadores no preenchimento do mapa de bordo, com o objetivo de melhorar a qualidade e a padronização das informações sobre capturas incidentais. acrescentou que o Brasil já possui programas de monitoramento, como os de monitoramento de praias, que geram dados sobre a mortalidade de mamíferos marinhos, incluindo a toninha. Informou que será feito um esforço para melhorar a forma como esses dados são organizados e enviados, em articulação com outros órgãos e instituições. Destacou também que há necessidade de estudos mais robustos sobre a abundância dessas espécies, o que depende da atuação de instituições como o ICMBio, com quem o Ministério pretende dialogar. Mencionou ainda que o Brasil está analisando experiências de outros países que obtiveram aprovação, buscando identificar boas práticas que possam ser adaptadas à realidade nacional. Por fim, ressaltou que já existem medidas previstas em planos de gestão, como o da corvina, que podem contribuir para atender às exigências internacionais.

6.3 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: cumprimentou os presentes e agradeceu a apresentação realizada. Destacou que as discussões técnicas apresentadas refletem diretamente na realidade dos territórios, especialmente no caso da pesca artesanal. Relatou sua atuação na região da Ribeira, no estado de São Paulo, enfatizando a importância das portarias que regulamentam a atividade pesqueira e permitem a continuidade do trabalho dos pescadores. Informou que uma dessas portarias foi prorrogada até dezembro, o que tem garantido a atividade no período, mas ressaltou a preocupação quanto

à sua continuidade futura. cumprimentou os presentes e agradeceu a apresentação realizada. Destacou que as discussões técnicas apresentadas refletem diretamente na realidade dos territórios, especialmente no caso da pesca artesanal. Relatou sua atuação na região da Ribeira, no estado de São Paulo, enfatizando a importância das portarias que regulamentam a atividade pesqueira e permitem a continuidade do trabalho dos pescadores. Informou que uma dessas portarias foi prorrogada até dezembro, o que tem garantido a atividade no período, mas ressaltou a preocupação quanto à sua continuidade futura. Destacou ainda que existem iniciativas locais voltadas ao ordenamento e à melhoria das práticas de pesca, incluindo ações de mitigação e orientação aos pescadores, especialmente na pesca de pequena escala. Ressaltou que essas práticas contribuem para a redução de impactos ambientais e para a segurança da atividade. Manifestou preocupação de que eventuais restrições possam afetar tanto a pesca artesanal quanto a industrial, recaindo sobre os pescadores a responsabilidade por problemas ambientais. Solicitou sensibilidade dos órgãos competentes, como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Pesca e o Ibama, para garantir a continuidade da pesca com rede boieira no estado de São Paulo, destacando o receio dos pescadores quanto à possibilidade de perda da autorização para exercer a atividade.

6.4 Com a palavra, Patrícia Galvão (Secretaria Nacional da Pesca Artesanal – SNPA/MPA): cumprimentou os presentes e destacou a importância de complementar os pontos abordados anteriormente. Ressaltou que a questão relacionada às exigências internacionais envolve diversos aspectos, com destaque para a revisão da Instrução Normativa nº 12, que tratará de temas sensíveis, como a captura accidental de espécies, especialmente pequenos cetáceos. Enfatizou que há uma preocupação específica com a toninha, sendo este um dos principais focos das exigências externas. Pontuou ainda que, no âmbito da pesca artesanal, é fundamental considerar não apenas os dados técnicos já existentes, mas também o conhecimento tradicional dos pescadores, que inclui práticas e técnicas utilizadas para evitar capturas accidentais. Destacou que a Secretaria está atenta à necessidade de reunir e complementar informações, buscando contribuir para a construção de soluções que reduzam conflitos e atendam às exigências apresentadas.

6.5 Com a palavra, o Conselheiro Gilberto Sales (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA): destacou a diferença entre a pesca assistida e a não assistida com rede boieira. Explicou que redes deixadas no mar sem acompanhamento têm alto risco de captura incidental de tartarugas, mamíferos marinhos e pinguins. Já na pesca assistida, o acompanhamento permite a retirada imediata dos animais, reduzindo os impactos. Mencionou que já há discussões para normatizar essa prática, mas que existe dificuldade em conciliar demandas locais com regras nacionais. Também reforçou a importância de criar grupos de trabalho para tratar dessas questões de forma mais ampla. Destacou a necessidade de retomar o Programa de Observadores de Bordo, como forma de melhorar a coleta de dados sobre captura incidental e fortalecer a posição do Brasil em fóruns internacionais.

6.6 Com a palavra, o Conselheiro Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe): lembrou uma discussão anterior em que foi apresentado um dispositivo para mitigação de captura incidental, desenvolvido por um pesquisador de universidade.

Segundo ele, tratava-se de um sistema simples, possivelmente utilizando garrafa PET, que já teria sido testado e premiado nos Estados Unidos. Mencionou que, à época, houve a intenção de encaminhar e incentivar o uso dessa tecnologia, mas não soube informar se a iniciativa teve continuidade ou resultados práticos. Destacou que a lembrança surgiu a partir do debate atual sobre medidas de mitigação, sugerindo que esse tipo de solução poderia voltar a ser avaliado.

6.7 Com a palavra, Thamires Ventura (Coordenadora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA): Foi esclarecido que essa proposta foi apresentada durante a quarta reunião ordinária do comitê de demersais do Sudeste Sul, realizada em Porto Alegre. Na ocasião, a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal apresentou a proposta de ordenamento e houve a recomendação de avaliar a aplicação dessa tecnologia como medida de mitigação. Também foi indicado que a Secretaria poderia complementar as informações sobre o encaminhamento dado à proposta.

6.8 Com a palavra, Cristiano Quaresma (Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da SNPA/MPA): explicou que a experiência com o dispositivo de mitigação tem apresentado resultados positivos. Destacou que o pesquisador Frederico participou de diversos fóruns sobre a toninha e que o dispositivo, feito com garrafas PET instaladas ao longo das redes, tem potencial de reduzir em cerca de 87% a captura incidental dessa espécie. Informou que a tecnologia foi testada na pesca de bote no Rio Grande do Sul, sendo considerada uma experiência piloto relevante. Acrescentou que a proposta já está em análise nas áreas técnicas do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio, com possibilidade de normatização em breve. Ressaltou que, a partir dessa experiência, há potencial de expansão para outras pescarias interessadas em adotar a medida.

6.9 Com a palavra, o Conselheiro Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe): destacou uma preocupação em relação ao registro de capturas incidentais no mapa de bordo. Apontou que, em alguns casos, pescadores que declararam a captura de espécies ameaçadas foram autuados com base nessas informações, o que acaba gerando receio e desestimulando a transparência no preenchimento dos dados. Ressaltou que essa situação pode comprometer a qualidade das informações coletadas, já que os pescadores tendem a omitir registros por medo de penalizações. Alertou que esse fator deve ser considerado na gestão pesqueira, especialmente ao se discutir mecanismos de monitoramento e coleta de dados, como alternativa ao uso exclusivo do mapa de bordo.

6.10 Com a palavra, Thamires Ventura (Coordenadora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA): finalizou esclarecendo que todas as especificidades das pescarias, incluindo o caso do estado de São Paulo, já foram apresentadas nos relatórios enviados, como a pesca assistida, distância da costa e regras em unidades de conservação. Reforçou que o principal caminho para reverter a situação é a revisão da Instrução Normativa nº 12, que está sendo conduzida com apoio de consultoria técnica e em diálogo com o setor produtivo. Destacou que a proposta é construir uma revisão mais completa, considerando as particularidades de cada região e incorporando medidas de mitigação mais eficazes. Informou que já está sendo feito um levantamento de dispositivos existentes, como tecnologias para redução de captura incidental, com o objetivo de avaliar sua aplicação no Brasil.

6.11 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: deu continuidade à reunião, anunciando o próximo ponto de pauta, que trata da análise da regulamentação de embarcações em permissão prévia de pesca e dos impactos do Ofício nº 1204/2025 do MAPA. Destacou que a discussão envolve efeitos na emissão de nota fiscal e no abastecimento da indústria pesqueira. Na sequência, convidou para compor o debate Aguinaldo Santos, representante da Associação Nacional de Armadores de Pesca, Alisson Carvalho Cardoso, engenheiro de pesca do Departamento de Registro e Monitoramento, e Daniela Ferreira, coordenadora-geral de inspeção do MAPA.

7. Análise da Regulamentação de Embarcações em Permissão Prévia de Pesca e Impactos do Ofício Nº 1204/2025/DISPOA/DIPOA/DAS/MAPA na Emissão de Nota Fiscal e no abastecimento da Indústria.

7.1 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: Disse que o setor enfrenta uma situação delicada relacionada a entraves burocráticos entre órgãos governamentais. Apontou que há dificuldades de articulação entre o Ministério da Pesca e o MAPA, o que tem atrasado processos e impedido o andamento de demandas importantes. Ressaltou que essa falta de integração tem impactado diretamente o setor produtivo, com embarcações paradas por não conseguirem emitir nota fiscal, especialmente em casos de transferência de propriedade e regularização cadastral. Explicou que essas inconsistências nos sistemas, como divergências no nome das embarcações, acabam impedindo o registro adequado junto às indústrias, prejudicando o beneficiamento e a comercialização do pescado. Destacou que o ofício mencionado agravou a situação ao estabelecer restrições que dificultam ainda mais a operação regular das embarcações, afetando toda a cadeia produtiva. Destacou que a proibição mencionada tem causado impactos significativos no setor pesqueiro, especialmente diante do processo recente de regularização das embarcações. Explicou que houve avanços institucionais, como a realização de reunião entre o MPA, o MAPA e o setor produtivo para discutir uma portaria interministerial que estabeleceria o auto fiscal como documento de comprovação da origem do pescado. Informou que a minuta dessa portaria foi elaborada, encaminhada e debatida com o setor, que apresentou contribuições e ajustes necessários. No entanto, ressaltou que, apesar desse processo, a portaria ainda não foi assinada nem publicada, o que tem gerado insegurança e dificuldades operacionais. Enfatizou que essa indefinição tem impedido o funcionamento regular das embarcações, afeta que as embarcações estão, na prática, impedidas de operar devido à falta de regularização, consequência da morosidade nos processos administrativos. Destacou que essa situação tem gerado prejuízos ao setor, incluindo a perda de mão de obra, que já é escassa, além de penalizar proprietários que não conseguem utilizar suas embarcações. Ressaltou que a minuta da portaria já está praticamente concluída, faltando apenas ajustes finais, mas que, mesmo assim, não houve avanço desde o ano anterior. Comparou a situação a um veículo com documentação pendente, impossibilitado de circular, para ilustrar o impacto da demora. Enfatizou que o setor produtivo depende de uma solução urgente por parte do MPA e do MAPA, a fim de garantir a retomada das atividades e evitar maiores prejuízos.

7.2 Com a palavra, **Alysson Carvalho (Engenheiro de Pesca do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura – SERMOP/MPA)**: destacou que o Ministério e a equipe técnica têm acolhido as demandas do setor produtivo, promovendo reuniões interministeriais com o MAPA para discutir a

revisão da normativa. Explicou que a questão afeta diversas categorias, como pescadores artesanais, industriais, aquicultores e proprietários de embarcações. Ressaltou que a permissão prévia de pesca vinculada à transferência de propriedade traz segurança jurídica ao armador, porém esse trâmite não tem sido devidamente reconhecido na fiscalização. Apontou que, na prática, há divergência entre o nome constante na autorização de pesca e na nota fiscal, o que tem levado à autuação de embarcações, mesmo quando o proprietário está seguindo o prazo legal para regularização. Enfatizou que essa inconsistência tem resultado em apreensão de pescado e prejuízos ao setor, evidenciando a necessidade de ajuste na aplicação da norma. Destacou que a situação atual tem gerado insegurança jurídica para todo o setor, especialmente para as indústrias, que enfrentam dificuldades na comercialização do pescado. Ressaltou que não é adequado que os envolvidos precisem recorrer a medidas judiciais para viabilizar atividades regulares.

Explicou que o contexto está inserido no Programa de Regularização (Propesq), vigente até dezembro de 2027, que abrange mais de 25 mil embarcações, sendo cerca de 17 mil relacionadas a processos de transferência de propriedade e atualização cadastral. Pontuou que o programa também tem como objetivo fortalecer a rastreabilidade do pescado, em articulação com o MAPA, responsável pela inspeção industrial. Informou que há uma proposta de revisão da Instrução Normativa Interministerial nº 4 de 2014, cuja redação atual gera interpretações divergentes. A nova minuta foi construída com participação do setor produtivo e das áreas técnicas, e encontra-se em análise jurídica no MPA, seguindo posteriormente para o MAPA. Enfatizou que a revisão busca trazer maior clareza às regras, especialmente quanto às informações obrigatórias na nota fiscal para ingresso do pescado em estabelecimentos sob inspeção federal, garantindo mais segurança tanto para o setor quanto para os órgãos de fiscalização. Explicou que a proposta busca corrigir inconsistências na identificação do responsável pela atividade, permitindo que a emissão seja vinculada ao número do RGP do pescador profissional, e não apenas ao nome da embarcação, trazendo mais coerência ao processo. Destacou também que, nos casos em que o proprietário da embarcação ainda não possui a Permissão Prévia de Pesca (PPP), será possível apresentar uma autodeclaração acompanhada da documentação e do número do processo em andamento, garantindo continuidade das atividades mesmo durante a análise. Ressaltou que, como medida provisória, será suspensa a exigência prevista na normativa atual que condiciona a transferência de propriedade à PPP, até o término do programa Propesque evitando penalizar os envolvidos durante o período de regularização. Apontou que a norma vigente gera insegurança jurídica, dificuldades na comercialização e autuações indevidas, enquanto a nova proposta busca trazer mais clareza, segurança e continuidade ao setor. Destacou que a tendência é tratar a transferência de propriedade como uma simples atualização cadastral, sem necessidade de nova autorização, já que não há impacto direto sobre o recurso pesqueiro. confirmou que a proposta é que a transferência de propriedade passe a ser tratada como uma simples atualização de dados. Explicou que essa mudança tem como objetivo dar mais celeridade ao processo, reduzindo a burocracia e facilitando a regularização das embarcações. Destacou que a medida busca beneficiar todo o setor, tanto a pesca industrial quanto a artesanal, além de trazer mais fluidez para as operações das indústrias. E, encerrou sua fala e abriu o espaço para manifestações dos demais participantes.

7.3 Com a palavra, **Daniela Pieroti (Coordenadora-Geral de Inspeção - CGI/MAPA)**: explicou que o ofício emitido no âmbito do lado Nuno/POA surgiu após um treinamento realizado entre 13 e 17 de outubro, envolvendo órgãos como a Interpol, Polícia Federal, IBAMA e MAPA. Durante o treinamento, foram questionadas algumas práticas de cobrança da origem do pescado, e foi apontado que algumas ações do MAPA poderiam contrariar a legislação vigente, incluindo o artigo 207. A orientação recebida desse treinamento foi interpretada e solicitada para ser internalizada no manual de procedimentos, visando uma ampla divulgação. No entanto, Daniela destacou que o MAPA optou por não incorporar imediatamente essa orientação no manual nem divulgar a outros estados, aguardando manifestação oficial do Ministério da Pesca e Aquicultura. Esse episódio acabou desencadeando a revisão da Instrução Normativa nº 4, que já está em fase final de atualização. esclareceu que nenhum auto de infração pode ser aplicado apenas com base na interpretação contida em um ofício da área regional. Para ter validade, o auto de infração precisa estar fundamentado em lei, decreto ou instrução normativa específica. No caso citado, apenas essas normas dão amparo jurídico. Reforçou que sempre há um fator motivador para qualquer ação fiscalizatória e que o trabalho atual é justamente entender e regularizar esses processos, garantindo segurança jurídica.

7.4 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: destacou que algumas reuniões do setor pesqueiro não contam com todos os agentes envolvidos, como a Marinha, o que gera dificuldades na tramitação do Programa de Permissão Prévia de Pesca (PPP). Ele explicou que procedimentos como vistorias e emissão de documentos dependem de múltiplos órgãos, o que pode atrasar processos. Apesar disso, reforçou que não há compactação com pesca ilegal, e que a equipe sempre busca esclarecer dúvidas e garantir segurança jurídica. Quanto ao prazo para a minuta da normativa, Alexandre afirmou que, como já está alinhada entre os órgãos envolvidos (MPA e MAPA), espera-se que a conclusão ocorra em no máximo 10 dias, embora ainda não haja uma data exata.

7.5 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: registrou que a Marinha foi convidada para participar das discussões e que o processo segue em conjunto entre MAPA e MPA. Ele explicou que o prazo para análise é de até 30 dias por cada órgão, podendo totalizar 60 dias no trâmite conjunto, e indicou que a expectativa é que a minuta seja concluída até o final de abril.

7.6 Com a palavra, **Daniela Pieroti (Coordenadora-Geral de Inspeção - CGI/MAPA)**: explicou que o ofício foi emitido após participação em treinamento com órgãos como Interpol, Polícia Federal e Ibama, em outubro de 2013 e 2017. Ela detalhou que a orientação sobre a cobrança da origem do pescado foi discutida nesses encontros, mas que o Mapa só procedeu à revisão da Instrução Normativa nº 4 após receber manifestação oficial do MPA, garantindo ampla divulgação e alinhamento jurídico antes de qualquer aplicação prática.

7.7 Com a palavra, a Conselheira **Marílsa Fernandes (Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União - Peixe SP)**: questionou sobre o acesso do setor produtivo às análises e laudos dos filés de tilápia importados do Vietnã, mencionando que, para obter essas informações, atualmente é necessário usar o sistema do Núcleo de Assuntos Pesqueiros (NAP), que parece burocrático. Ela sugeriu que fosse criado um acesso mais direto ou facilitado para que a associação e os produtores pudessem acompanhar esses dados sem

complicações. comentou sobre o acesso aos laudos e análises dos filés de tilápia importados do Vietnã, questionando se o setor produtivo organizado, através da associação, consegue obter essas informações. Ela destacou que, caso não haja acesso, seria necessário criar um procedimento específico para permitir que o setor acompanhe esses dados, já que o sistema atual parece burocrático.

7.8 Com a palavra, **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que a palavra foi passada para Daniela para que ela tratasse do assunto da nota fiscal de empresa pesqueira e outros temas, aproveitando a presença do MAPA na reunião. Ele destacou que não se trata de algo isolado, mas de uma oportunidade para que os conselheiros, como Marilsa, possam apresentar pontos relevantes e serem ouvidos, sem pressionar ou pegar ninguém de surpresa.

7.6 Com a palavra, **Daniela Pieroti (Coordenadora-Geral de Inspeção - CGI/MAPA)**: explicou que se preparou para esclarecer a questão sobre os filés de peixe importados, citando que a Peixe BR havia solicitado informações sobre a importação de filés do Vietnã. Ela detalhou que todos os filés importados passam por análise criteriosa, com 100% das cargas sendo verificadas quanto à conformidade microbiológica e físico-química, alcançando índices superiores a 90% de conformidade, garantindo segurança para o mercado interno. Além disso, mencionou que a Anvisa internalizou a avaliação do RTQ de peixe congelado, reforçando o controle e a segurança do produto.

7.7 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: explicou que a presença da representante do MAPA enriquece a discussão e destacou que o ofício circular gerou preocupação no setor devido à pressão e às interpretações dos fiscais. Ele ressaltou que, embora um ofício isolado não sustente legalmente autuações, ele causa prejuízos financeiros e prejudica a confiança entre fornecedores e compradores. Cadu enfatizou que grandes empresas, especialmente durante safras importantes, são impactadas pela ordem de não compra, mesmo com a documentação em ordem. Ele sugeriu que o Conselho poderia provocar uma ação para suspender temporariamente os efeitos do ofício circular, considerando o prejuízo imediato ao setor e a urgência da situação. Reforçou que o impacto do ofício circular é imediato e prejudica embarcações que já possuem REAP e outros protocolos regulares. Ele destacou que, na prática, os trâmites oficiais acabam atrasando todo o processo, e que, muitas vezes, enquanto se aguarda a burocracia seguir seu curso, a safra já é perdida, prejudicando o setor produtivo. Por isso, sugeriu que o efeito do ofício circular fosse suspenso temporariamente, ressaltando que as reuniões interministeriais e a minuta da revisão já estão avançadas, e que continuar com a restrição apenas atrapalha o setor e não traz benefício para a fiscalização ou para a nação.

7.8 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto (Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – Faep/BR)**: explicou a diferença entre a nota fiscal na indústria e na pesca artesanal. Na indústria, todo o pescado produzido a bordo pertence ao proprietário da embarcação, e todos os pescadores a bordo são funcionários, então a nota fiscal não gera problemas significativos. Já na pesca artesanal, a situação é diferente: a produção é compartilhada entre o dono da embarcação e os pescadores, tradicionalmente em uma parceria de 50%. Cada pescador marca sua parte do pescado, mas a comercialização deve ser feita pelo dono do barco. Assim, a nota fiscal precisa refletir essa divisão e parceria, o que torna o processo mais complexo. O Conselheiro exemplificou

que, mesmo em uma produção de 600 kg, cada pescador tem sua “marca” de pescado, mas a responsabilidade de venda e emissão da nota fiscal recai sobre o proprietário da embarcação. explicou a divisão da produção na pesca artesanal, destacando que metade do pescado pertence ao proprietário da embarcação e a outra metade é compartilhada entre os pescadores da tripulação, de acordo com a participação de cada um. Esclareceu que, para entrada na indústria, utiliza-se uma única nota fiscal que registra toda a produção, incluindo as quantidades atribuídas a cada pescador nas observações do documento. Ressaltou que a emissão de notas fiscais individuais geraria dificuldades tributárias e administrativas, comprometendo a renda dos pescadores e aumentando a burocracia para as indústrias. Destacou que a nota fiscal única, combinada com a certificação sanitária e a fiscalização, comprova integralmente a atividade pesqueira, garantindo segurança jurídica e operacional, além de simplificar os processos administrativos e reduzir a documentação necessária.

7.9 Com a palavra, Alysson Carvalho (Engenheiro de Pesca do Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura – SERMOP/MPA):

respondeu ao questionamento do Conape sobre a suspensão imediata do ofício, esclarecendo que já estão em tratativas junto ao Mapa e ao MPA para formalizar a manifestação técnica solicitando a suspensão com base nas discussões realizadas durante a elaboração da minuta. Informou que a manifestação será encaminhada na semana seguinte, com fundamentação no programa Pro-Pesq e em todas as tratativas anteriores, para comunicação às superintendências do Mapa, ampliando a divulgação e efeito da suspensão. Destacou que a medida visa solucionar a problemática que gerou prejuízos ao setor, ressaltando que a morosidade se deve à necessidade de trâmites administrativos e interministeriais. Reforçou que a revisão normativa contempla a segurança dos pescadores artesanais, considerando a dinâmica distinta da pesca industrial, e inclui dispositivos específicos para a frota lagosteira, garantindo que a comercialização seja realizada com nota fiscal do pescado, dispensando a emissão da Guia de Trânsito Animal, como previsto no manual de orientação do Mapa, mas agora formalizado na nova norma.

7.10 Com a palavra, o Conselheiro Agnaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR):

ênfatisou que os custos decorrentes da emissão da DANFE e demais obrigações relacionadas à pesca não são arcadas pelo Estado, mas sim pelos próprios pescadores. Ressaltou que existem situações mais delicadas, como os casos de espólio, cujo pagamento e responsabilidade são determinados judicialmente, não cabendo ao órgão regulador. Enfatizou que a morosidade na tramitação de suspensões ou atualizações normativas deixa o setor à mercê de atrasos e dificuldades operacionais, impactando diretamente pescadores e embarcações.

8. Análise das Importações de Camarões Extrativos e Cultivados: Riscos Sanitários e Conformidade com IN Nº 02/2018.

8.1 Com a palavra, o Conselheiro Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC): iniciou sua manifestação destacando que estava substituindo um conselheiro titular, reconhecido por sua competência, e que a última reunião presencial que participou como suplente ocorreu em 2017, mantendo o crachá daquele período. Observou que os problemas enfrentados na pesca e na aquicultura desde 2017 permanecem e que em muitos casos, são intensificados, evidenciando a persistência de questões históricas no setor. Para

ilustrar sua análise, trouxe uma anedota sobre o saudoso escritor e ex-Secretário de Cultura de Pernambuco, Ariano Suassuna, enfatizando que, assim como no exemplo citado, embora os consultivos não “enrolem”, muitas vezes o sistema ou os processos geram a impressão de ineficiência ou lentidão, indicando que problemas recorrentes continuam sem solução efetiva, mesmo após mudanças estruturais ou administrativas no Conselho. Ressaltou ainda, que tais recorrências são indicativas de que limitações históricas e estruturais no setor continuam sendo um desafio a ser enfrentado e que ainda não foram solucionadas. Instigou os presentes a refletirem sobre a insegurança no setor: questionou se os produtores de camarão continuariam a investir em seus negócios diante das condições atuais, destacando o impacto da morosidade administrativa e da insegurança jurídica e sanitária na atividade produtiva. O conselheiro apresentou dados sobre a produção e importação mundial de camarão. Ressaltou que os maiores produtores estão na Ásia, com a China liderando com quase 1.000.000 toneladas, seguida pela Índia e Vietnã. No continente americano, destacou o Equador como principal produtor e em primeiro lugar no ranking global, com mais de 1,5 milhões de toneladas em 2025. Citou ainda que em 2004 o Equador exportou 58.000 toneladas, exportando na época, menos que o Brasil. Observou que o Brasil segue em contramão da produção global, deixando de investir na própria produção e estimulando importações. Apontou ainda os maiores mercados importadores, com destaque para a China, os Estados Unidos, o mercado europeu e o Japão, evidenciando a dimensão e a dinâmica do comércio internacional de camarão. Detalhou o panorama dos principais mercados importadores de camarão, destacando que, após a China, vêm os Estados Unidos, com importações entre 750.000 e 800.000 toneladas, o mercado europeu com 350.000 a 400.000 toneladas e o Japão com 200.000 a 250.000 toneladas anuais. Ressaltou que, com exceção da China, nenhum desses mercados importa commodities, demonstrando a preocupação com a produção interna e o controle sanitário da aquicultura. Explicou que a China importa grandes volumes porque atingiu sua capacidade máxima sustentável de produção e mantém um rigoroso monitoramento sanitário de todos os produtos importados. O Conselheiro Enox Maia enfatizou que a importação de commodities sem controle, pode introduzir enfermidades e gerar impactos negativos à produção nacional, comprometendo a capacidade produtiva e gerando diversos problemas operacionais. Questionou se a região Nordeste, responsável por 97% da produção de camarão no Brasil, recebe a devida atenção. Enox Maia comentou que o país não prioriza o desenvolvimento da pesca e aquicultura de forma adequada. Ele apresentou dados históricos, mostrando que as exportações brasileiras de camarão cresceram até 2003, superando o Equador, mas caíram verticalmente, entre 2003 e 2010. Entre 2004 e 2017, a produção manteve-se estável, em torno de 60 a 70 mil toneladas. A partir de 2018, houve retomada, chegando a 210 mil toneladas em 2024. Apresentou informações sobre a evolução das enfermidades que afetam a produção de camarão no Brasil. Ele explicou que, entre 1998 e 2003, algumas doenças já existiam, mas sem efeitos catastróficos e o País continuou aumentando sua produção. Os problemas se intensificaram com a combinação dessas enfermidades com outras novas que entraram no país. Relatou a síndrome da Mancha Branca, que surgiu em Santa Catarina e se espalhou do Sul para o Norte do Brasil. Abordou a questão da introdução da síndrome da Mancha Branca no Brasil. Ele explicou que estados do Sul, como Santa Catarina, frequentemente importam camarões de países vizinhos, incluindo Argentina e Equador, muitas vezes de forma clandestina. Isso levanta a dúvida sobre a origem da doença: se teria sido introduzida por camarões importados ilegalmente ou se já existia no país e apenas se potencializou.

Observou que a enfermidade apenas se verticalizou a partir dos anos de 2003 e 2004. Destacou a relevância econômica das enfermidades na aquicultura, enfatizando que a introdução de doenças de importância econômica pode desestruturar completamente o setor e reduzir drasticamente a competitividade internacional. No caso da síndrome da Mancha Branca, observou-se aumento significativo da mortalidade — que passou de 25–30% para cerca de 70 - 90% — resultando na perda de participação nos mercados europeu e americano. Ressaltou que a origem dessa enfermidade ainda não é totalmente conhecida, mas seu impacto foi determinante para a diminuição drástica, da capacidade de competição do Brasil. Em contrapartida, a análise da balança comercial de pescados entre 2003 e 2024 evidencia que, mesmo diante das dificuldades, o Brasil manteve superávits até 2023, principalmente devido às exportações de camarão. Mostrou ainda que, entre 2003 e 2024 a queda nas exportações totais de pescado do Brasil foram de 6,52%, com uma perda de 400 milhões de dólares e que as importações no mesmo período cresceram 675%. Evidenciou ainda que, a partir de 2004, a balança comercial de pescado brasileira passou a ser deficitária e que, em 2024, atingiu o déficit patamar de 1,57 bilhões de dólares, evidenciando o desequilíbrio crescente. Enox Maia ressaltou ainda, o significativo potencial do País, com mais de 8500 kms de litoral e extensos lençóis subterrâneos de água salobra, especialmente no interior do Nordeste, como no Rio Grande do Norte, recursos que permanecem subutilizados e poderiam, se devidamente explorados, contribuir para a reaquisição de superávit na balança de pescado, se fossem aproveitados de forma estratégica. Segundo ele, o crescimento da aquicultura depende de programas governamentais estruturados e contínuos, e não de ações isoladas. Ele observou que muitas sugestões técnicas apresentadas anteriormente raramente foram implementadas, mantendo o setor em estagnação. Enox Maia enfatizou a necessidade de esforços políticos coordenados e de um plano nacional robusto de aquicultura e pesca, com continuidade intergovernamental para explorar plenamente os recursos naturais e fortalecer o setor. Concluiu que, sem planejamento estratégico, o setor pesqueiro e aquícola continuará estagnado, perdendo importantes oportunidades econômicas e sociais para o país. Abordou a questão das doenças que afetam a produção de camarão, destacando sua relevância econômica e a persistência de surtos com genótipos ainda mais virulentos. Enox Maia falou ainda, sobre as preocupações com as importações correntes de camarões provenientes do Equador, Argentina, Peru e Índia, mencionando a questão da impropriedade sanitária, por conta das inúmeras enfermidades que tais países possuem, inclusive com genótipos ainda mais resistentes, e que não estão presentes no Brasil, mostrando inclusive que: embora as doenças de importância econômica e sanitária sejam de notificação obrigatória, no Sistema oficial da OIE-OMSA e que essas enfermidades estivessem citadas anteriormente, o quadro atual da própria OMSA sofreu uma limpeza milagrosa (Equador, Vietnã, Índia e Peru – NO DESEASE!), demonstrando uma total assimetria informacional no comércio internacional. Citou ainda o Conselheiro Enox Maia, que apesar da limpeza, as enfermidades não mais constantes no sistema WAHIS, estão documentadas, revisadas por pares, em diagnósticos moleculares (pcr/rt-pcr) e sequenciamento genético, em trabalhos científicos e jornais das respectivas universidades desses países. Em seguida Enox Maia ainda em referência às normas nacionais e internacionais, citou a IN 02/2018, estabelecida após a tentativa de introdução de camarão do Equador em 2017. Citou que a referida IN, expressa as condições para a exportação e a importação pelo Brasil. Segundo Enox Maia, essas normas determinam que os padrões sanitários sejam atendidos e verificados antes da primeira exportação, assegurando igualdade ou superioridade sanitária para o

exportador ao Brasil. O especialista mencionou ainda que, em 2017/2018, através do Estado da Bahia, a ABCC entrou com ação judicial contra a importação de camarão, visando prevenir riscos de contaminação e proteger o mercado nacional. A Procuradoria-Geral da República se posicionou, fundamentando-se no princípio da precaução, e destacou que não haveria justificativa para importações se existissem riscos sanitários. Inicialmente, a ação recebeu uma liminar, que permitiu temporariamente a importação; contudo, essa liminar foi posteriormente suspensa pela Ministra Cármen Lúcia, mantendo o rigor sanitário e a proteção do setor nacional. Questionou a viabilidade de ampliação e investimentos no setor produtivo de camarão no Brasil, destacando as dificuldades enfrentadas devido à insegurança jurídica e à desobediência às exigências sanitárias e ambientais para as importações. Ele observou que há, na prática, uma divisão entre interesses: um lado busca incentivar a produção nacional, enquanto outro favorece a importação sem sanidade, criando um cenário contraditório e desafiador para os produtores. Ao concluir sua explanação, Enox abriu espaço para a plenária de comentários e perguntas, enfatizando a necessidade de debate sobre as barreiras regulatórias e os desafios estruturais que afetam o setor.

8.2 Com a palavra, o Conselheiro Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe): compartilhou experiências sobre o início da produção de camarão vannamei em Santa Catarina, destacando os desafios enfrentados com o manejo intensivo e a introdução de espécies não nativas. Ele observou que a produção em alta densidade, sem planejamento adequado, gerou estresse biológico e surtos de doenças graves. Fonseca também comentou sobre a polêmica envolvendo espécies importadas, como o camarão “play ópticos Miller”, e destacou a produção natural de camarão na Patagônia, Argentina, como referência. Segundo ele, essas experiências mostram a importância de manejo técnico adequado, planejamento e atenção às condições biológicas e ambientais para garantir a sustentabilidade da aquicultura no Brasil. Comentou sobre a diversidade ambiental do Brasil e a adaptação das espécies de camarão às diferentes regiões do país. Ele destacou que algumas espécies nativas, mesmo sendo cultivadas em condições extremas fora de seu ambiente natural, podem apresentar problemas sanitários, mas que isso não deve ser confundido com risco de introdução de doenças exóticas. Fonseca expressou preocupação com argumentos que tentam justificar restrições comerciais sob o pretexto de risco sanitário, alertando que muitas vezes tais alegações refletem interesses protecionistas ou políticas comerciais, e não ameaças reais à saúde do rebanho nacional. Ele reforçou que é necessário diferenciar rigor científico de argumentos comerciais ou políticos, garantindo discussões honestas e baseadas em evidências. Destacou que todos os filés de camarão estão submetidos a análises rigorosas, cujos resultados muitas vezes demonstram qualidade superior à de produtos nacionais. Ele criticou a utilização de alegações de doença como justificativa para restrições comerciais, ressaltando que tais argumentos não são justos nem baseados em evidências científicas. Fonseca enfatizou a necessidade de competir globalmente em condições equitativas, reconhecendo a qualidade de produtos estrangeiros sem recorrer a artifícios protecionistas. Segundo ele, o Brasil deve enfrentar a concorrência usando os mesmos critérios e padrões, garantindo igualdade de condições e integridade nas relações comerciais, sem inventar regras que desqualifiquem injustamente os concorrentes.

8.3 Com a palavra, a Conselheira Winnie Brum (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA): afirmou concordar que doenças,

especialmente as exóticas, possuem grande potencial de causar impactos significativos e devastar rebanhos. Ela destacou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua exatamente nesse ponto, utilizando análise de risco de importação para garantir a segurança sanitária dos produtos. Fonseca explicou que, com exceção do camarão “*Xiphopenaeus kroyeri*”, para o qual há uma análise de risco específica, todos os outros tipos de camarão só podem ser importados na forma de produtos processados de maneira rigorosamente segura, sem cabeça, sem casca e sem vísceras. Essa política foi estabelecida com base em análise de risco realizada em 2020 e segue critérios internacionais reconhecidos pelo Código Sanitário de Animais Aquáticos, garantindo que o produto seja considerado seguro e que não haja exigência de requisitos adicionais de saúde animal. Segundo Fonseca, essa abordagem assegura que as importações de camarão ocorram de forma controlada, mantendo a proteção do rebanho nacional e alinhando o Brasil às normas internacionais de segurança sanitária. Esclareceu que, embora doenças possam surgir sem origem conhecida, não se deve atribuí-las a importações legais. Ele destacou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realiza um trabalho rigoroso, seguindo todos os trâmites e requisitos sanitários necessários, e até implementa medidas adicionais de precaução quando apropriado. Citou como exemplo a suspensão das importações do Equador após auditoria realizada no país, da qual participou, demonstrando que o controle sanitário é efetivo e contínuo. Segundo ela, é inadequado fazer inferências precipitadas sobre risco sanitário ou alegar descumprimento de normas quando o trabalho de monitoramento e prevenção está sendo corretamente executado pelo Ministério.

8.4 Com a palavra, o Conselheiro Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC): começou esclarecendo que não fazia qualquer sentido, atribuir o surto da Mancha Branca em Santa Catarina, a inaptidão do Estado, devido a sua desorganização produtiva e ao frio. Esclareceu ainda, que o desenvolvimento do cultivo de camarão em Santa Catarina, conhecido como “Carcinicultura” foi baseado em fundamentos científicos sólidos, implementado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ele destacou que os pesquisadores da UFSC exerciam controle total sobre os empreendimentos, gerenciando rigorosamente todo o processo. Enox Mais ressaltou ainda que, tal controle era tão verdadeiro, que as pressões sofridas pelos pesquisadores da UFSC, quando do ingresso da doença da Mancha Branca foram extremas, inclusive causando o suicídio do Prof. Pesquisador Elpidio Beltrame. Enox explicou aspectos técnicos sobre a resistência de vírus que afetam o camarão: alguns agentes etiológicos são sensíveis a temperatura, como o vírus da Mancha Branca, que pode ser eliminado por cocção; outros, como o vírus da IMNV, são altamente tolerantes e não são neutralizados facilmente por calor. Ressaltou que atribuir o surto da Mancha Branca e os consequentes problemas na produção de camarão às baixas temperaturas de Santa Catarina seria incorreto, observando que outros países, como a China, com temperaturas mais baixas e regiões do próprio Nordeste brasileiro, enfrentam temperaturas baixas também sazonalmente e conseguem produzir sem dificuldades. Ele enfatizou que as análises e decisões do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) no quadro presente, permitindo as importações indevidas, não são fundamentadas em critérios científicos e tecnológicos adequados, considerando as condições sanitárias específicas de cada país exportador. O Conselheiro explicou ainda, que não é possível aplicar análises de risco de um país a outro – por exemplo: não se pode usar análise de risco do camarão do Equador para importar camarão da Índia. Ele destacou que cada produto deve passar por várias

análises de riscos específicas, contemplando fatores como doenças presentes, manejo e condições de processamento. Segundo ele, produtos como o camarão indiano são altamente manipulados, e muitas vezes a contaminação recebida decorre do processamento, e não da sanidade do animal em si. Concluiu mencionando ainda, que a abordagem do MAPA, quando da visita ao Equador foi detalhada e criteriosa, considerando todas as etapas desde a despesca até o congelamento final, inclusive verificando, uma imparidade sanitária desfavorável às exportações para o Brasil, suscitando que as importações não poderiam ocorrer de forma segura e confiável.

8.5 Com a palavra Sérgio Pinho (Assessor da ABCC): destacou que não existe vedação no Regimento quanto à importação de camarão, mas ressaltou que a existência de padrões internacionais de segurança sanitária não implica obrigação de importação pelo Brasil. Ele mencionou que, historicamente, autoridades e pesquisadores de renome na área de aquicultura, incluindo professores e diretores de instituições científicas, defendem que países produtores não necessitam importar camarão, enfatizando a importância de manter a sanidade e a autonomia da produção nacional. O Senhor Sérgio exemplificou com o caso do Equador, que proíbe a importação de qualquer tipo de crustáceo, incluindo cistos de Artêmio do Brasil, usados como alimento para pós-larvas de camarão, a fim de proteger a sanidade de suas produções. Ele também citou experiências de produtores brasileiros, como levinho, grande produtor de camarão no Ceará, que demonstrou interesse em equipamentos importados, reforçando que decisões sobre importação dependem de critérios técnicos, sanitários e estratégicos, e não apenas de interesse econômico. esclareceu que o Equador proibiu a importação de bombas utilizadas em uma produção de camarão no Ceará devido a diferenças sanitárias entre os países. Na época, o Brasil apresentava quatro doenças, enquanto o Equador possuía treze, das quais apenas uma era de baixa letalidade. Por isso, a importação de equipamentos usados foi vetada, seguindo o princípio da precaução. Fonseca enfatizou que essa abordagem é prática comum internacionalmente, exemplificando que o Brasil também aplicou medidas de reciprocidade para impedir a entrada de produtos do Equador, protegendo sua produção nacional. Ele reforçou que tais ações evidenciam a necessidade de critérios técnicos e sanitários rigorosos na aquicultura e na importação de insumos. O senhor Sérgio acrescentou, corroborando a posição de Fonseca, que a aplicação consistente do princípio da precaução é essencial para garantir a segurança sanitária e a competitividade do setor aquícola brasileiro, destacando a importância de políticas públicas e regulamentações claras para orientar produtores e autoridades no manejo de doenças e importações. explicou que, na época, o Brasil apresentava quatro doenças em suas populações de camarão, enquanto o Equador possuía treze, sendo apenas uma de baixa letalidade. Em função dessas diferenças sanitárias, o Equador proibiu a importação de bombas usadas, como medida de precaução para proteger sua produção. Fonseca ressaltou que o princípio da precaução também foi aplicado pelo Governo brasileiro em situações de reciprocidade, restringindo a entrada de crustáceos do Equador quando necessário. Ele destacou a relevância da competitividade na aquicultura, observando que, apesar do Brasil produzir aproximadamente 30.000 toneladas de camarão, o consumo per capita permanece baixo (1,1 kg), indicando potencial de expansão. No entanto, enfatizou que os investimentos na produção são diretamente impactados pela insegurança jurídica, sanitária e regulatória, pois a ausência de garantias desencoraja produtores a ampliar suas atividades. O Senhor Enox complementou que a adoção de normas claras e a aplicação consistente do princípio da precaução são fundamentais para proteger

a produção nacional, assegurar a competitividade do setor e prevenir prejuízos econômicos decorrentes da introdução de doenças exóticas.

8.6 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: iniciou a retomada da reunião no período da tarde informando que ainda restavam duas pautas do dia anterior que não haviam sido concluídas, sendo uma delas transferida para aquele momento. Indicou que o primeiro ponto seria o Comitê de Pesca Artesanal, cuja discussão tende a ser mais breve por já ter sido aprovado anteriormente. Em seguida, convidou a diretora Sandra para realizar uma apresentação sobre abordagens transnacionais na formulação de políticas públicas voltadas ao setor frente às mudanças climáticas.

9. Abordagens transnacionais da formulação de políticas públicas para esteiras frente às mudanças climáticas.

9.1 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: apresentou o tema das abordagens transnacionais na formulação de políticas públicas pesqueiras diante das mudanças climáticas, destacando que a discussão decorre de recomendação de reunião anterior. Ressaltou que o aquecimento das águas e as alterações nas correntes oceânicas têm provocado mudanças na distribuição, reprodução e disponibilidade dos recursos pesqueiros, com exemplos como a sardinha e a corvina, que vêm se deslocando para o sul. Enfatizou a necessidade de adaptação da gestão pesqueira a esse novo cenário, defendendo o fortalecimento de iniciativas transnacionais, a cooperação entre países e o intercâmbio de dados científicos para avaliação conjunta de estoques. Também destacou a importância de incorporar as mudanças climáticas como elemento estruturante das políticas públicas, promovendo estratégias de gestão adaptativa que aumentem a resiliência dos estoques, reduzam conflitos e garantam maior segurança jurídica ao setor.

9.2 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: destacou que a temática das mudanças climáticas já vem sendo considerada no âmbito da conferência como um eixo transversal, devendo orientar a construção de propostas e a análise das políticas públicas. Ressaltou que, mesmo antes da recomendação apresentada, já havia o entendimento da centralidade do tema climático nas discussões, reforçando sua relevância estratégica para o setor. Por fim, abriu espaço para que os demais participantes pudessem complementar ou apresentar considerações adicionais sobre o tema.

9.3 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: destacou a necessidade de revisar as regras de motorização das embarcações da pesca artesanal, considerando os impactos das mudanças climáticas. Ressaltou que as condições atuais exigem maior potência para garantir a segurança dos pescadores, e que a legislação vigente tem gerado dificuldades e penalizações, sendo necessária uma adequação urgente.

9.4 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: sugeriu que, na próxima reunião, seja apresentada uma atualização sobre o andamento da revisão da IN, destacando que o processo já iniciou na área continental, mas encontra

dificuldades na parte marinha devido à baixa participação. Ressaltou a importância de dar uma devolutiva ao grupo sobre o status dessa revisão.

9.5 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano)**: considerou oportuna a apresentação e destacou que o deslocamento da sardinha para áreas mais ao sul não é recente, sendo um fenômeno já observado historicamente, inclusive antes do debate sobre mudanças climáticas. Ressaltou que não há proibição expressa para a pesca nessas áreas e questionou a demora e a burocracia para ampliação da área permitida, considerando que se trata de um recurso já conhecido e explorado. Demonstrou preocupação com a morosidade do processo e indagou se haverá avanço na questão.

9.6 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: destacou que o deslocamento dos recursos pesqueiros é um fenômeno global e defendeu a necessidade de cooperação regional. Sugeriu que o Brasil avance inicialmente com o Uruguai, diante das dificuldades com a Argentina, e apontou a falta de governança no Atlântico Sudoeste, o que favorece a atuação de frotas estrangeiras e aumenta a complexidade da gestão na região.

9.7 Com a palavra, a Conselheira **Láís Belsito (Associação Brasileira das Indústrias do Pescado - Abipesc)**: levantou reflexões sobre a necessidade de maior coordenação entre os diferentes planos e políticas públicas relacionados à pesca, aquicultura e mudanças climáticas, destacando que já existem documentos publicados por outros órgãos que tratam do tema, porém ainda de forma pouco detalhada para o setor. Ressaltou que, apesar da elaboração de diversos planos no âmbito da pesca e aquicultura, é fundamental garantir a integração e o alinhamento com iniciativas já existentes, evitando sobreposições e lacunas. Por fim, chamou atenção para a importância de ampliar a participação e o diálogo institucional nesses processos, de modo a assegurar que o setor esteja devidamente contemplado nas políticas intersetoriais.

9.8 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto (Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – Faep/BR)**: destacou, a partir da realidade observada no Rio Grande do Norte, que a revisão da INDS precisa ser acelerada, pois vem impactando diretamente a frota artesanal e costeira diversificada, situação que também se repete em outras regiões, como o Nordeste. Ressaltou que as limitações atuais, tanto no tamanho das embarcações quanto na motorização permitida, não acompanham as condições reais de navegação, comprometendo a segurança dos pescadores. Defendeu a realização de uma discussão urgente sobre o tema, inclusive de forma virtual, e mencionou que há a possibilidade de solicitar autorização para alteração da motorização, o que pretende testar como alternativa dentro das regras vigentes.

9.9 Com a palavra, **Thamires Ventura (Coordenadora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: apresentou atualizações sobre temas discutidos, destacando que, no caso da sardinha, além dos efeitos das mudanças climáticas, há também a necessidade de garantir maior segurança jurídica, considerando divergências entre normativas quanto à área de atuação da pesca. Informou que esse ajuste está sendo considerado no processo de revisão. Em relação à governança no Atlântico Sudoeste, ressaltou que há articulações em andamento pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, em conjunto com a assessoria internacional e o Itamaraty, incluindo diálogo com países como Uruguai e Argentina, embora este último ainda apresente

resistência. Mencionou que o tema vem sendo tratado em instâncias internacionais, com recomendações para fortalecimento de mecanismos de ordenamento e cooperação em áreas ainda não abrangidas por organizações regionais, o que pode contribuir para avanços futuros.

9.10 Com a palavra, **Sandra Silvestre (Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI/MPA)**: esclareceu que, no âmbito da Secretaria, não foi elaborado um plano nacional, mas sim um plano de ação, com caráter mais prático e direcionado. Explicou que esse plano foi a partir de reuniões com o setor pesqueiro em estados com forte presença da pesca industrial, considerando as principais demandas apresentadas por sindicatos e representantes do setor. Destacou que o documento, adotado desde 2023, orienta as ações da Secretaria, priorizando a resolução de problemas emergenciais e pautas específicas, incluindo temas de ordenamento e indústria do pescado. Informou que não houve articulação direta com o Ministério do Meio Ambiente na elaboração desses instrumentos, indicando que essa integração ainda não foi realizada.

9.11 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: Adriana retomou o questionamento sobre a articulação entre os planos em elaboração no âmbito da pesca e aquicultura e o Plano Clima já publicado, destacando que as representações existentes estão concentradas na aquicultura e na pesca artesanal. Ressaltou a importância de compreender como esses instrumentos estão dialogando, considerando a gestão compartilhada e a centralidade do tema das mudanças climáticas. Sugeriu que as áreas de aquicultura e pesca artesanal apresentem esclarecimentos sobre esse alinhamento e os encaminhamentos futuros.

9.12 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: esclareceu que a aquicultura está inserida no Plano Clima de forma integrada com outros ministérios, tanto no eixo de adaptação quanto de mitigação. Destacou que não há um plano específico próprio, mas a participação ocorre por meio de ações conjuntas, em articulação com pastas como Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Como exemplo, mencionou iniciativas como a produção de algas no eixo de adaptação, ressaltando que o setor vem avançando dentro dessa lógica de cooperação interinstitucional.

9.13 Com a palavra, **Suana Medeiros (Coordenadora-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas - SNPA/MPA)**: informou que o Plano Nacional da Pesca Artesanal contempla um eixo específico sobre emergência climática, com propostas voltadas às demandas das comunidades e territórios. Destacou que o tema esteve presente ao longo de todo o processo de elaboração do plano, incluindo as plenárias regionais. Ressaltou, ainda, que houve participação do Ministério do Meio Ambiente nas discussões, bem como contribuições do próprio setor no Plano Clima, indicando a existência de diálogo transversal entre os instrumentos, ainda que não totalmente sistematizado neste momento.

9.14 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: apresentou os encaminhamentos para a criação do Comitê de Pesca Artesanal, já aprovado anteriormente. Informou que será enviado ofício aos membros para manifestação de interesse em participar, sendo necessário o mínimo de seis adesões para efetivação do comitê. Explicou que, após essa etapa, será aberto processo para elaboração e publicação da portaria de criação. Em seguida, será

realizada uma reunião preparatória para escolha da presidência e, posteriormente, publicada nova portaria com a designação dos membros. Por fim, destacou que o comitê deverá se reunir pelo menos três vezes ao ano.

9.15 Com a palavra, a Conselheira **Maria José da Silva (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA)**: solicitou esclarecimento sobre a composição mínima do comitê, questionando se os seis membros necessários para sua efetivação poderiam ser todos de um mesmo segmento ou se haveria algum impedimento quanto à representatividade entre diferentes categorias.

9.16 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: defendeu que a composição do Comitê de Pesca Artesanal deve priorizar representantes diretamente ligados ao segmento, considerando que cada área possui suas próprias demandas e especificidades. Frisou que, para garantir discussões mais qualificadas e alinhadas à realidade do setor, o comitê deve ser formado por membros com atuação na pesca artesanal, ainda que reconheça a importância de outros segmentos.

9.15 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: esclareceu que o regimento não estabelece qualquer impedimento para participação nos comitês, permitindo que qualquer conselheiro integre qualquer grupo. Destacou, no entanto, que, na prática, a composição tem ocorrido por afinidade temática, com participação predominante de membros diretamente ligados a cada área específica.

9.16 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: destacou a importância de manter a flexibilidade na composição do comitê, ressaltando que, embora represente a pesca industrial, sua atuação também dialoga diretamente com a pesca artesanal, especialmente no contexto do Nordeste. Argumentou que há interseções entre os segmentos, como no caso da frota lagosteira, e que essa proximidade justifica o interesse e a contribuição de representantes de diferentes áreas. Assim, defendeu que o comitê não seja restrito, permitindo a participação de membros que, mesmo de outros segmentos, tenham relação e possam colaborar com a temática.

9.17 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: verificou se havia mais manifestações e, não havendo, deu encaminhamento à pauta. Em seguida, anunciou a apresentação do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional, convidando os representantes responsáveis para expor os trabalhos desenvolvidos.

10. Apresentação das Ações do Comitê da Conformidade da Pesca Nacional.

10.1 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: esclareceu que sua atuação, enquanto Secretária Executiva, está voltada à organização e ao funcionamento administrativo do Conselho, com foco em garantir a participação social e o espaço de fala dos membros. Destacou que não possui atribuição técnica sobre os temas finalísticos e, por isso, orientou que as áreas competentes se manifestem sobre o conceito de conformidade do pescado, direcionando a resposta aos especialistas responsáveis.

10.2 Com a palavra, o Conselheiro **Aginaldo Hilton (Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras Pesca/BR)**: explicou que o Comitê de Conformidade trata de temas relacionados principalmente à pesca industrial, reunindo demandas técnicas e estruturais do setor. Destacou que o grupo realiza reuniões periódicas para levantar problemas e encaminhá-los, mas enfrenta baixa efetividade na implementação das soluções. Apontou que o comitê tem caráter consultivo e que muitas demandas acabam não avançando ou não chegam às instâncias decisórias, gerando frustração. Ressaltou ainda a existência de entraves estruturais, como regularização de embarcações, fiscalização e proteção social dos pescadores, além de um histórico de pendências acumuladas e baixa resolutividade. Indicou a necessidade de maior articulação e efetividade na gestão, defendendo que as discussões avancem para resultados concretos e apresentando um panorama das dificuldades enfrentadas pela frota pesqueira. Apontou falhas operacionais e falta de clareza nos processos administrativos, destacando inconsistências na documentação e dificuldades enfrentadas pelos pescadores para regularização. Ressaltou que há baixa efetividade nas decisões dos comitês e ausência de segurança jurídica, o que compromete o funcionamento do setor. Criticou problemas de rastreabilidade, atualização cadastral e a falta de sistemas eficientes, mencionando que muitos pescadores não conseguem se regularizar por entraves burocráticos. Também defendeu a necessidade de maior controle sobre a frota e melhor mapeamento das embarcações. Além disso, enfatizou a demora nos trâmites administrativos e a falta de integração entre os órgãos, sugerindo mais agilidade e definição de prazos. Por fim, criticou a forma de fiscalização, apontando que ela tem penalizado quem está regularizado, enquanto irregularidades mais graves não são devidamente combatidas. Apontou falhas operacionais e falta de clareza nos processos administrativos, destacando inconsistências na documentação e dificuldades enfrentadas pelos pescadores para regularização. Ressaltou que há baixa efetividade nas decisões dos comitês e ausência de segurança jurídica, o que compromete o funcionamento do setor. Criticou problemas de rastreabilidade, atualização cadastral e a falta de sistemas eficientes, mencionando que muitos pescadores não conseguem se regularizar por entraves burocráticos. Também defendeu a necessidade de maior controle sobre a frota e melhor mapeamento das embarcações. Além disso, enfatizou a demora nos trâmites administrativos e a falta de integração entre os órgãos, sugerindo mais agilidade e definição de prazos. Por fim, criticou a forma de fiscalização, apontando que ela tem penalizado quem está regularizado, enquanto irregularidades mais graves não são devidamente combatidas. Deu continuidade aos encaminhamentos do comitê, mencionando solicitações relacionadas ao rigor da fiscalização, combate à pesca irregular e à necessidade de fortalecimento estrutural dos comitês. Destacou preocupação com a falta de segurança jurídica e suporte técnico, especialmente diante de mudanças normativas e indefinições institucionais. Ressaltou que o comitê foi criado com o objetivo de organizar e dar direcionamento às demandas do setor pesqueiro em nível nacional, mas criticou a baixa efetividade das respostas e a demora nos encaminhamentos. Apontou ainda problemas na padronização das regras, com diferentes interpretações e aplicações entre estados, o que gera insegurança para os pescadores. Também mencionou conflitos normativos que impactam a atividade, como restrições específicas que não são acompanhadas de regulamentação adequada, prejudicando determinadas modalidades de pesca. Defendeu maior agilidade, transparência e clareza nas decisões, além de melhor definição das atribuições institucionais. Cobrou maior efetividade das políticas públicas e demonstrou insatisfação com a falta de respostas concretas ao longo dos últimos anos,

indicando a necessidade de avanços reais para o setor. reforçou a necessidade de maior agilidade e padronização nas decisões do setor pesqueiro, destacando que normas específicas por região devem ser claras e devidamente respondidas, evitando insegurança e impactos negativos à atividade. Criticou a morosidade dos processos administrativos e a falta de retorno às demandas encaminhadas, apontando que isso compromete a credibilidade institucional e a efetividade das ações. Defendeu maior transparência, respostas mais rápidas e melhor definição das atribuições entre os órgãos envolvidos. Sugeriu ainda a modernização dos processos, com uso de ferramentas digitais e sistemas mais dinâmicos, que facilitem o acompanhamento, a regularização e a comunicação com os pescadores. Por fim, enfatizou a necessidade de avanço institucional, com mais autonomia e eficiência, evitando retrocessos na gestão do setor.

10.3 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquariofilia – Abla)**: destacou a insatisfação do setor com a baixa efetividade da gestão compartilhada, apontando que muitas decisões e encaminhamentos dos comitês não são cumpridos, gerando conflitos entre os órgãos e prejudicando o ordenamento da atividade pesqueira. Ressaltou que há falta de coordenação, com diferentes instituições atuando de forma desarticulada, o que impacta negativamente toda a cadeia produtiva. Diante disso, sugeriu a realização de uma reunião com instâncias superiores, como a Casa Civil, para apresentar as demandas e evidenciar a ausência de respostas concretas. Além disso, propôs o fortalecimento do conselho, com caráter mais deliberativo, a fim de garantir maior efetividade nas decisões, comparando com outros colegiados que possuem esse papel. Por fim, reforçou a necessidade de avanços na governança e maior alinhamento institucional.

10.4 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: concordou, em parte, com as colocações anteriores sobre a insatisfação do setor, ressaltando que a ideia de “conformidade” passa justamente por aquilo que está ou não sendo cumprido na prática. No entanto, ponderou sobre a proposta de tornar o conselho deliberativo, destacando a necessidade de uma separação clara entre o papel da sociedade civil e o do poder público na formulação e execução de políticas. Demonstrou dúvidas quanto ao alcance e aos efeitos práticos de um conselho com esse caráter, indicando a necessidade de maior aprofundamento no tema. Mencionou o exemplo de outros colegiados, como o Conama, reconhecendo que suas resoluções têm impacto relevante, mas avaliou que essa é uma discussão mais complexa, que demandaria amadurecimento institucional e possivelmente não avançaria no curto prazo, ficando como pauta para futuras gestões.

10.5 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano)**: explicou que conselhos deliberativos, como o Conama, possuem capacidade de editar resoluções com efeito prático semelhante ao de normas, influenciando diretamente políticas públicas. Citou como exemplo uma resolução que trata do licenciamento ambiental na área de petróleo, destacando que ela define critérios para avaliação de impactos sobre a pesca. Mencionou que, em determinadas profundidades, a norma entende que os impactos são indiretos, exigindo estudos menos detalhados. Com isso, reforçou que decisões desse tipo têm aplicação concreta e orientam procedimentos, demonstrando como um conselho deliberativo pode estabelecer regras efetivas para diferentes setores, inclusive a pesca.

10.6 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou que participa da revisão de resolução do Conama sobre licenciamento ambiental da aquicultura, ressaltando que esse tipo de norma possui grande impacto, pois orienta a atuação em nível nacional. A partir desse exemplo, defendeu a importância de um conselho com caráter deliberativo, com direito a voto e maior reconhecimento institucional. Argumentou que, atualmente, as decisões do colegiado se limitam a recomendações que muitas vezes não são efetivamente implementadas. Afirmou que a adoção de um modelo deliberativo fortaleceria o conselho, conferindo mais efetividade às decisões e ampliando a voz dos seus membros.

10.7 Com a palavra, a Conselheira **Miriam Bozzetto (Oceana Brasil)**: destacou que a proposta apresentada por Felipe Weber pode se inspirar em modelos já existentes, citando como exemplo o Conselho Estadual de Pesca do Rio Grande do Sul, que possui caráter deliberativo. Frisou que esse conselho foi instituído por decreto e tem competência para emitir resoluções, funcionando de maneira efetiva na tomada de decisões. Assim, sugeriu que esse modelo seja analisado pelos membros como possível referência para o fortalecimento do conselho em debate.

10.8 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: realizou o encerramento da apresentação do Comitê de Conformidade, agradecendo aos participantes, especialmente ao presidente e aos membros envolvidos nos trabalhos desenvolvidos. Na sequência, conduziu a transição da reunião, anunciando o próximo ponto da pauta: a apresentação das ações do Comitê de Competitividade da Tilapicultura. Para isso, convidou a Diretora Juliana Lopes, do Departamento de Águas da União, para dar início à exposição.

11. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Tilapicultura.

11.1 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: informou que o comitê discutiu três temas principais: a importação de tilápia do Vietnã, o novo regulamento técnico para pescado congelado e a lista de espécies exóticas invasoras. Disse que foi solicitada análise de risco das importações e dados sobre irregularidades, além da manutenção das regras atuais até a publicação do novo regulamento. Também destacou a preocupação com a falta de análise de impacto na lista de espécies invasoras, pedindo avaliação técnica e jurídica. Ressaltou que o objetivo é dar mais segurança ao setor e melhorar as decisões regulatórias. explicou que, na discussão sobre a lista de espécies exóticas invasoras, foi decidido priorizar as espécies ainda não detectadas na natureza ou restritas ao confinamento. Informou que a norma já teve seu texto principal aprovado e a maioria das espécies incluídas, restando apenas cinco espécies em análise mais detalhada. Para essas, foi solicitada a criação de um grupo de trabalho, mas houve divergência e votação inicial desfavorável. Destacou também que houve problema no processo, pois documentos enviados não foram compartilhados com todos os conselheiros, o que motivou pedido de revisão. Assim, ficou definida uma nova reunião para reavaliar essas espécies. Salientou que o setor enviou contribuições técnicas dentro do prazo, com apoio de diversas instituições, para subsidiar a decisão final. informou que a maior parte da lista de espécies exóticas invasoras já foi aprovada, restando apenas cinco espécies que serão rediscutidas em reunião extraordinária no dia 24 de abril. Já no dia 28 de maio, será debatido o anexo com espécies amplamente cultivadas, como

tilápia, pirarucu e tambaqui. Destacou que o MPA apresentou contribuições técnicas dentro do prazo, com apoio de diversas instituições, e vem atuando desde o início contra a inclusão de espécies da aquicultura na lista, por entender que isso traria impactos negativos ao setor. Reforçou que a lista continua avançando, mas o Ministério segue mobilizado, articulando com outros órgãos e defendendo, com base técnica, que espécies de cultivo não sejam classificadas como invasoras, devido aos impactos econômicos, sociais e produtivos dessa medida.

11.2 Com a palavra, o Conselheiro **João Carlos de Carli (Associação Brasileira de Piscicultura – Peixe BR)**: iniciou agradecendo a participação dos presentes e justificou a ausência do titular, informando que o estava representando na reunião. Complementou a discussão sobre a importação de tilápia do Vietnã, destacando que a Peixe BR defende que a análise de risco seja realizada diretamente no país de origem. Salientou que, embora dados oficiais indiquem alta conformidade dos produtos importados, análises independentes feitas por laboratórios credenciados apontaram resultados preocupantes. Segundo ele, foram identificados indícios de contaminação, o que gerou alerta no setor. Informou ainda que essas informações serão formalmente protocoladas junto ao Ministério da Agricultura, reforçando a necessidade de maior rigor e aprofundamento nas análises. Comentou sobre o funcionamento da Conabio, destacando que o órgão não é deliberativo, mas apenas consultivo, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente a decisão final por meio de portarias. Ressaltou a importância da Análise de Impacto Regulatório (AIR), afirmando que ela é obrigatória quando há possíveis impactos econômicos e sociais relevantes — como no caso da lista de espécies exóticas invasoras. Criticou, no entanto, a forma como essa análise vem sendo conduzida, apontando fragilidades e falta de profundidade nos estudos apresentados. E, reforçou que a AIR deve ser um instrumento técnico consistente, capaz de avaliar adequadamente os impactos das decisões, especialmente para evitar prejuízos ao setor produtivo. Frisou a importância da Análise de Impacto Regulatório (AIR), explicando que ela deve apresentar cenários e impactos distintos para que o poder público tome decisões com responsabilidade. Destacou que, no caso da tilápia, os impactos econômicos e sociais podem ser muito grandes, afetando toda a cadeia produtiva. Citou exemplos como o pirarucu para mostrar a necessidade de segurança jurídica e de análises bem fundamentadas antes de qualquer decisão regulatória. Também criticou a falta de isonomia nas exigências do regulamento técnico, afirmando que o produto importado não enfrenta as mesmas regras que o nacional, o que prejudica o setor brasileiro. Alertou que o setor está sob forte pressão, com aumento das importações e riscos de queda na produção, empregos e arrecadação, defendendo medidas urgentes para equilibrar as condições e proteger a atividade.

11.3 Com a palavra, a Conselheira **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou que no Dia Nacional da Cultura o plenário foi surpreendido com uma norma publicada no Diário Oficial e que o Conselho do Ministério da Cultura não foi consultado. Ele questionou se o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente tinham conhecimento da portaria e reforçou a necessidade de esclarecimento sobre a postura do Ministério diante da norma e de possíveis futuras publicações.

11.4 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: comentou que o café da manhã do dia anterior não foi produtivo. Ela destacou que não houve consulta prévia sobre a portaria e que a

instrução normativa do Pirarucu foi baseada na instrução normativa do Javali, sendo praticamente idênticas. Juliana explicou que a classificação como espécie exótica invasora poderia ter sido evitada, bastando deliberar sobre a pesca do Pirarucu na bacia originária sem estabelecer cotas, e que a decisão da portaria impacta diretamente a atividade pesqueira. Ela informou que o Ministro não foi consultado e que a Secretária Rita também desconhecia a portaria. Diante disso, foi enviado ofício ao Ibama solicitando a revogação da norma, destacando os impactos e a insegurança jurídica para a aquicultura, e ofício à Ministra Marina pedindo a revogação ou reformulação da portaria para mitigar prejuízos às atividades relacionadas.

11.5 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: destacou que o Conselho deve se posicionar sobre portarias que impactam suas competências. Ele sugeriu a emissão de uma recomendação ou nota de repúdio referente à portaria publicada pelo Ibama, enfatizando que temas que afetam o Conselho não podem ser tratados como se estivesse tudo regular. O Conselheiro ressaltou que a comunicação deve envolver o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, garantindo que as instâncias responsáveis sejam formalmente informadas e que o Conselho manifeste oficialmente sua posição.

11.6 Com a palavra, o Conselheiro **João Carlos de Carli (Associação Brasileira de Piscicultura – Peixe BR)**: manifestou concordância com a fala anterior, destacando que a portaria referente ao Pirarucu configura interferência na governança da atividade, com impactos diretos inclusive sobre a comercialização. Ressaltou que a norma restringe o comércio interno do produto, limitando sua circulação ao Estado de origem, e questionou a competência do Ibama para regulamentar o comércio interno. Sugeriu que esse ponto seja incluído em eventual manifestação de repúdio. Ademais, levantou questionamento sobre possíveis caminhos administrativos no âmbito do Conselho para pleitear o enquadramento de espécies como a tilápia e o camarão vannamei na categoria de espécies domésticas, conforme normativas existentes, como forma de reduzir conflitos regulatórios e conferir maior segurança à atividade aquícola. Destacou a existência de normativas que definem animais domésticos e de produção, mas manifestou dúvida quanto à competência do Ibama ao tratar dessas classificações de forma isolada. Ressaltou que isso pode gerar conflitos com atribuições de outros órgãos, como o Ministério da Agricultura. Defendeu que o tema seja tratado em nível mais elevado, por meio de ato interministerial, a fim de garantir alinhamento institucional e segurança jurídica, evitando sobreposição de competências. Salientou preocupação com a restrição ao comércio interestadual do pirarucu prevista na portaria, questionando a competência para tal definição. Ressaltou a necessidade de análise jurídica sobre a forma de atuação diante de normas que impactam espécies de interesse econômico. Apontou que decisões dessa natureza não deveriam ser conduzidas por instâncias não deliberativas e que podem afetar significativamente a produção aquícola, além de gerar insegurança e fragilizar a atuação dos Ministérios da Agricultura e da Pesca.

11.7 Com a palavra, a Conselheira **Laís Belsito (Associação Brasileira das Indústrias do Pescado - Abipesc)**: Ressaltou a necessidade de criação de um grupo de trabalho no âmbito da instância competente, com o objetivo de qualificar a discussão técnica e científica sobre o tema. Ressaltou que, nas instâncias atuais, não há espaço efetivo para debate técnico, o que dificulta a análise adequada das propostas. Enfatizou que as espécies já constam em

minuta em discussão e que não é possível deliberar sem o devido aprofundamento técnico, alertando que a ausência de diálogo pode gerar impactos significativos à atividade.

11.7 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: destacou questionamentos sobre as espécies da aquicultura, especialmente o camarão, e manifestou preocupação quanto à compatibilidade das medidas com a legislação vigente. Ressaltou a necessidade de maior clareza e segurança jurídica diante dos possíveis impactos sobre a atividade.

11.8 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: informou que o Anexo 2 contempla cinco espécies para discussão, com continuidade prevista para abril, e que, em maio, terá início a análise do Anexo 1, referente às espécies exóticas invasoras, incluindo espécies aquícolas.

11.9 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: Reforçou que as espécies mencionadas já se encontram estabelecidas e, no caso do camarão, possuem respaldo legal, inclusive no Código Florestal. Ressaltou que esse ponto pode ser considerado como fundamento relevante na análise do tema.

11.10 Com a palavra, **Juliana Lopes (Diretora do Departamento de Águas da União - SNA/MPA)**: disse a importância de considerar os impactos sociais e econômicos nas classificações de espécies, mencionando o caso recente da leucena, classificada como exótica invasora, o que poderá afetar diretamente populações que dependem dessa planta para alimentação animal, especialmente no semiárido. Ressaltou que decisões dessa natureza podem gerar consequências significativas também em outras atividades, como no caso da palma forrageira. Enfatizou a necessidade de análise de impacto regulatório adequada, apontando a ausência de dados sobre impactos sociais e econômicos em avaliações recentes, inclusive para espécies relevantes como tilápia e camarão. Explicou que determinadas espécies, como o tambaqui, são nativas em suas bacias de origem, mas passam a ser classificadas como exóticas quando presentes fora dessas áreas. Destacou que, conforme o entendimento adotado, uma vez estabelecidas fora de sua região de origem, essas espécies podem ser enquadradas como exóticas invasoras, evidenciando mudanças nos critérios de classificação biológica.

11.11 Com a palavra, **Luciene Mignani (Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação - SNA/MPA)**: abordou a aplicação da norma sobre o pirarucu, destacando a falta de clareza quanto ao seu alcance, especialmente em relação à pesca, transporte e comercialização. Relatou casos de produtores com dificuldades no deslocamento de alevinos, evidenciando insegurança jurídica e possíveis prejuízos à atividade. Ressaltou preocupação com interpretações divergentes e a possibilidade de análises caso a caso, defendendo a necessidade de maior clareza normativa para assegurar a continuidade da produção e da cadeia produtiva. Destacou que a publicação da norma ocorreu de forma inesperada, sem consulta prévia aos envolvidos, sendo tratada de forma emergencial no momento de seu anúncio. Ressaltou que o tema passou a ser discutido imediatamente entre os participantes, diante da necessidade de alinhamento e compreensão dos impactos da medida.

11.12 Com a palavra, a Conselheira **Laís Belsito (Associação Brasileira das Indústrias do Pescado - Abipescas)**: destacou que a publicação da norma ocorreu sem consulta prévia, sendo tratada de forma emergencial pelos envolvidos. Ressaltou que a portaria permite a destinação de indivíduos abatidos para doação sem exigência de inspeção sanitária, o que pode gerar riscos e inconsistências no controle da atividade. Enfatizou que tais medidas evidenciam fragilidades na governança da pesca e da aquicultura, defendendo a necessidade de revisão da norma.

11.13 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia - Aoceano)**: Salientou a preocupação com a atuação do Ibama no ordenamento da atividade pesqueira e aquícola, entendendo que há interferência em competências de outros órgãos. Ressaltou que as medidas adotadas podem extrapolar atribuições institucionais e defendeu que a questão seja tratada em instâncias superiores, visando maior alinhamento entre os órgãos e definição clara de competências.

11.14 Com a palavra, **Adriana Toledo (Secretária do Conape)**: agradeceu aos envolvidos na plenária, e passou para a apresentação do tema das Ações do Comitê de Competitividade da Carcinicultura. Convidou Enox de Paiva, Luciene Mignani e Alberto Furtado para apresentação.

12. Apresentação das Ações do Comitê da Competitividade da Carcinicultura.

12.1 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: apresentou os encaminhamentos do Comitê de Competitividade, destacando a solicitação de inclusão do camarão de cultivo no mercado chinês, a ser encaminhada ao Ministério. Ressaltou a importância da retomada das exportações para ampliar a competitividade internacional, considerando a capacidade produtiva ociosa do país e o potencial de expansão sem aumento de área. Enfatizou ainda o compromisso com a qualidade produtiva, a segurança alimentar e o fortalecimento de parcerias comerciais estratégicas. Apresentou documentos do Comitê, destacando a proposta de retomada de programa de pesquisas voltado à carcinicultura, com foco no alinhamento entre pesquisa e demandas produtivas. Informou ainda o posicionamento contrário a alterações no Código Florestal previstas em projetos de lei e ressaltou a necessidade de ampliar o acesso ao crédito para o setor, especialmente para custeio, com reconhecimento da produção como garantia. Foi apresentado o posicionamento contrário a alterações propostas em projetos de lei relacionados às áreas de restinga, defendendo a manutenção do que já está estabelecido no Código Florestal. Destacou-se ainda o envio de documento a agentes financeiros, com solicitação de ampliação do acesso ao crédito, especialmente para custeio, propondo o reconhecimento da safra como garantia. Por fim, foi mencionada a proposta de encaminhamento à ANA para ampliar, em nível nacional, benefícios já adotados no Rio Grande do Norte quanto à cobrança pelo uso da água na carcinicultura.

12.2 Com a palavra, **Luciene Mignani (Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação - SNA/MPA)**: Foi realizada atualização das ações desde a última reunião, destacando a dinâmica das agendas e a atuação em diferentes frentes do setor. Informou-se o avanço de propostas de pesquisa, incluindo projeto genômico em parceria com a Embrapa, contemplando espécies de interesse aquícola. Também foi mencionado o esforço de viabilização de

recursos junto a instituições de fomento. Em relação ao Projeto de Lei nº 4.808, destacou-se a elaboração de nota técnica contrária à proposta, especialmente quanto à limitação de áreas para produção, por estar em desacordo com o Código Florestal. Destacou-se ainda a atuação junto a agentes financeiros e órgãos governamentais para ampliar o acesso ao crédito, com foco em condições mais acessíveis aos pequenos produtores. Destacou-se a preocupação com a cobrança de parâmetros de qualidade da água que não decorrem da atividade aquícola, como os coliformes termotolerantes, reforçando a necessidade de revisão desses critérios. Informou-se ainda o início das discussões no grupo de trabalho sobre qualidade da água, com foco na adequação das exigências à realidade do setor. Por fim, ressaltou-se a necessidade de agendamento da próxima reunião do Comitê.

12.3 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: Destacou-se a preocupação com os impactos da transposição do Rio São Francisco na qualidade da água, especialmente em bacias com baixa cobertura de saneamento. Ressaltou-se que a maior parte dos municípios ao longo dos rios não possui tratamento adequado de efluentes, o que pode intensificar a carga de poluentes nas águas e afetar atividades aquícolas. Apontou-se a incoerência na cobrança de parâmetros de qualidade da água aos produtores, diante de fatores externos que comprometem a qualidade hídrica. Por fim, evidenciou-se a complexidade crescente dos desafios enfrentados pelo setor aquícola.

12.4 Com a palavra, a Conselheira **Winnie Brum (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA)**: Colocou-se à disposição para esclarecimentos técnicos adicionais e orientações específicas. Em relação à exportação de camarão para a China, sugeriu-se que o questionamento seja direcionado ao andamento do protocolo de negociação. Esclareceu-se que, por definição da parte chinesa, as tratativas foram conduzidas de forma separada, priorizando inicialmente o protocolo de pesca e, posteriormente, o de aquicultura. Esclareceu-se que o avanço do protocolo de exportação dependeu da finalização de etapas anteriores, conforme exigência da parte chinesa. Informou-se que a carcinicultura sempre esteve contemplada nas negociações para abertura do mercado aquícola. Sugeriu-se que o questionamento ao Ministério seja direcionado ao estágio atual do protocolo, visando identificar eventuais entraves e o andamento do processo.

12.5 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: Foi solicitado esclarecimento sobre o andamento das negociações para acesso ao mercado europeu, considerado estratégico para o setor. Questionou-se quais medidas estão sendo adotadas e em que estágio se encontram os protocolos relacionados.

12.6 Com a palavra, a Conselheira **Winnie Brum (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA)**: Informou-se que as tratativas com a União Europeia estão em estágio mais avançado, com previsão de missão técnica ao Brasil para avaliação do setor. Após a visita, será elaborado relatório com eventuais recomendações, podendo ser necessário o cumprimento de plano de ação para adequações. Destacou-se que, embora o processo demande tempo, há perspectiva positiva para a reabertura do mercado.

12.7 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura - Conepe)**: Foi reforçada a proposta de inclusão do camarão

vannamei no mercado chinês, destacando o interesse do setor em ampliar sua inserção internacional. Ressaltou-se a importância do princípio da reciprocidade nas relações comerciais, incentivando a abertura de mercados e a competitividade baseada em qualidade e eficiência.

12.8 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: Destacou-se que a China concentra suas exportações em produtos de maior valor agregado, o que reduz a concorrência direta com produtos básicos. Ressaltou-se que essa característica não representa obstáculo relevante ao setor, especialmente considerando o potencial de agregação de valor na produção aquícola. Esclareceu-se que a agregação de valor relevante está em produtos processados, como camarão cozido ou pré-cozido, e não em formas básicas de apresentação. Destacou-se que a China possui grande capacidade de absorção interna e tende a exportar apenas produtos de maior valor agregado. Ressaltou-se ainda que, com certificação adequada, não há restrições significativas para inserção nesses mercados.

12.9 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: registrou o encerramento da apresentação do Comitê de Competitividade da Carcinicultura, seguido de intervalo para café. Após a retomada da reunião, deu-se continuidade à pauta com o último item, incluindo encaminhamentos e deliberações. Na sequência, foi introduzido o tema da Conferência Nacional, com a palavra concedida ao representante responsável.

13. Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

13.1 Com a palavra, **Paulo de Faria (Chefe da Assessoria de participação Social e Diversidade – APSD/MPA)**: apresentou-se e iniciou a exposição sobre o andamento da Conferência Nacional, destacando que parte dos participantes já acompanha o processo por meio da Comissão Organizadora. Informou que a apresentação teria caráter sucinto, com foco na atualização da situação atual e nos próximos passos a serem compartilhados com o Conselho. Destacou-se a importância da participação social na formulação de políticas públicas, em contraposição a entendimentos anteriores que desvalorizavam os espaços colegiados. Ressaltou-se o papel dos conselhos como instâncias fundamentais de contribuição às decisões governamentais, bem como a retomada institucional desses mecanismos. Contextualizou-se o histórico das conferências nacionais, evidenciando sua relevância como instrumento de consolidação de políticas públicas. Apresentou-se o histórico recente das conferências e da participação social, destacando a retomada desses espaços a partir de 2023, após período de descontinuidade. Ressaltou a importância de reativar os colegiados e fortalecer o diálogo com o setor. Enfatizou que o processo conferencial tem como objetivo avaliar e aprimorar os mecanismos de participação social, consolidando diretrizes para as políticas públicas, sendo previsto para ocorrer de forma periódica. Informou que, embora a Conferência Nacional estivesse prevista para ocorrer anteriormente, foi instituído, em março de 2025, grupo de trabalho para avaliar sua realização e definir novo formato. O grupo analisou experiências anteriores, identificando avanços e limitações, e propôs a construção de novos eixos temáticos a partir da avaliação das políticas já implementadas. Destacou-se ainda a disponibilização de informações no portal do Ministério, bem como a publicação de portarias em 2026 que instituíram a Comissão Organizadora, com participação dos interessados no processo. Relatou que o portal do Ministério reúne informações sobre as conferências, incluindo cadernos base e

documentos anteriores, sendo possível também o envio de contribuições adicionais. Reforçou que, a na 4ª Conferência, foram publicadas portarias em janeiro de 2026 instituindo a Comissão Organizadora, composta por instituições participantes e governamentais. Ressaltou-se ainda a criação de Comissão Executiva, responsável pela coordenação e execução das atividades, em articulação com as diversas áreas do Ministério. Apresentou-se a aprovação do regimento interno da Conferência, com definição das regras, eixos temáticos e formato de realização. Foram estabelecidos os períodos para as etapas estaduais, entre abril e julho, incluindo conferências temáticas e etapa digital, além da Conferência Nacional prevista para novembro. Ressaltou-se que a realização das conferências estaduais está sendo articulada com os governos locais, podendo, quando necessário, ocorrer em parceria com entidades da sociedade civil. Acrescentou que o modelo adotado será mais objetivo, com discussões organizadas por eixos previamente definidos. Relatou a previsão de realização das conferências estaduais com participação estimada entre 100 e 200 pessoas, a depender da estrutura disponível em cada local. Além disso, mencionou a possibilidade de realização de conferências temáticas livres, vinculadas a eventos ou temas específicos. Explicou que a execução será orientada pela plataforma Brasil Participativo, que disponibilizará guia metodológico com diretrizes, formulários e modelos necessários à organização das etapas. As conferências deverão ocorrer, preferencialmente, em um único dia, com discussões estruturadas por eixos temáticos. Esclareceu ainda que o objetivo não é a formulação de novos planos nacionais, mas o aprimoramento e adequação dos já existentes, a partir das contribuições obtidas nas discussões. Disse sobre os eixos temáticos definidos para a Conferência, abrangendo temas como valorização da pesca artesanal, desenvolvimento sustentável da aquicultura, formação e pesquisa, governança, infraestrutura, agregação de valor, abertura de mercado e questões transversais, como equidade de gênero e sustentabilidade climática. Explicou-se que o documento base, elaborado em parceria com a UnB e revisado pelas áreas do Ministério e pela Comissão Organizadora, está em fase final de ajustes e será utilizado como referência para as discussões. O material reúne histórico do setor, políticas públicas vigentes e orientações para os debates. Informou-se que, após as conferências estaduais, as contribuições serão consolidadas em documento final a ser debatido na Conferência Nacional. Ressaltou-se o papel do Conselho como instância central de participação social e sua relevância na construção e validação das políticas públicas do setor. Destacou que as discussões realizadas neste momento devem servir para alinhamentos internos e definição de posicionamentos, que serão levados às conferências estaduais. A partir dessas etapas, será possível consolidar uma proposta final. Esclareceu que o documento final será encaminhado à Presidência da República, especialmente no contexto de transição de governo, com o objetivo de refletir as demandas e prioridades da sociedade civil para a pesca e a aquicultura. Ressaltou, que esse material representará a convergência entre as expectativas da sociedade e as diretrizes do poder público para o setor.

13.2 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlcio Teixeira (Sociedade Brasileira de Ficlogia – SBFic)**: Solicitou atenção aos horários, para evitar atrasos nas atividades. Destacou que, nas conferências estaduais e livres, deve haver presença de representantes do Conselho ou da Comissão Executiva. Ressaltou a importância de analisar as propostas, evitando aquelas sem relação ou viabilidade no âmbito do Ministério. Reconheceu a limitação de representantes em alguns estados, mas avaliou que é possível garantir presença na maioria das

conferências. E, afirmou que essa organização busca reduzir problemas ocorridos em edições anteriores.

13.3 Com a palavra, o Conselheiro **Ajax Tavares (Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca – Confapesca)**: Destacou que a participação em todas as etapas é possível, conforme demonstrado na experiência do Fórum Nacional da Pesca Artesanal, cuja coordenação esteve presente em todos os encontros.

13.4 Com a palavra, **Paulo de Faria (Chefe da Assessoria de participação Social e Diversidade – APSD/MPA)**: Esclareceu que, embora denominadas conferências livres, haverá metodologia definida a ser seguida. Por esse motivo, destacou a importância do acesso prévio ao caderno base, que orientará as discussões. Informou que haverá limite de até 35 conferências livres, cujas propostas de realização deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora para aprovação. Acrescentou que essas diretrizes estão detalhadas no Regimento Interno.

13.5 Com a palavra, o Conselheiro **Márcio Roberto dos Santos (Confederação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC)**: Agradeceu a apresentação e questionou sobre os Estados participantes, mencionando que já existem 16 ou 17 Estados envolvidos. Perguntou sobre como será o andamento e a organização das conferências em cada Estado, incluindo a metodologia de trabalho e a contribuição das instituições locais. Salientou que o MPA e os Estados vão definir como será a participação das instituições, e ressaltou que o grupo acompanhou todas as conferências até o momento.

13.6 Com a palavra, **Paulo de Faria (Chefe da Assessoria de participação Social e Diversidade – APSD/MPA)**: Apresentou uma tabela com os 27 Estados (26 Estados mais o Distrito Federal), indicando que ainda não há datas definidas. Todas as informações estarão disponíveis no Brasil Participativo, incluindo como fazer solicitações, datas e minutas de portaria. Destacou-se que cada Estado deve ter uma Comissão Organizadora estadual, composta pelo Governo do Estado, pela superintendência estadual e com pelo menos 50% de representantes da sociedade civil. O contato de todos os membros da comissão será disponibilizado, garantindo a participação de todas as áreas do Conape. Ressaltou-se a importância da mobilização de membros em temas específicos como pesca artesanal, aquicultura e pesca industrial, para evitar lacunas na representação de algum setor em qualquer Estado. A contribuição na divulgação e participação é considerada fundamental.

13.7 Com a palavra, o Conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano)**: destacou que a apresentação foi boa e sucinta, mas mencionou que faltou um detalhe fundamental: o título da Conferência, que é "Pesca e Aquicultura no Brasil". Ressaltou que deve ser tratada como uma política de Estado, e não apenas como política de governo, reforçando a importância de preservar o Ministério em eventuais mudanças de governo. salientou a necessidade de apresentar o Ministério de forma completa, mostrando todas as secretarias, avanços e problemas, fortalecendo a visibilidade e atuação do órgão durante a conferência. Observou que, apesar de aprendizados de oportunidades passadas, esta é uma chance única de consolidar propostas, projetos e programas, estruturando a pesca e aquicultura no Brasil. também enfatizou que o documento final não deve ser apenas repassado ao Executivo, mas também ao Congresso Nacional, para deputados e

senadores, com o objetivo de divulgar e consolidar a pesca e aquicultura como uma política de Estado. O grande objetivo é dar visibilidade à pesca brasileira e sua importância estratégica para o país.

13.8 Com a palavra **Rômulo Piazzalunga (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS)**: destacou dois pontos principais sobre as conferências livres. Primeiro, a necessidade de um maior detalhamento e definição, para que a coordenação seja eficiente e parceiros, convidados e palestrantes possam participar adequadamente. Segundo, questionou se a UnB fará a compilação dessas conferências livres para produzir o relatório final. Comentou sobre os temas transversais, sugerindo que sejam tratados como parte essencial de cada eixo, para evitar que se diluam ou que pareça que certos temas, como gênero ou questões climáticas, não serão discutidos.

13.9 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: ressaltou a importância de fortalecer o Ministério da Pesca como um órgão de política de Estado, e não apenas assistencialista. Ele lembrou que muitas ações discutidas em conferências anteriores não foram implementadas, e que o ministério precisa atuar de forma estruturada, articulando-se com outros ministérios e garantindo fiscalização em litoral e fronteiras. Além disso, destacou que as políticas devem priorizar a participação real dos pescadores e das organizações que efetivamente trabalham no setor, evitando que interesses individuais ou oportunistas ocupem espaço e prejudiquem o debate democrático sobre pesca e aquicultura.

13.10 Com a palavra, o Conselheiro **Enox de Paiva (Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC)**: parabenizou Paulo pela apresentação e mencionou que a questão levantada pelo colega anterior já havia sido parcialmente abordada. Ele destacou sua experiência em conferências anteriores e questionou quais foram os resultados concretos em termos de cumprimento das recomendações e avanços para a aquicultura e pesca. Além disso, o Conselheiro enfatizou a necessidade de que, desta vez, haja modificações que garantam efetividade, funcionando como suporte para uma política consistente de Estado, não apenas de governo. Ressaltou também a importância de definir objetivos claros e específicos para alcançar resultados concretos e efetivos.

13.11 Com a palavra, **Paulo de Faria (Chefe da Assessoria de participação Social e Diversidade – APSD/MPA)**: explicou que toda a compilação das propostas das conferências livres será realizada pela UnB. Essas propostas, juntamente com as das 27 conferências estaduais e das temáticas livres, serão organizadas no caderno final de propostas, que também incluirá as contribuições da consulta virtual dentro do Brasil Participativo. O guia metodológico detalha como essas propostas devem ser apresentadas, o número máximo de propostas que podem ser incluídas e o processo de eleição de delegados. Os delegados não virão apenas das conferências, mas também do CPGS, dos membros do NAPPI com seus suplentes, do Fórum da Pesca Artesanal e de outras instâncias de participação social, garantindo representação ampla para a votação das propostas na Conferência Nacional, marcada para novembro. Reforçou que a conferência agora é essencial para dar continuidade às políticas da pesca e aquicultura. Ele destacou que, sem atualização periódica, a sociedade civil não consegue manter suas demandas, e que a realização da conferência vai permitir recuperar ações antigas, atualizar propostas e garantir que a política se mantenha como política de Estado,

evitando lacunas que ocorreram nos últimos 16 anos. Enfatizou que a conferência deve ser objetiva, clara e periódica, servindo como um guia estratégico para a pesca e aquicultura. Ele destacou que, mesmo que não exista um Ministério ativo, a sociedade civil precisa registrar a cada dois anos os rumos que quer para o setor. O senhor Paulo reforçou que a conferência deve abranger todas as cadeias produtivas e funcionar como um documento de referência para gestores, garantindo que as demandas e prioridades da sociedade sejam observadas e seguidas. Destacou que, para que as conferências estaduais sejam efetivas, é fundamental garantir a representatividade correta. Ele ressaltou que não se trata apenas de reunir muitas pessoas, mas de selecionar participantes que representem efetivamente as colônias, associações, pescadores, agricultores e toda a cadeia produtiva. Sem essa representatividade, as propostas finais não refletirão as necessidades reais do setor, comprometendo a validade do documento que será gerado.

13.12 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: pediu desculpas por apressar a reunião e destacou a importância de avançar, agradecendo a apresentação e reforçando a necessidade de organizar e apoiar as conferências estaduais. Ele mencionou que a equipe do Distrito Federal está acompanhando o processo e parabenizou pelo trabalho realizado. Em seguida, deu sequência aos informes gerais e convidou Dálior e Lígia para a leitura do manifesto de repúdio à nova lista nacional de espécies exóticas invasoras emitida pela Conabio.

14. Informes Gerais.

14.1 Com a palavra a Conselheira **Lígia Uribe (Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática - Aquabio)**: apresentou como professora da Universidade de São Paulo e vice-presidente da AcquaBio, explicando que iria ler um documento da sociedade. Ela explicou que a Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática (Aquabio), entidade científica nacional que reúne pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais da área em todas as regiões do país, encaminhou uma nota pública sobre a proposta de atualização da lista nacional de espécies exóticas invasoras. O objetivo da nota é ampliar o diálogo e garantir a participação da comunidade científica. Durante o período de consulta pública no site da sociedade, foram coletadas 67 assinaturas de instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos, setor produtivo e profissionais autônomos de diferentes estados, demonstrando interesse e preocupação da comunidade técnico-científica e produtiva sobre o tema. A Aquabio reafirma, por meio dessa manifestação coletiva, seu compromisso com a conservação da biodiversidade brasileira aliada ao desenvolvimento responsável da aquicultura nacional. A nota também reforça a importância de que a inclusão de espécies de interesse econômico na lista de espécies exóticas invasoras seja precedida de análise técnica aprofundada e multidisciplinar, baseada em evidências científicas robustas. O documento foi assinado pela presidente da sociedade, professora Jeane Sampaio, da UFMT, e está disponível online no site da Aquabio. Segue a Publica: “A Aquabio reconhece a importância de conservar a biodiversidade brasileira e controlar espécies que representem riscos ambientais. Porém, manifesta preocupação com a inclusão de espécies importantes para a aquicultura sem análise técnica e científica aprofundada, transparente e consensual sobre os impactos ecológicos. A presença ou reprodução de uma espécie no ambiente natural não a torna automaticamente invasora. Uma espécie é considerada invasora quando ameaça a biodiversidade e causa ou pode causar danos ambientais, sociais, econômicos ou à saúde

humana. Algumas das espécies na proposta têm grande importância econômica e social, gerando empregos e sustentando milhares de famílias, especialmente pequenos e médios produtores. Mudanças legais sem análise adequada podem gerar insegurança jurídica e afetar o setor aquícola. A Aquabio reforça que decisões sem evidências científicas sólidas podem levar a interpretações erradas e medidas desproporcionais. Por isso, recomenda que qualquer inclusão de espécies na lista de exóticas invasoras seja baseada em estudos rigorosos e multidisciplinares antes de medidas restritivas. Aquabio, considerando a suspensão temporária da elaboração da lista nacional de espécies exóticas invasoras, solicita que, ao reiniciar o processo, as espécies de interesse econômico para a aquicultura incluídas na proposta sejam submetidas a uma análise científica aprofundada, transparente, multidisciplinar e conduzida em diálogo com a comunidade acadêmica e o setor produtivo.

Também pede que seja feita uma revisão ampliada da literatura utilizada, garantindo avaliação crítica de métodos, amostragens e hipóteses dos estudos citados, levando em conta os diversos fatores que influenciam a dinâmica populacional e as interações entre organismos, como poluição, mudanças climáticas, barragens, pesca e destruição da vegetação. A análise deve considerar os contextos ecológicos e econômicos regionais e avaliar criteriosamente a validade dos métodos para estabelecer relações de causa e efeito. Aquabio solicita ainda ser formalmente integrada como entidade científica colaboradora no processo, por meio de seu grupo de trabalho de assessoramento científico, composto por pesquisadores qualificados de diferentes áreas, para contribuir com o estudo. Aquabio propõe realizar uma revisão sistemática e crítica das evidências, emitir pareceres técnico-científicos, oferecer apoio metodológico, avaliar impactos e elaborar recomendações para futuras normas. A entidade reafirma seu compromisso com a conservação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico e social da aquicultura brasileira e coloca-se à disposição das autoridades competentes para colaborar tecnicamente na revisão da lista de espécies exóticas invasoras, garantindo que o processo se baseie em evidências científicas sólidas, diálogo aberto e equilíbrio entre conservação e desenvolvimento.” Diante disso a Conselheira Lígia relatou que a nota pública está publicada no site da Aquabio, que a entidade permanece à disposição para o debate, oferecendo assessoramento científico relacionado à aquicultura. Atualmente, toda a atuação da sociedade está voltada para apoiar o setor aquícola brasileiro.

14.2 Com a palavra, o Conselheiro Dárlio Teixeira (Sociedade Brasileira de Ficlogia – SBFic): Deu continuidade a Nota Pública como complemento. “A AcquaBio e a Rede de Pesquisa em Sustentabilidade na Agricultura (RPSA) alertam para a inclusão de espécies de grande importância econômica para a aquicultura brasileira na nova lista nacional de espécies invasoras. O termo “espécie invasora” deve ser usado apenas quando há estudos sólidos que comprovem impactos negativos claros. Atualmente, essa base científica não está suficientemente demonstrada para algumas espécies listadas. Entre as citadas estão tilápia nilótica, camarão, lambari, Astyanax e a macroalga K, que são importantes para a economia e para milhares de famílias. A AcquaBio recomenda uma análise técnica aprofundada antes de qualquer decisão.” O Conselheiro Dárlio reforça que as decisões sobre a lista de espécies exóticas invasoras devem ser pautadas pelo diálogo com toda a comunidade científica, valorizando o conhecimento das instituições de pesquisa e zelando pela conservação ambiental e pelo desenvolvimento sustentável da aquicultura brasileira. Ele destaca que o documento da Aquabio foi assinado por diversos

pesquisadores de universidades federais (como Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Grande Dourados, Juiz de Fora, Maranhão, Rio Grande do Sul) e institutos como a Embrapa, incluindo biólogos e engenheiros.

14.3 Com a palavra Édipo Araújo (Secretário-Executivo): agradece ao Professor Dário e à Lígia, reconhecendo que os documentos críticos já foram enviados. Ele reforça as colocações da Conabio e da Aquabio sobre as espécies exóticas invasoras e informa que o grupo seguirá para os encaminhamentos, sem necessidade de nova fala sobre a nota de repúdio. Explicou que vai registrar primeiro as deliberações e depois fará uma revisão geral. Ele enfatiza que precisa estar presente principalmente na parte das deliberações e, em seguida, encaminhará a palavra a Aoceano para Bailon.

14.4 Com a palavra, o Conselheiro Marco Aurélio Bailon (Associação Brasileira de Oceanografia – Aoceano): comenta sobre a participação do grupo no PN como observadores e titulares, mencionando que estiveram na 15ª reunião do plano, onde discutiram ocupação do espaço marítimo e participação da atividade pesqueira, especialmente em relação a novas energias. Ele reforça que, embora exista um grupo de trabalho no Ministério de Minas e Energia sobre pesca e energias renováveis, a comissão interna proposta para discutir o compartilhamento do espaço marinho ainda não foi constituída. Destaca a necessidade de acompanhar como o processo está sendo conduzido, especialmente em licenciamento ambiental.

14.4 Com a palavra Édipo Araújo (Secretário-Executivo): agradeceu a participação de todos no grupo do PEI, ressaltando a importância da defesa das posições da pesca e da aquicultura. Em seguida, inicia a leitura das deliberações da 47ª reunião, pedindo ao pessoal de apoio que organize a página e sugere que ele leia cada recomendação, permitindo que quem tiver considerações levante a mão para organizar a discussão. Destacou a revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, começando pelo Comitê de Cumprimento. Isso mostra preocupação com a organização da reunião e com o cumprimento das regras internas. Ele corrige interpretações equivocadas, esclarecendo quem pode falar, quem não pode e o tempo de fala, mostrando atenção aos detalhes e à construção da pauta. Em seguida, orienta que o MPA disponibilize notas técnicas e pareceres aos conselheiros e define prazos para análise da Portaria 127 e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. Isso reforça a importância da participação informada e do cumprimento de prazos. iniciou destacando a revisão do Regimento Interno do Conselho, começando pelo Comitê de Cumprimento, e reforçou a importância de regras claras sobre quem pode falar, quem não pode e o tempo de fala. Ele pediu que o MPA disponibilizasse notas técnicas e pareceres aos conselheiros sempre que solicitados formalmente. Solicitou que os conselheiros analisassem os principais pontos de alteração da Portaria 127 e enviassem suas considerações até 27 de março de 2026. Também pediu que os conselheiros enviassem comentários sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, respeitando o prazo da consulta pública até 19 de abril de 2026. Orientou que a Secretaria Nacional de Aquicultura revisasse todas as recomendações das reuniões anteriores e garantisse que fossem incorporadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. solicitou que a Secretaria Executiva do Conape agendasse uma reunião com a Casa Civil, com a participação dos conselheiros, para apresentar e encaminhar as demandas prioritárias do colegiado que não avançaram na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Sugeriu que os conselheiros definissem, via e-mail, quais

representantes de cada área deveriam participar da reunião. Orientou que fosse elaborada e submetida à Casa Civil uma proposta de transformação do Conape em um conselho de caráter deliberativo, com objetivo de formalizar essa alteração por decreto. Solicitou a suspensão imediata dos efeitos do Ofício 1204/2005 do MPA, que trata das questões de rastreabilidade, bem como do MPA 4/2014.

14.5 Com a palavra, a Conselheira **Winnie Brum (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA)**: questionou que durante a apresentação foi mencionado que o assunto já estava sendo tratado, com envio de ofício e comunicação, e que as ações já estavam em andamento dentro do MAPA.

14.6 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que o ofício do MAPA está no Ministério da Pesca e aguarda subsídios para que possa ser utilizado de forma adequada, já que a norma é interministerial. Orientou que os subsídios apontados na apresentação fossem enviados para que o MPA pudesse solicitar as providências necessárias, incluindo a suspensão ou continuidade do uso do ofício, conforme indicado. Ele reforçou que o ofício ainda está em uso e não deve perder efeito até que a resposta do MPA seja recebida.

14.7 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: explicou que o Conape não precisa solicitar ou subsidiar diretamente o DRM no envio do ofício, pois a responsabilidade está com o DRM e a SERMOP, que conduzem a negociação com base no diploma. Reforçou que o Conselho deseja a suspensão imediata do ofício, mas que a negociação e execução estão sob responsabilidade do DRM e da SERMOP. Destacou que o papel do Conselho é apoiar e acompanhar, mas não interferir diretamente na negociação, deixando claro que o ofício deve ser tratado conforme os procedimentos estabelecidos pelas áreas responsáveis. Foi reforçado que o Conselho apoia a medida e que as providências devem ser tomadas seguindo as orientações do DRM e da SERMOP.

14.8 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: solicitou que a Secretaria Nacional de Monitoramento e Pesquisa apresentasse um cronograma para atualização das normas de RG e RGP. Ele pediu à Secretaria Nacional de Pesca Artesanal que incluísse no processo de revisão das normas de ordenamento das bacias Amazônica, São Francisco, Paraná e Paraguai dispositivos que excepcionem a aplicação dessas normas quando as atividades tiverem finalidade de ordenamento. Reforçou que, na próxima reunião do CONAPI, fossem apresentados os andamentos da revisão da matriz de pressão das embarcações de pesca. Solicitou ainda que fosse enviada ao IBAMA uma nota de repúdio à Instrução Normativa 7/2026, que declara o Pirarucu como espécie exótica invasora fora de sua área natural, destacando que o tema ainda está em discussão e que a lista oficial de espécies exóticas invasoras não foi aprovada.

14.9 Com a palavra, a Conselheira **Winnie Brum (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA)**: explicou que a abstenção do MAPA na nota de repúdio é aceitável, porque não é função do órgão emitir a nota, e que o importante é que se tome conhecimento da posição do MPA.

14.10 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilos – Abla)**: explicou que, embora não concorde totalmente, considera importante usar as notas devido à gravidade da situação registrada.

Ele mencionou que na reunião anterior algumas decisões já haviam sido aprovadas, mas depois foram retiradas, e solicitou que a recomendação que pediu fosse considerada.

14.11 Com a palavra, o Conselheiro **Cadu Villaça (Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe)**: explicou que os assuntos tratados não devem ser fundidos, pois são distintos: um trata da transformação do conselho em caráter deliberativo, e o outro das demandas prioritárias da gestão compartilhada que não avançaram. Ele destacou que a Casa Civil é responsável por decidir sobre o caráter deliberativo do conselho, e que unir os temas poderia tornar o texto longo e confuso.

14.12 Com a palavra, o Conselheiro **Clóvis Amorim (Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais – Confespa)**: ressaltou que as pautas das reuniões anteriores que não foram aprovadas não devem ser descartadas, mas sim reapresentadas como pauta na próxima reunião.

14.13 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: Disse que revisitaria as pautas que não foram contempladas e daria um jeito de colocar em votação novamente.

14.14 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia – Abla)**: destacou que, como não foi definido um prazo anteriormente, é urgente estabelecer um limite de até 30 dias para que as questões sejam discutidas, evitando que fiquem pendentes por vários meses.

14.15 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: destacou que as ações devem ser realizadas dentro do prazo de 30 dias e reforçou a importância de cumprir a agenda apresentada na reunião, mesmo que não haja deliberação formal sobre cada ponto. Ele mencionou que todos devem se programar para seguir a agenda do Conape, garantindo que as atividades planejadas sejam cumpridas conforme o cronograma da primeira reunião do ano.

14.16 Com a palavra, o Conselheiro **Dárlio Teixeira (Sociedade Brasileira de Ficlogia – SBFic)**: sugeriu que, se houver aproveitamento de alguma informação, isso seja feito, e se colocou à disposição para combinar a leitura e encaminhamento de temas pendentes da reunião anterior. Ele verificou se havia algum ponto adicional que precisasse ser tratado antes de encerrar a discussão.

14.17 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto (Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – Faep/BR)**: destacou preocupação com a entrada da safra da lagosta, especialmente em relação à certificação sanitária das embarcações de produção primária. Ele explicou que o tempo disponível para realizar as adequações necessárias aos RTS não é suficiente para atender à frota artesanal de lagosta, indicando a necessidade de ações imediatas.

14.18 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que o tema da nova portaria da lagosta é um assunto novo e ainda não foi debatido formalmente na reunião. Ele mencionou que conversou com Elizeu sobre o assunto e destacou que a portaria exige que todas as embarcações estejam vistoriadas no âmbito higiênico-sanitário. Ele também buscou esclarecimento sobre a situação atual junto à SNPA, questionando se a obrigatoriedade estava sendo cumprida.

14.19 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto (Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – Faep/BR)**: explicou que as empresas só poderão exportar se houver rastreabilidade adequada na pesca industrial. Ele mencionou que, na pesca artesanal, ainda estão avaliando como implementar esse controle, já que o produto primário segue para as empresas responsáveis pelo processamento e exportação, relatou que existe uma consulta pública, mas não parou para o processo. afirmou que não está entendendo completamente a situação e destacou que, segundo seu entendimento, existiria um ato normativo que obriga todas as embarcações de lagosta a possuírem certificado sanitário para operar. Ele solicitou esclarecimentos sobre onde esse ato normativo está formalmente registrado.

14.20 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que a mudança normativa determina que, para permanecer no mercado nacional, não é necessário certificado sanitário. Ele destacou que a obrigatoriedade do certificado se aplica apenas às empresas que desejam exportar, esclarecendo a preocupação de Elizeu sobre o tema.

14.21 Com a palavra, o Conselheiro **Elizeu Augusto (Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – Faep/BR)**: destacou que, após todas as mudanças, ainda seria necessário realizar uma consulta pública para definir quais profissionais estariam aptos a atender às novas exigências. Ele observou que, se o Ministério ainda não sabe como indicar esses profissionais, os pescadores ficam em uma situação ainda mais difícil de acesso à informação do que o próprio órgão responsável.

14.21 Com a palavra **Édipo Araújo (Secretário-Executivo)**: explicou que existe uma lista para lagosta, assim como foi dada prioridade para o pargo, mas que o tema requer análise específica. Ele sugeriu que esse assunto seja tratado em uma reunião específica com a área da SNPI, pois não há tempo na reunião atual para se aprofundar ou deliberar sobre o tema. informou que a Secretária substituta está tomando nota do assunto tratado e que qualquer continuidade pode ser acompanhada com ela. Ele verificou se havia mais algum ponto a ser deliberado e, não havendo, passou para o início das deliberações previstas na reunião.

14.10 Com a palavra, a Conselheiro **Felipe Weber (Associação Brasileira de Lojas de Aquariofilia – Abla)**: mencionou que verificou no Instagram que os estudos de laboratório mencionados subsidiaram a publicação da portaria do Ibama. Ele destacou a importância de registrar essa informação, embora tenha questionado a forma como foi comunicada na rede social.

15. Encaminhamentos

1. Revisar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (iniciar o trabalho pelo Comitê de Cumprimento);
2. MPA disponibilizar aos conselheiros do Conape, as notas técnicas e os pareceres relacionados aos Projetos de Lei de interesse do colegiado, sempre que formalmente solicitados;
3. Encaminhar aos conselheiros do Conape para conhecimento e comentários acerca dos principais pontos de alteração e atualização

- apresentados na reunião ordinária referentes à Portaria MPA nº 127, de 29 de agosto de 2023, que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, com prazo de retorno até o dia 27/03/2026;
4. Conselheiros enviar ao Conape comentários e considerações acerca do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura com prazo igual a consulta pública (19/04/26);
 5. Secretaria Nacional da Aquicultura (SNA/MPA) revisar todas as recomendações constantes nos encaminhamentos das 17 oitivas realizadas, para que sejam inseridas no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura;
 6. Aprovado Comitê da Pesca Artesanal no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
 7. Secretaria Executiva do Conape solicitar reunião com a Casa Civil, com a participação dos conselheiros, para apresentação e encaminhamento das demandas prioritárias do colegiado que não têm avançado no âmbito da Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros (definir representantes) e outros temas transversais (ex: espécies exóticas invasoras);
 8. Elaborar e submeter à Casa Civil proposta de transformação do Conape em conselho de caráter deliberativo, com vistas à edição e publicação de Decreto que formalize essa alteração;
 9. Conape recomenda-se a SERMOP/MPA solicitar a suspensão imediatamente dos efeitos do ofício nº 1204/2025/DISPOA/DIPOA/DAS/MAPA, que trata das questões de rastreabilidade da INI MPA/MAPA 04/2014;
 10. Solicitar estabelecimento de cronograma pela Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA) para atualização das normas RGP Aquicultor e RGP Empresa Pesqueira;
 11. Solicitar à Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA/MPA) a inclusão, no processo de revisão das normas de ordenamento das bacias Amazônica, do São Francisco, do Paraná e do Paraguai, de dispositivo que excepcione a aplicação dessas normas às atividades com finalidade de ornamentação e aquariofilia;
 12. Na próxima reunião do Conape MPA e MMA trazer os andamentos da revisão do INI MPA/MMA 10/2011, que trata da matriz de permissionamento das embarcações de pesca;
 13. Enviar ao MMA e IBAMA Nota de Repúdio à Instrução Normativa nº 7, de 17 de março de 2026, que declara o pirarucu (*Arapaima gigas*) como espécie exótica invasora quando detectado fora de sua área de ocorrência natural, considerando que o tema ainda está em discussão no âmbito da CONABIO e que a lista oficial de espécies exóticas invasoras, especialmente o Anexo I, não foi aprovada.
 14. Modelo de Cotas para Pauta - Envio das pautas para votação, onde serão votadas 5 (cinco) pautas para aquicultura, 5 (cinco) pautas para pesca, e 4 (quatro) pautas para o Ministério da Pesca e Aquicultura. (Abla) - Deliberar nos encaminhamentos hoje
 15. Cumprir o Calendário anual de Reuniões acordado (Confespa). Deixar registrado em pauta;
 16. Definir prazo para atendimento das deliberações (Abla); e
 17. Levar principais pautas conflitantes com MMA/IBAMA, tanto da Pesca quanto Aquicultura para os Secretários das áreas finalísticas com

Ministro e formar comissão para audiência com o Presidente Lula. Aproveitar a vontade de Lula expressa publicamente e marcar audiência na Presidência da República.

16. Enformes Gerais

1. Informamos que a representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura – CBPA, Roosekelly Domingos de Sousa, não pode comparecer a referida reunião devido à problema de saúde, tendo em vista que estava sobre tratamento médico, conforme consta nos autos do processo.

2. Informamos que o representante da Associação Brasileira de Psicultura – Peixe/BR, Francisco das Chagas Medeiros, até a data da referida reunião não houve justificativa pela sua ausência.

17. Encerramento

17.1 Com a palavra, **o Secretário Executivo Rivetla Édipo:** informou que não havia mais considerações sobre as deliberações e agradeceu a atenção de todos, encerrando a 47ª reunião. O Secretário-Executivo registrou ainda que seria feita uma foto para documentar o encontro.